



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

MARILENE TERESINHA STROKA

**A MEMÓRIA EM MOVIMENTO:
DO ESQUECIMENTO À LEMBRANÇA**

PALHOÇA

2013

MARILENE TERESINHA STROKA

**A MEMÓRIA EM MOVIMENTO:
DO ESQUECIMENTO À LEMBRANÇA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof^a. Dra. Solange Leda Gallo

PALHOÇA

2013

S91 Stroka, Marilene Teresinha, 1960-
A memória em : movimento:do esquecimento à lembrança /
Marilene Teresinha Stroka. – 2013.
220 f. : il. (algumas color) ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-
graduação em Ciências da Linguagem.
Orientação: Prof. Dra. Solange Leda Gallo

1. Análise do discurso. 2. Linguagem e línguas. 3. Identidade. I.
Gallo, Solange Leda. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III.
Título.

CDD (21. ed.) 401.41

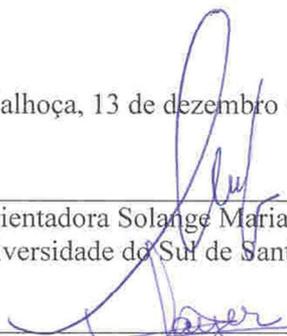
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

MARILENE TERESINHA STROKA

**A MEMÓRIA EM MOVIMENTO
DO ESQUECIMENTO À LEMBRANÇA**

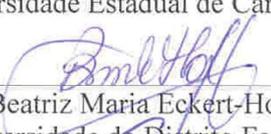
Esta Tese foi julgada adequada à obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 13 de dezembro de 2013.



Professora e orientadora Solange Maria Leda Gallo, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Maria Onice Payer, Doutora.
Universidade Estadual de Campinas



Professora Beatriz Maria Eckert-Hoff, Doutora.
Universidade do Distrito Federal



Professora Nádia Régia Maffi Neckel, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Jussara Bittencourt de Sá, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

*Com amor para Victor, Imelda, Goretti e o
meu tesouro maior, Lissa.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Doutora Solange Leda Gallo, por todas as iluminações dadas. À “Sol” que sempre foi o Sol no meu percurso pela Análise do Discurso.

À Dinda que foi um suporte no cuidado do meu tesouro (minha filha) fazendo com que as minhas viagens fossem tranquilas.

Às professoras Doutora Nádia Regia Maffi Neckel e Doutora Maria Onice Payer pelas ricas contribuições dadas na qualificação da tese.

Aos amigos, colegas de curso e de trabalho que me fortaleceram pelo incentivo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Unisul pelo conhecimento repassado.

À Edna, por sua meiguice no atendimento para comigo e por estar sempre pronta a ajudar.

À UnC, principalmente pela figura do Professor José Alceu Valério, obrigada pela confiança.

Um agradecimento especial a todos que contribuíram com seus depoimentos para a construção desta tese.

Um agradecimento do coração a todos que caminharam comigo por mais esse percurso na vida.

“Quando o alemão emigra, é que o firme propósito de lá, onde fizer sua existência, fixar-se e conservar para si e seus filhos a nova pátria. Ele queima as pontes atrás de si e torna-se cidadão da nova terra por ele escolhida” (Ottokar Doerffel).

RESUMO

O objetivo que sustenta esta tese está pautado no funcionamento da memória e esquecimentos do sujeito imigrante alemão que colonizou a região norte de Santa Catarina, particularmente na campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945) no Governo de Getúlio Vargas através de uma política linguística de interdição da língua alemã. Para isso fizemos um percurso pela Análise do Discurso da linha Francesa de Michel Pêcheux, mobilizando um dispositivo teórico e analítico que sustenta uma reflexão sobre a constituição desse sujeito imigrante, tendo como objeto simbólico de identificação a sua língua. Nesse percurso, passamos pela vinda desses imigrantes para Santa Catarina na segunda metade do século XIX, analisando a memória constitutiva do sujeito imigrante na construção de sua identidade no Brasil, passando pela interdição da língua alemã e o seu silenciamento no Estado Novo, quando nos deparamos com um confronto entre a língua nacional e a língua materna, vista como estrangeira pelo governo brasileiro e como um obstáculo para a construção de um imaginário de brasilidade e, finalizando esse percurso, mostramos como a língua interdita ecoa na contemporaneidade em outras materialidades que constituem os descendentes de imigrantes, principalmente através dos esquecimentos. Nosso corpus de análise é composto por documentos federais e municipais, além de uma carta da Prefeitura de São Bento em virtude do aniversário de Getúlio Vargas. São objetos de análise que sustentaram a política linguística adotada pelo governo Getulista na campanha de nacionalização do Estado Novo.

Palavras-chave: Discurso. Língua. Memória.

ABSTRACT

The aim of this thesis is based on the memory/lack of memory function of German immigrants who colonized the northern region of Santa Catarina, in particular during the New State Nationalization Campaign (“Campanha de Nacionalização do Estado Novo” in Portuguese 1937-1945) under Getúlio Vargas' government in which there was an interdiction of the German language. For this, a discourse analysis was made based on the Pêcheux French line of mobilizing a theoretical and analytical device which supports a real reflection on the essence of the German immigrants, taking in the identification of their language its symbolic purpose. Along the way, we studied the arrival of these immigrants to Santa Catarina on the second half of the nineteenth century, analyzing the memory essence of these immigrants while they were molding their Brazilian identity during the German language interdiction and its silence. After that, a confrontation was observed between the national language (in this case Portuguese) and their mother language (German - taken as foreign by the Brazilian government and also as an obstacle to the molding process of a Brazilian identity). Then, at the end of this study it was possible to show that the interdiction of the German language in the past still echoes nowadays in other matters such as the forgetfulness/negligence of the German language by the immigrants descendants. The thesis analysis consists of federal and municipal documents, including a letter from Getúlio Vargas' cabinet to the City of São Bento due to Getúlio's birthday. Those were analysis matters that supported the New State Nationalization Campaign adopted by Vargas' government back at that time.

Keywords: Speech. Language. Memory.

RÉSUMÉ

Le but de la tenue de cette thèse est guidé sur le fonctionnement de la mémoire et de l'oubli du sujet immigrant allemand qui a colonisé la région nord de Santa Catarina en particulier sur la campagne de nationalisation du «Estado Novo (1937-1945)» dans le gouvernement de Getúlio Vargas par une politique linguistique de l'interdiction de la langue allemande. Pour cela, nous avons fait un parcours à travers l'analyse du discours de la ligne française de Michel Pêcheux, en mobilisant un dispositif théorique et analytique qui maintient une réflexion sur la constitution du sujet immigrant, en prenant comme objet symbolique d'identification sa langue. Sur le chemin, nous avons passé par la venue de ces immigrants à Santa Catarina dans la seconde moitié du siècle XIX en analysant la mémoire constitutive du sujet immigrant dans la construction de leur identité au Brésil, en passant par l'interdiction de la langue allemande et de son silencieusement au «Estado Novo» face à une confrontation entre la langue nationale et la langue maternelle, considérée comme étrangère par le gouvernement brésilien et comme un obstacle à la construction d'un imaginaire Brazilianness, et en terminant le parcours nous montrons comme la langue interdite résonne dans la contemporanéité dans d'autres matérialités qui constituent les descendants d'immigrant, principalement par l'oubli. Notre corpus d'analyse est constitué de documents fédéraux et municipaux, y compris une lettre de la mairie de São Bento en vertu d'anniversaire de Getúlio Vargas. Ce sont des objets d'analyse qui ont soutenu la politique linguistique du gouvernement Getúlio Vargas dans la campagne de nationalisation du «Estado Novo».

Mots-clés: Discours. Langage. Mémoire.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Escola Alemã de Rio Negrinho	103
Figura 2 – Decreto da Delegacia Especial de Polícia de São Bento	148
Figura 3 – Aviso expedido pela Delegacia Especial de Polícia de São Bento	149
Figura 4 – Decreto-lei expedido pela Prefeitura Municipal de São Bento	153
Figura 5 – Vista da cidade de Labau – Europa (século XIX).....	171
Figura 6 – Vista da cidade de São Bento (século XX).....	171
Figura 7 – Cidade de São Bento do Sul – século XXI	175
Figura 8 – Modelos de lambrequins	179
Figura 9 – Modelos de lambrequins	180
Figura 10 – Modelos de lambrequins	181
Figura 11 – A “Botica” em 1896 e Casa da Família Moeller construída em 1900 ...	182
Figura 12 – Estação Ferroviária de Rio Negrinho – SC (2012).	183
Figura 13 – Construção na cidade de São Bento do Sul – SC (2012).	184
Figura 14 – Construções na cidade de Campo Alegre – SC (2012).....	184
Figura 15 – Construções na cidade de Campo Alegre – SC (2012).....	185
Figura 16 – Schlacktfest-Festa típica de São Bento do Sul	187
Figura 17 – Oberland - Festa típica de Rio Negrinho	188
Figura 18 – Marcas da memória no cotidiano dos descendentes de imigrantes.....	191

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A ANÁLISE DO DISCURSO	21
2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO	23
2.2 DISPOSITIVO TEÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO	30
3 A CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA: LÍNGUA NACIONAL E LÍNGUA MATERNA ...	43
3.1 A LÍNGUA MATERNA E A LÍNGUA NACIONAL	52
4 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO IMIGRANTE ALEMÃO ..	63
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO	63
4.2 O SUJEITO ENTRE A NAÇÃO E O ESTADO	71
4.3 SUJEITO E IDENTIDADE	82
5 A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIZAÇÃO NOS PROJETOS EDUCACIONAIS ..	90
5.1 CAMPANHAS NACIONALIZADORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	92
5.1.1 A nacionalização do ensino nas colônias durante o Estado Novo	105
6 A INTERDIÇÃO DA LÍNGUA ALEMÃ COMO SUSTENTÁCULO DA NACIONALIZAÇÃO	117
6.1 CONTEXTO DA ERA VARGAS	117
6.2 POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS	119
6.3 POLÍTICA LINGUÍSTICA DO ESTADO NOVO	127
6.4 NA FORMA DA LEI	132
6.5 SUJEITOS DIVIDIDOS	147
7 A MEMÓRIA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS DE SENTIDO	164
7.1 MATERIALIDADES SIMBÓLICAS: IDENTIFICANDO A MEMÓRIA	168
7.1.1 A metáfora das construções	169
7.1.2 Memória dos lambrequins	177
7.1.3 As festas típicas como representação da memória	186
7.1.4 Marcas da memória	190
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS	197
ANEXOS	207
ANEXO A – Decreto-Lei N° 1.545, de 25 de Agosto de 1939.	208

ANEXO B – Carta Da Prefeitura Municipal De São Bento Pelo Aniversário De Getúlio Vargas.....	214
ANEXO C – Jornal “O Aço”	218

1 INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta uma reflexão sobre a constituição do sujeito imigrante proveniente da Alemanha no século XIX e de seus descendentes que se fixaram na região norte do estado de Santa Catarina, especificamente na colônia de São Bento, que hoje abrange as cidades de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre.

Como sustentáculo dessa reflexão, trazemos todo o percurso desses imigrantes e, por consequência, de seus descendentes até a contemporaneidade. Passamos pela construção da nova pátria no Brasil, sedimentados por um sentimento de pertencimento atrelado à terra natal que permanecia presente na memória desses sujeitos. Neste cenário, a língua era o principal elemento simbólico que os identificava e os unia com a antiga pátria. Chegamos ao Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas com a campanha de nacionalização aliada à Segunda Guerra Mundial, quando a língua alemã, denominada de estrangeira, foi interdita por uma política linguística, sustentada por decretos-lei que regulamentavam a proibição de qualquer língua estrangeira.

Esta pesquisa foi motivada por esse cenário de práticas políticas relacionadas à língua e pela importância desta como principal elemento simbólico representativo de um povo. A motivação também se apresenta na prática como professora de Línguas e na convivência com alunos que eram oriundos de famílias de origem alemã. A produção textual desses alunos levou-me a refletir sobre algumas marcas que remetiam a uma língua outra que emergia de forma incontornável no seu dizer. Essas marcas da língua alemã estão impregnadas principalmente na oralidade do português. Como exemplo mais comum temos a pronúncia do fonema “r”. Quando são pronunciadas palavras que iniciam com “R”, ou quando o “r” é dobrado, formando um dígrafo, a pronúncia daqueles que têm como base a língua materna ou convivem em comunidades que ainda praticam a língua no seio familiar é distinta daquela considerada correta pelas normas linguísticas da língua portuguesa padrão. Essas marcas também são apresentadas através das vogais mais abertas como “a”, não sendo pronunciadas como “ã” e uma série de outros elementos fonéticos e mórficos que estão marcados nas palavras, principalmente de alunos advindos de comunidades interioranas, que são

descendentes dos imigrantes. Outras marcas também me chamaram a atenção como as palavras e expressões que foram inseridas na língua portuguesa. Temos muitos exemplos, como *kuque* (espécie de bolo coberto com farofa doce) que em alemão é *kuchen* ou *streuselkuchen* (kuque com farofa). Também é muito comum a expressão *muss* que na língua alemã é usado em palavras compostas como *apfelmus* (doce de maçã). É tipo um purê de frutas, um doce cremoso e consistente, tradicional entre os descendentes de imigrantes. Ao longo do tempo, foi adaptado também a outras frutas, típicas da região norte de Santa Catarina e, assim, temos *muss* de banana (doce de banana), *muss* de abacaxi (doce de abacaxi). Muitas outras palavras da língua alemã se naturalizaram no cotidiano da língua portuguesa. Palavras também foram adaptadas para o português decorrentes da necessidade dos imigrantes na sua ambientação à nova terra, pois não havia um vocábulo na língua alemã específico para nominar determinados elementos da flora brasileira como a bracatinga (árvore típica do planalto muito comum na região norte de Santa Catarina) que foi germanizada como *bragatinga*, ou o aipim (raiz comestível muito usada pelos índios) que até hoje é denominado como *aipi* ou, também, abacaxi que se transformou em *bacaxi*. Outros exemplos do idioma alemão se mesclam ao português e se naturalizam no falar coloquial no interior da vida familiar, como exemplo oma (vovó) opa (vovô). Essas adaptações, quer orais ou escritas, ainda são muito frequentes nas famílias de descendentes e principalmente naquelas que vivem em áreas rurais.

Saindo dos muros escolares, remeto-me à minha própria memória como descendente de imigrantes alemães e proponho-me a esta pesquisa para satisfazer um pouco de minha inquietação por compreender como os sentidos produzidos por essa língua afetada por uma memória outra, significaram e significam hoje para esses sujeitos que, como eu, são descendentes dos imigrantes que um dia resolveram buscar um novo lugar, não somente geográfico, mas um lugar simbólico, onde passaram a significar pela história e pelas formações imaginárias na sociedade brasileira.

Procuramos analisar, particularmente, como esses sujeitos se relacionaram com o silenciamento da sua língua materna, ao se confrontarem com uma política linguística nacionalista e de interdição da língua alemã, pautada pelos

decretos-lei federais, estaduais e municipais que são apresentados no decorrer da pesquisa.

Esse processo de intervenção e deslocamentos de uma e de outra língua causa, segundo Orlandi (2003), uma ruptura da significação que é gerada pela criatividade. A língua tem materialidade sonora e/ou gráfica, mas também, e principalmente, simbólica, que produz sentidos para os sujeitos através da memória discursiva. Manifestar-se através da Língua Portuguesa foi uma forma de imposição que afetou a identidade do imigrante. Mas se esse fato resolveu a questão linguística, não aconteceu o mesmo no nível simbólico que não foi nem poderia ter sido silenciado por decretos impostos pelo governo nacionalista. Essa materialidade discursiva não está somente nos elementos fonéticos ou mórficos aqui mencionados, mas em vários outros sentidos constitutivos desses sujeitos, como aqueles relacionados à arquitetura, à culinária, à música, à dança etc. É esse jogo da memória e esquecimentos que torna possível (e necessária) a construção de uma nova nação, de um novo lugar para o imigrante.

Nesse estudo, temos o interesse em compreender o funcionamento dessa memória e esquecimentos em alguns objetos simbólicos que fazem parte do cotidiano desses sujeitos. Procuramos marcas da memória que se cunham no esquecimento pela naturalização em práticas rotineiras como no cultivo de jardins, quintais, hábitos alimentares, arquitetura, e na própria língua. Ou seja, os elementos da memória vão aos poucos sendo absorvidos em novas realidades, fazendo sentido sem que o sujeito se dê conta, pois para ele os sentidos são transparentes e nascem na enunciação. Essa naturalização da memória na forma de esquecimento está formulada em Pêcheux (2009) como esquecimento número um, de nível inconsciente, e relaciona-se ao funcionamento da ideologia para o sujeito.

Tendo como sustentação estudos na Linha da Análise do Discurso, buscamos fazer uma reflexão sobre o funcionamento da memória discursiva, materializada na linguagem, analisando documentos, depoimentos, em diferentes materialidades significantes.

Procuramos compreender as determinações históricas, ideológicas e sociais que levam à forma contemporânea da produção de sentido pelo imigrante e seus descendentes.

Formulamos, como objetivo principal para nossa reflexão, compreender como os discursos se produzem e se fixam como memória e como esquecimento para os imigrantes alemães e seus descendentes no processo da nacionalização do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e na contemporaneidade.

A partir dessa questão central, buscamos uma aproximação dos materiais disponíveis, enquanto registros da imigração alemã no norte catarinense, na região de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. Também objetivamos teorizar a respeito de memória e esquecimentos tendo em vista as materialidades apresentadas. Para mostrar o que vaza, falha na memória, vamos compilar materiais contemporâneos sobre a imigração alemã, relacionados ao esquecimento e naturalizados na língua portuguesa, na arquitetura, na gastronomia, enfim, no cotidiano do descendente do imigrante.

O que se propõe como pesquisa é demonstrar como a memória do sujeito imigrante transita nas várias formações discursivas, e como os sentidos podem se estabilizar (paráfrases) ou podem se (re)significar (polissemia) na construção dessa nova nação, enquanto lugar simbólico. São novos dizeres movimentando novos sentidos, pois os dizeres sofrem atravessamentos quando postos em outros contextos. Esse é o jogo da memória e esquecimentos e é a partir do conflito das diferentes memórias que se tem a construção dessa nação simbólica para o imigrante e seu descendente.

“A Análise do Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 26). Para compreender como esses objetos simbólicos produzem sentidos para o imigrante alemão e seu descendente, trazemos os gestos de interpretação que vão relacionar sujeito e sentido, produzindo novas práticas de leitura.

Assim, faz-se necessário apresentar um gesto analítico para compreender a relação da língua como objeto simbólico na relação com a memória e esquecimentos por meio da análise já instrumentalizada pelo dispositivo teórico da análise de discurso que permite “explicitar os processos de significação que trabalham o texto: compreender como o texto produz sentido através dos mecanismos de funcionamento” (ORLANDI, 2007, p. 88).

Para isso, é fundamental a materialidade da língua e a história, vista não linearmente, institucionalizada, mas como historicidade, interdiscurso que vai fundamentar a construção de uma memória histórica, fazendo com que o sentido seja possível. É através do dispositivo teórico que o analista vai construir seu dispositivo analítico e assim conceber uma escrita de análise,

Que vai formular a relação significativa elaborada entre os dois dispositivos que resultará, em primeiro tempo, na compreensão do objeto simbólico, o discurso, submetido à análise, e em um segundo tempo, em tornar visível para o leitor o movimento da compreensão do analista e, em decorrência, a sua própria posição na interpretação (ORLANDI, 2008, p. 49).

A partir do dispositivo teórico e analítico é que lançamos algumas indagações que passam a integrar este estudo: quais os sentidos de nação são mobilizados no contexto histórico da imigração? Quais e como as várias formações discursivas determinam a construção da memória do sujeito imigrante e seu descendente? Quais as relações entre língua e memória no que tange a sua permanência e ao seu esquecimento? Como a língua silenciada é encontrada na memória discursiva onde o sujeito desse discurso se inscreve? Como se podem perceber, hoje, no discurso do descendente do imigrante alemão, as marcas dessa memória?

É no transitar desses questionamentos do trabalho da memória e dos esquecimentos e das relações com o discurso, que refletiremos sobre as questões acima enunciadas, mesmo sabendo, como diz Pêcheux (2007), que o funcionamento da memória x esquecimentos é indomável.

Com essas interrogações, trazemos o *corpus* de análise, constituído por registros da imigração alemã e materiais que levaram ao silenciamento da língua alemã no advento do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945).

Dentre esses materiais, apresentamos leis e decretos que regeram a política linguística brasileira, os quais levaram à interdição da língua dos imigrantes. Como sustentação de decretos e leis municipais de São Bento e região, temos o Decreto-lei nº 1545 de 25 de agosto de 1939 na esfera federal. Na esfera municipal tomamos para análise o decreto-lei nº 2 de 10 de maio de 1941, da Prefeitura municipal de São Bento. Também trazemos um aviso e decreto expedido pela

Delegacia Especial de Polícia do município. Além dos textos citados, também fazem parte do *corpus* discursivo uma carta, escrita pelo prefeito da cidade de São Bento ao seu povo e, posteriormente, enviada a Getúlio Vargas, enaltecendo-o pelo seu aniversário. As falas dos descendentes de imigrantes também estão presentes, representando os diversos sentidos sobre o acontecimento da interdição da língua alemã.

Devido a uma grande gama de diferentes materialidades significantes, necessitaremos recortar o material, pensando, como diz Orlandi “o princípio segundo o qual se efetua o recorte varia segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise” (1984, p. 14).

É no batimento entre estrutura e acontecimento de um objeto simbólico materialmente heterogêneo que a compreensão é buscada em estruturas materiais distintas em composição, que se relacionam pela incompletude e pela contradição (PÊCHEUX, 2007).

O objeto em estudo é constituído por um recorte teórico e metodológico. Neste caso, o que constitui o recorte são os traços e o funcionamento da memória/esquecimento dos sentidos de nação alemã na materialidade discursiva dos dizeres dos imigrantes, em seu discurso, desde a vinda dos imigrantes e o processo da construção de uma “nova nação” até a constituição dessa “nação” na contemporaneidade.

Para a análise das materialidades previstas, buscamos uma relação possível com as noções de paráfrase e polissemia, observando os novos dizeres, gerados por novos sentidos e pela inscrição do sujeito imigrante em formações discursivas distintas.

No arquivo, trabalhamos o institucionalizado, pautado no realizado, no datado. O interdiscurso e a memória do arquivo tornam compreensível o funcionamento discursivo. É nessa contradição que se observa a produção de sentidos. Considerando as noções de arquivo e memória, podemos inferir que as palavras só fazem sentido para o sujeito que tiver acesso aos sentidos já estabilizados na memória. Como exemplo, temos as materialidades presentes no cotidiano e que são interpretadas por um sujeito que tem acesso aos sentidos socialmente construídos pela memória histórica.

Com isso, procuramos mostrar como essas materialidades significantes passam a significar pelo efeito de transferência e pela metáfora. De acordo com Pêcheux (2009), os sentidos não estão presos às palavras e não derivam de um sentido literal, mas o que se tem no funcionamento do discurso são palavras e enunciados relacionados às formações discursivas. Assim, “os sentidos só existem nas relações de metáfora, dos quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos nas formações discursivas nas quais se inscrevem” (ORLANDI, 2007, p. 21). A metáfora está na base da constituição dos sentidos quando os sujeitos se inscrevem em determinadas formações discursivas, constituindo-se pelo interdiscurso, pelas formações ideológicas. Observamos assim, a posição do sujeito imigrante no/do discurso, e como esse sujeito se inscreve nas diferentes formações discursivas. Com isso, “ao significar o sujeito se significa” (ORLANDI, 2007, p. 22).

Para entendermos o percurso traçado pelo sujeito imigrante alemão e seus descendente no Brasil desde a sua chegada até a contemporaneidade, dividimos a tese nos seguintes capítulos:

Apresentamos, no primeiro capítulo, uma reflexão sobre o processo de construção da Análise do Discurso da linha francesa, abordando historicamente a sua constituição desde o lançamento da obra de Pêcheux “Análise Automática do Discurso de 1969”, passando pelo segundo momento quando Michel Pêcheux lança novos olhares sobre as formações discursivas, trazendo o interdiscurso para o centro de sua reflexão, e fechando com a terceira fase em que se aborda a necessidade de romper com a máquina discursiva estrutural e construir máquinas paradoxais. Esse foi o percurso de construção de uma teoria em que Pêcheux traz o discurso como uma possibilidade de desestruturação-reestruturação de sentidos.

Também é importante ressaltar as modalidades que Pêcheux (2009) apresenta entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, fazendo com que o sujeito possa manter uma relação de identificação, contra-identificação e desidentificação enquanto posições desse sujeito em uma determinada formação discursiva.

No segundo capítulo, trazemos uma discussão sobre a língua nacional e a língua materna, denominada como estrangeira pelo Estado brasileiro,

evidenciando a distinção que Orlandi (2009) traz a respeito da língua fluida, que está sempre em movimento, e da língua imaginária, sistematizada, regrada, vista como uma língua estável.

Nessa perspectiva, a língua nacional é colocada pelo Estado brasileiro, principalmente na campanha nacionalista do Estado Novo, como uma língua imaginária, vislumbrada como um alicerce de unidade e homogeneidade na construção da nação brasileira. Com isso, apresentamos a tensão criada pelas políticas linguísticas brasileiras em relação à língua nacional e a materna.

No terceiro capítulo, viajamos em um percurso da memória da imigração, com reflexões sobre a trajetória histórica do imigrante alemão do norte de Santa Catarina, demonstrando as condições de produção do discurso através dos elementos simbólicos que o identificavam, elencando sentidos de nação, nacionalidade e cidadania para esse imigrante.

No quarto capítulo, fazemos alguns recortes temporais, mostrando políticas linguísticas que já vinham sendo implantadas desde o início do império com o documento “Diretório dos Índios” do Marques de Pombal, que determinava a língua de Portugal como a língua oficial do Brasil, legitimando-a em relação à Língua Geral e as línguas indígenas.

Como forma de legitimar a Língua Portuguesa, as políticas linguísticas tiveram como âncora a educação, sendo a escola um lugar de difusão de uma língua que representaria a unidade, primeiramente do Império e depois da República.

Apresentamos também uma trajetória das campanhas de nacionalização implantadas em Santa Catarina através das escolas públicas e o fechamento e intervenção nas escolas alemãs por decretos que obrigavam essas escolas a se adequarem a um currículo com disciplinas nacionalistas e, principalmente, a legislação educacional que obrigava a utilização da língua portuguesa em todas as práticas pedagógicas.

No quinto capítulo trazemos o processo de constituição do Estado Novo (1937-1945) que tinha como protagonista Getúlio Vargas o que vai nos permitir entender como o projeto nacionalista levou à interdição da língua alemã e o seu silenciamento, sustentado por acontecimentos históricos como a Segunda Guerra Mundial e por medidas que tiveram como alvo os estrangeiros e descendentes que

configuravam como uma ameaça à soberania nacional.

O sexto capítulo está pautado na reflexão que busca compreender como a língua silenciada é encontrada na memória discursiva na qual o sujeito desse discurso se inscreve e como percebemos hoje as marcas materiais dessa memória.

Para essa reflexão trazemos várias materialidades simbólicas que são identificadas na memória dos descendentes alemães, mobilizadas pelos pré-construídos, dizeres que remetem a essa memória.

Desejamos uma boa leitura!

2 A ANÁLISE DO DISCURSO

Como base de nosso estudo, trazemos a Análise do Discurso como dispositivo teórico que nos sustentará na interpretação (dos entremeios) da linguagem, procurando compreender como os discursos se articulam em um emaranhado de possibilidades dadas na e pela língua.

Por isso, um dos principais desejos de se desenvolver um estudo na linha da Análise do Discurso é porque "o discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando", conforme colocação de Orlandi (2009, p. 15). Com isso buscamos compreender a língua fazendo sentido, enquanto objeto simbólico, que é constitutivo do homem e de sua história.

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2009, p. 15).

Tendo como objeto o movimento da palavra, por meio de uma prática discursiva do sujeito sobre o mundo, compreende-se que a construção do discurso está atrelada ao acontecimento, pois é aí que os sentidos perdem sua "naturalidade" e se tornam opacos, necessitando novos enunciados, que constituirão novas formações discursivas.

Com isso, a teoria da Análise do Discurso (AD), proposta por Pêcheux, concebe a linguagem como lugar de constituição dos sujeitos e dos sentidos. A materialidade é o discurso, que torna possível tanto a permanência e continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2009). Assim, o discurso é apresentado nessa teoria como a língua posta em funcionamento por sujeitos, produzindo sentidos numa dada sociedade.

São essas inquietações e trajetos diferenciados da Análise do Discurso que nos propomos a apresentar em um breve histórico, demonstrando que a chamada disciplina de entremeio apresenta a contradição como um pressuposto de base. A Análise do Discurso é uma disciplina não positivista, pois não acumula

conhecimentos, mas sim, discute continuamente seus pressupostos. Por possuir essas especificidades, Orlandi diz que:

[...] a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões de linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (2007, p. 25).

Portanto, trata-se de uma disciplina que não se acumula teoricamente como as ciências positivas, mas reinscreve suas questões a cada movimento das diversas práticas analíticas, o que significa dizer que compreende a teoria na sua relação com a análise. Essa escrita que se beneficia das contradições entre filosofia, linguística e ciências humanas e sociais se constitui nos entremeios das teorias da linguagem, convivendo com a incompletude, a dispersão e o esquecimento.

Para entendermos melhor esse percurso histórico da AD, procuramos delinear o caminho percorrido por essa “disciplina” desde a sua fundação através do marxismo e linguística até os dias de hoje. É nesse relacionamento entre Jean Dubois, linguista; e Michel Pêcheux, filósofo, que originou a AD francesa. A teoria trazida por essas duas ciências mostra, num primeiro momento, a relação social da linguagem.

Entretanto, os interesses comuns entre os dois protagonistas não determinam o apagamento do pensamento de cada um. Malidier (2003, p. 13) mostra essas duas posições divergentes em relação à AD. Dubois pensava a AD “dentro de um *continuum*: a passagem de estudos da palavra (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso)”. Temos aí uma AD produzida, ela mesma, pelo discurso científico. Já Pêcheux, contrariamente, via a AD “como ruptura epistemológica com a ideologia que domina as ciências humanas (especialmente a psicologia).” Dubois relacionava a AD com um modelo linguístico e outro sociológico ou histórico, já Pêcheux articulava a questão do discurso relacionando o sujeito à ideologia.

Mesmo com essas abordagens distintas, as duas proposições se uniam por um objetivo comum que era a linguística trabalhando a política. O surgimento da AD acaba deslocando o caminho da Linguística na relação linguagem-história, e do

Marxismo para além da filosofia da linguagem, que deixa de ver a língua como um veículo que leva as pessoas à crença de inverdades.

A Análise do Discurso não deve ser vista de uma forma linear, que estuda a sua evolução ou a aplicação da teoria na prática. Deve ser vista sob o olhar perceptivo através de confrontos, rupturas, retomadas, reformulações, ou seja, sua escrita é também determinada no batimento das relações do sujeito, com a história e com a ideologia.

Por esse viés, procuraremos compreender as construções e desconstruções que formaram o aporte teórico da Análise do Discurso, apresentando uma divisão feita pelo próprio Pêcheux em seu artigo “*Análise de discurso: três épocas*”, de 1983. Mas esclarecemos que esse texto de Pêcheux, para Orlandi, não é um texto acabado como os demais, mas um esboço, com anotações de suas reflexões que pontuavam aspectos importantes na constituição do campo teórico da Análise do Discurso (2008).

2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO

A primeira fase da AD, para Maltby (2003), mostra a ousadia de Pêcheux ao publicar a obra “Análise Automática do Discurso de 1969”, quando buscava “abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais e, em particular, da psicologia social” (HENRY, 2010, p. 12). Para isso, ele se apoiava no materialismo histórico através de uma releitura de Marx feita por Althusser, e na psicanálise, com a reformulação de Lacan através de seu “retorno a Freud”. Além destes, baseava-se em alguns aspectos do movimento estruturalista que estava no seu apogeu em uma época em que a França vivia um cenário político conturbado e dentro desse contexto, vivenciava-se a ascensão do partido comunista francês.

Nesse primeiro momento, Pêcheux se apresentava como Thomas Herbert, pseudônimo estratégico para evitar conflitos, visto que o livro AAD-69 nasce de uma tese de doutorado em psicologia social e não havia espaço para as ideias inquietantes de Thomas Herbert. Pêcheux, sob o pseudônimo, escreveu dois artigos intitulados respectivamente de “*Réflexion sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*” e “*Remarques pour une théorie*

générale des idéologies” que abrem reflexões sobre o materialismo histórico e a psicanálise, ou seja, inquietações sobre o sujeito psicológico e também a necessidade de se pensar a ideologia materialmente.

Evidencia-se, então, a necessidade de instrumentos para a ciência, já que, para ele, o estado das ciências era pré-científico. Para sanar essas problemáticas, Pêcheux desenvolveu a AAD com o objetivo de “fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (HENRY, 2010, p. 13).

Essa necessidade de repensar as ciências sociais fez com ele apresentasse um conjunto de preposições e alternativas através de um dispositivo técnico, refletindo sobre as práticas e os instrumentos científicos. Malidier enfatiza que “é o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade” (2003, p. 21).

Vemos que Pêcheux, com essa concepção de instrumento científico não queria uma Linguística Aplicada, mas seu desejo era que houvesse uma reinvenção a partir de seu campo conceitual.

Para a concretização desse objetivo, Pêcheux, que era fascinado por máquinas, pelos instrumentos, pelas ferramentas, criou a “maquinaria discursiva” tendo como ponto de partida “um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas num espaço discursivo supostamente denominado por condições de produção estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 2010, p. 308). Com isso, os discursos se organizavam pelas formações ideológicas estabilizadas, dentro de estruturas homogêneas, levando a uma construção de sítios de identidades parafrásticas.

Outro ponto importante tratado por Pêcheux, sob o pseudônimo de Herbert, estava na afirmação que o discurso é um instrumento de prática política, e essa prática tem como função a transformação das relações sociais que ocorrem via discurso. Para isso ele não tratava a língua como mero instrumento de comunicação. Ele complementa dizendo que “a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido; ela torna-se objeto do qual uma ciência pode descrever o

funcionamento” (2010, p. 60). Isso significa dizer que a língua é que gera o funcionamento de uma ciência linguística.

Pêcheux ainda afirma que a primeira fase da AD:

É um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do outro está, pois, subordinada ao primado do mesmo (2010, p. 309).

Na AAD-69 (Análise automática do discurso) a concepção estruturalista pode ser observada nas palavras de Pêcheux:

Um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’ (2010, p. 307).

Entretanto, a noção de máquina autodeterminada e fechada acabou se fragilizando no segundo momento da Análise do Discurso, quando Pêcheux lança um novo olhar sobre as formações discursivas, sentindo que essa “maquinaria discursiva” não dava conta da heterogeneidade dos processos discursivos, já que uma formação discursiva não era um espaço de estrutura fechada, mas se constituía de elementos de outras FDs que lhe forneciam pré-construídos que advinham de outros lugares discursivos. Malidier enfatiza a ausência “do não-dito constitutivo do discurso, que levou Pêcheux a buscar a elaboração de um novo conceito: o interdiscurso” (2003, p. 25).

Para Malidier esse foi o momento em que Pêcheux, um filósofo, colocou-se como linguista e tomou o caminho da semântica.

Para esse deslocamento teórico, Pêcheux tomou como empréstimo de Michel Foucault a noção de prática discursiva que é definida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT 2009, p. 133).

Com base na noção de Foucault, Pêcheux viu explodir a noção de máquina estrutural fechada e mostrou que uma formação discursiva é invadida por elementos que vêm de outras FDs, sendo determinadas por posições ideológicas, definindo o que pode ou deve ser dito a partir de um determinado lugar.

Temos, então, a definição de Formação Discursiva para Pêcheux:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) (2009, p. 147).

Vemos que uma FD possui marcas de regularidade, sendo determinada por mecanismos de controle internos e externos que indicam as condições de possibilidade do dizer. Pêcheux (2009) afirma que as palavras, proposições ou expressões têm o sentido dentro da FD na qual foram produzidas, mas quando relacionadas com outras FDs, a estrutura se abre porque é atravessada por outros processos discursivos. Esse funcionamento é sustentado pelo “pré-construído” e pelos “discursos transversos”. São sentidos que constituem outros discursos. A noção de formação discursiva provocou um deslocamento que desconstruiu a máquina estrutural fechada, visto que o dispositivo da FD estava em uma relação paradoxal com seu exterior.

Nessas condições, podemos dizer que os sentidos produzidos pelas palavras, expressões ou proposições não têm um sentido próprio, eles se constituem em cada formação discursiva através da relação com outras palavras de uma mesma formação discursiva. Esses deslocamentos de sentidos relacionados às formações discursivas ocorrem por que:

Uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de 'pré-construídos' e de 'discursos transversos') (PÊCHEUX, 2010, p. 310).

Pêcheux buscou no pré-construído uma ancoragem para formular o conceito de interdiscurso, que “reside no fato de que “algo fala” sempre, antes, em

outro lugar e independentemente” (2009, p. 149). Mas não pensemos o interdiscurso como discursos anteriores nem em algo comum a todos os discursos. Pensemos em saberes que são partilhados em uma sociedade e que acabam sendo apagados para o sujeito pelo movimento ideológico.

A importância desse conceito formulado por Pêcheux na obra “*Semântica e Discurso*”, de 1975, possibilitou a compreensão do que seja a interpelação do sujeito, que se submete a sentidos “já-lá”, acreditando ser dono do seu discurso. Esse controle aparente leva-nos à concepção de um sujeito determinado pelo esquecimento. Assim, Pêcheux formulou dois tipos de esquecimentos: esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2, que são trazidos da psicanálise Freudiana, utilizando o “sistema pré-consciente-consciente”, com referência ao esquecimento nº 2, e o “sistema inconsciente” com referência ao esquecimento nº 1 (2009).

Para Pêcheux (2009), o esquecimento nº 1 está no nível do interdiscurso e leva o sujeito à ilusão de ser/estar na origem de seu dizer, apagando, inconscientemente, tudo o que está fora da formação discursiva que o domina. Já o esquecimento de nº 2 está no nível do intradiscurso e relaciona-se ao sistema pré-consciente. Por esse esquecimento, o sujeito tem a ilusão da realidade do seu dizer, como inequívoca, “esquecendo” toda reformulação possível, privilegiando alguns dizeres em detrimento de outros, no interior da formação discursiva. Com isso, ele não tem controle dos efeitos de sentido que esses dizeres podem produzir.

No esquecimento nº 1, Pêcheux mostra um sujeito-falante que não pode se encontrar fora da formação discursiva que o domina. Pêcheux diz que a forma-sujeito, nesse caso, “tende a absorver-esquecer o interdiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por co-referência” (2009, p. 154).

Já o esquecimento de nº 2 está na ordem da formulação na qual o sujeito “faz escolhas” na produção dos enunciados, negligenciando algumas formas para poder dizer outras, colocando as fronteiras entre o “dito” e o “não-dito”. Para Pêcheux, o esquecimento nº 2 “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e é aí que, precisamente, que se apoia sua ‘liberdade de sujeito falante’” (2009, p. 164).

Podemos dizer que interdiscurso, memória e esquecimentos estão

articulados em uma profunda relação, pois um somente pode ser compreendido com a presença do outro, ou seja, o intradiscurso só pode ser compreendido na sua relação com o interdiscurso. Com essas bases em regiões distintas do conhecimento, e as noções formuladas através delas, Pêcheux desenvolveu uma teoria não subjetiva de sujeito, quando o discurso é colocado em um processo de apreensão da história, dos sentidos e da ideologia, sendo sustentado pela língua.

Mas Pêcheux novamente fez girar a grande máquina dos sujeitos da ideologia dominante e traçou um novo percurso para o que foi chamada de terceira fase da AD (MALDIDIER, 2003). Foi o momento de Pêcheux amadurecer seus conceitos e apresentar a alteridade na identidade discursiva e a noção de heterogeneidade, construída a partir do encontro com Jacqueline Authier.

A terceira fase marcou um novo ponto de partida que foi dado com o lançamento do colóquio "*Materialidades Discursivas*", redigido em 1979 e apresentado em 1980, quando Authier mostrou as rupturas enunciativas no "fio do discurso", o surgimento de um discurso outro no próprio discurso. "A questão do discurso é, a partir de então, posta sob o signo da heterogeneidade" (MALDIDIER, 2003, p. 74). Foi um momento de reconstrução da teoria da AD e o momento da desconstrução das máquinas discursivas apresentadas nas duas primeiras fases, levando a um aprofundamento da noção de interdiscurso.

Pêcheux, nessa fase, abordou a questão da heterogeneidade enunciativa, conduzindo às formas linguístico-discursivas do *discurso-outro*, que ocorre pela presença da "heterogeneidade mostrada" que, segundo Authier, são marcas visíveis do discurso do outro no discurso do sujeito; e pela presença da "heterogeneidade constitutiva" que, conforme Pêcheux, é feita pela "insistência de um "além" interdiscursivo, que passa por elementos constitutivos de outros dizeres" (2010, p. 313).

A heterogeneidade constitutiva proposta por J. Authier acenava para o interdiscurso de Pêcheux (MALDIDIER, 2003), que pode ser observado na constante desestabilização do discurso. Pêcheux postula que "há o outro nas sociedades e na história" (2008, p. 54), correspondendo ao outro do discurso, havendo uma ligação entre o que é dito aqui e agora, e o que está "sempre-já" dito. Ligação essa que possibilita uma interpretação, e para o autor "é através dessa ligação que as filiações

históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 2008, p. 54).

A interpretação “é constituída-atravesada por um discurso vindo de outro lugar” (MALDIDIER, 2003, p. 85). Em consequência disso, a interpretação dos enunciados só pode se dar a partir de uma relação com o interdiscurso, pois para Pêcheux:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinado) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar de interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso (2008, p. 53).

É nessa fase que, em seus trabalhos, Pêcheux se distancia de Althusser trazendo a possibilidade da deriva, da falha na estrutura que poderia gerar o acontecimento, mostrando que “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* empurra para uma crise a noção de máquina discursiva estrutural, correndo o risco de absorver o acontecimento do discurso” (PÊCHEUX, 2010, p. 311). Era o momento de construir máquinas paradoxais.

Pêcheux completa, dizendo que:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o outro, objeto da identificação (2008, p. 56).

Vemos aqui que a questão do *corpus* e do *procedimento* de análise foi desestabilizada, pois nas duas primeiras épocas da AD, as condições de produção eram estáveis e homogêneas, determinando o que poderia e deveria ser dito. A

antiga posição determinava um *corpus* a partir de um saber histórico *exterior* que passou, no terceiro momento, a ser determinado no *interior* do campo discursivo, colocando o *corpus* na circulação dos enunciados, não mais remetendo a um momento inaugural, a uma decisão definitiva (MALDIDIER, 2003).

O procedimento tradicional de análise que estava calcado na ordem fixa, passa a considerar as redes de memória que se abrem no interdiscurso. A antiga estabilização de procedimentos por etapas desloca-se para a produção em *espiral* de reconfigurações do *corpus*.

Mas com todos os deslocamentos trabalhados por Michel Pêcheux, o essencial da constituição do discurso se manteve, ou seja, as reconfigurações teóricas não deixaram de lado a determinação histórica, ideológica e social do sujeito e do sentido.

Vemos que no percurso da AD francesa, Pêcheux construiu uma teoria para que pudesse desconstruí-la, produzindo questionamentos e deslocamentos. Apresentou um sujeito que não está na base do sentido, já que o sentido é formado na história e presentificado no intradiscurso, sempre retomando o já-dito e desfazendo o fechamento do sentido.

2.2 DISPOSITIVO TEÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Essa permanente reelaboração de uma prática teórica da AD, desenvolvida por Pêcheux, continua acontecendo no Brasil nos trabalhos de Eni Orlandi, inicialmente e, em seguida, por tantos outros autores que produzem um trabalho analítico com certa especificidade.

Entre esses autores, estão alguns que oferecem bases para esta nossa pesquisa. Uma delas é Maria Onice Payer que desenvolve um trabalho sobre sujeitos-imigrantes, e que a respeito disso nos diz que os traços da memória da língua desses imigrantes, mesmo com o silenciamento dessa língua, ainda continuam a funcionar nesses sujeitos sustentados por modos muito particulares como um lugar de memória.

A Análise do Discurso se identifica por uma prática teórica em que sua definição está pautada nas noções e procedimentos (ORLANDI, 2008). É importante

colocar que o movimento das práticas de análise permitem novas possibilidades de compreensão dos sentidos. Para isso, vamos apresentar algumas construções teóricas que norteiam as práticas de análise de discurso e estarão presentes na pesquisa.

Primeiramente buscamos apresentar a noção de *posição-sujeito* para a AD. Para isso temos um sujeito que é afetado pela língua e pela história, não podendo controlar-se, mas sendo controlado por ambas, já que todos os mecanismos de funcionamento do discurso estão pautados nas formações discursivas onde os sentidos serão determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Assim o sujeito, trazendo toda essa carga, materializa-se no discurso, em uma posição.

Na AD, a língua não é vista somente como estrutura, mas como acontecimento que se define historicamente e, assim, o sujeito passa a ser um efeito dentro desses dois elementos. Portanto, o funcionamento da língua não está embasado somente linguisticamente, mas está relacionado às condições de produção nas quais o discurso se apresenta, trabalhando, assim, os seus sentidos na história e seus efeitos de sentido, construídos no/pelo sujeito.

Com isso, temos um sujeito que é afetado pela história e que acaba afetando a história, constituindo-se nessa relação com o simbólico, pois os acontecimentos exigem novos sentidos, os quais apresentam efeitos múltiplos e variados, pois, como afirma Orlandi “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras” (2009, p. 32). A noção de acontecimento discursivo dá conta do momento da constituição do sujeito e do sentido, sem priorizar os aspectos enunciativos aí envolvidos.

Analisando essa questão da constituição do sujeito em sujeito do discurso, que está na base de toda formação social, compreende-se que ele se identifica em uma estrutura ideológica do interdiscurso, enunciando e sendo enunciado em um determinado momento da história (PÊCHEUX, 2009). A partir do momento em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e pelo simbólico (e ele sempre o é), inscreve-se em uma determinada posição-sujeito na forma-

sujeito histórica da formação discursiva dominante dentro de um complexo de formações ideológicas. É pela forma sujeito que o sujeito do discurso busca sua identidade e sua identificação no mundo. Orlandi apresenta um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Dizemos que ele está assujeitado na/pela língua e a condição da língua(gem) é a incompletude. Por isso “nem sujeitos nem sentidos estão completos” (2009, p. 52).

A tomada de posição por um sujeito é um processo interdiscursivo por envolver discursos constituídos historicamente, fazendo com que o sujeito situe o seu discurso em relação ao discurso do outro. Com isso, tem-se a noção de alteridade, em que o sujeito luta para ser único, mas é polifônico na materialidade discursiva, trazendo consigo muitas vozes. Esse deslocamento permanente do sujeito do discurso é apresentado por Orlandi como uma forma de dispersão em que a produção de um discurso pode incorporar distintas vozes sociais em processos polissêmicos, coexistindo, nesse discurso, várias formas subjetivas em uma só posição (2009).

Para Pêcheux, o ideológico e o inconsciente não são pensados como elementos residuais da linguagem, mas como elementos constitutivos do discurso e do sujeito.

É sobre esse viés que, segundo Pêcheux “Sabemos que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobre determinado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (2009, p. 197). Encontramos aí novamente a forma-sujeito, lembrando que não existe prática e principalmente prática discursiva sem sujeito, pois todo sujeito é sujeito de linguagem.

Com isso, podemos constatar que, em função da interpelação ideológica, o sujeito se torna responsável por suas palavras, atos e condutas quando se inscreve em uma determinada prática discursiva, exercendo aí uma das suas funções, a de função-autor, que segundo Orlandi é função de todo sujeito. “Para que o sujeito se coloque como autor, ele tem que estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete a sua própria interioridade: ele constrói assim sua identidade como autor” (2001, p. 78).

Pêcheux lembra ainda que o indivíduo é interpelado em sujeito de seu

discurso quando há identificação desse sujeito com a FD que o domina, assim “o sentido é produzido como evidencia pelo sujeito e o sujeito é produzido por si” (2009, p. 238), ou seja, os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso por formações discursivas que serão o sustentáculo, na linguagem, das formações ideológicas.

Tendo como base P. Henry, Pêcheux acrescenta que “essa interpelação supõe necessariamente um desdobramento constitutivo do sujeito do discurso” (2009, p. 198) que acontece entre o “sujeito da enunciação”, aquele que representa o locutor, ou seja, aquele que “toma posição” e o “sujeito universal”, da FD, que é a forma-sujeito.

Esse desdobramento trabalha na relação entre o pré-construído, o “sempre-já-aí”, e a articulação ou efeito transversal, que representa o interdiscurso, levando esse desdobramento a assumir três distintas modalidades.

A primeira modalidade se realiza pela *identificação* do sujeito com a formação discursiva que o domina, ocorrendo pela reprodução dos saberes da forma-sujeito. Há uma tomada de posição do sujeito, caracterizando o que Pêcheux (2009) chama de “bom sujeito” que se inscreve em uma determinada formação discursiva espontaneamente. Para Pêcheux “[...] o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação” (2009, p. 199).

Já na segunda modalidade há uma relação de *contra-identificação*, ou seja, nessa modalidade Pêcheux apresenta o discurso do “mau sujeito”, quando o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal, quando esse sujeito tem uma tomada de posição de distanciamento, de dúvida, [...] se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 199).

Esse antagonismo das duas modalidades mostra que o efeito do interdiscurso “*continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite*” (PÊCHEUX, 2009, p. 200).

Uma nova discursividade surge, com um caráter historicamente novo, sendo apontada como uma “terceira modalidade” subjetiva e discursiva, como

paradoxo que integra “o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 201). Pêcheux coloca como uma forma de *desidentificação* que ocorre através de uma tomada de posição não subjetiva, em que a ideologia não desaparece, mas funciona às avessas, isto é, “sobre e contra si mesma, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)” (PÊCHEUX, 2009, p. 202). Significa que o sujeito pode romper com a formação discursiva na qual ele se inscreveu e se identificar com outra FD, deslocando, assim, a forma-sujeito.

Essa teoria levou Pêcheux a fazer um ajustamento nessa chamada “terceira modalidade”, a desidentificação, que ele apresenta no anexo III, do seu livro “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, citando o seu texto “*Les Vérités de La Palice*”, quando delinea “o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a “apropriação subjetiva da política do proletariado”.

Para Lagazzi, essa autocrítica de Pêcheux acontece na definição da desidentificação como “tomada de posição não subjetiva”, “na prática política do proletariado” quando a “ideologia funciona às avessas” (2013, p. 328).

Com isso, Pêcheux chegou a um sujeito paradoxal da prática política do proletariado em relação à prática política burguesa, colocando que:

Frente ao sujeito pleno identificado na interpelação da ideologia dominante burguesa, portador da evidência que faz com que cada um diga “sou eu”, eu me apoiava em uma exterioridade radical da teoria marxista-leninista para desvendar o ponto em que o absurdo reaparece sob a evidência, determinando, assim, a possibilidade de uma espécie de pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra, logo a possibilidade de uma “interpelação às avessas”, atuando na prática política do proletariado (2009, p. 275).

E assim, vemos que a autocrítica de Pêcheux, localiza-se na questão do sujeito pleno, que nos remete ao consciente, tendo a ilusão do controle do dizer e do sentido, em que nada falha. Mas algo sempre falha, pois mesmo quando o sujeito se desidentifica com os saberes da FD na qual ele se inscreve, ele continua afetado pelo inconsciente e pela ideologia, ocorrendo um deslocamento de uma forma-sujeito para outra. Esse deslocamento da forma-sujeito representa a desidentificação do sujeito com os saberes de uma determinada FD, identificando-se com outra FD,

mas Pêcheux enfatiza que isso não significa que há um apagamento dos saberes com os quais ele se desidentificou, pois os saberes continuam ressoando na nova FD.

Esse deslocamento de saberes nas/das FD que leva à falha no discurso, é vista por Pêcheux pelo:

Fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo de produção e do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsação” pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar (2009, p. 276).

O sujeito é capturado pelo efeito de interpelação que se manifesta pelo lapso, o ato falho, gerado por traços do significante que não são esquecidos, mas vão ressoar, mesmo que seja pelo caminho do esquecimento.

Outro ponto a ser considerado no dispositivo teórico da AD é a relação entre *discurso e texto*. Nessa relação o texto é considerado objeto linguístico-histórico e como tal, a AD busca compreender como se dá seu funcionamento, como ele produz sentido, e sua relação com o interdiscurso.

Apoiada nessa reflexão, Orlandi define texto como:

[...] um objeto que tem começo, meio e fim, mas que, se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. [...], o texto visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários) com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer) (2007, p. 57).

Há uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto, mas deve-se atentar para o entendimento de história. Orlandi (2007) enfatiza a necessidade desse cuidado quando diz que não se parte da história para o texto, mas o texto deve ser visto como ponto de partida, como materialidade histórica. Vê-se a historicidade no texto, compreendendo a sua relação com as condições de sua produção.

A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia:

não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos (ORLANDI, 1990, p. 35).

A constituição do texto pode se apresentar em diferentes materialidades simbólicas, além de ser atravessado por várias formações discursivas que o constituem, demonstrando, assim, a sua heterogeneidade. Gallo corrobora com a ideia de que o texto é heterogêneo, afirmando que “Não é possível interpretar um ‘texto’ permanecendo no seu interior” (2008, p. 83). Afirma ainda que no ato de sua leitura, já estamos trabalhando com outro(s) texto(s).

O texto traz nele as marcas da posição do sujeito do discurso, como ele se apresenta na relação do mundo com o simbólico, materializando os sentidos, e como a leitura se dá nesse processo. Sobre isso, Gallo complementa que “o texto é produzido a partir de uma posição de sujeito no discurso” (2008, p. 84) e essa posição por meio da função-autor, produz determinados sentidos em razão das formações imaginárias que projetam um sujeito leitor.

Pêcheux afirma que a heterogeneidade do texto é um atestado da abertura do simbólico, e que não é possível falar do lugar do outro, pois o sujeito não lê da mesma posição formulada pelo outro (2009). Encontramos aí os diferentes gestos de interpretação, já que a linguagem é determinada pela ideologia.

O texto funciona para o sujeito da linguagem como uma unidade, ou seja, o efeito de unidade do texto funciona para o sujeito como um efeito de fechamento. Mas o analista do discurso não toma o texto como um ponto de partida absoluto, nem como ponto de chegada, já que Orlandi coloca o texto como um material bruto a ser trabalhado num contínuo (2008).

Já o discurso é marcado por sua incompletude. Orlandi afirma que “não há um fim puntual, como não há um começo absoluto” (2008). Os sujeitos e sentidos também são incompletos e nesse movimento da falha, do possível, da abertura do simbólico, nesse movimento do sentido e do sujeito é que está a incompletude.

O discurso não tem unidade definitiva, por isso, quando se efetiva a análise do discurso, trabalha-se com a compreensão do processo discursivo. Para Pêcheux, o texto só poderá significar no discurso, pois sendo analisado isoladamente, ele não tem sentido, mas discursivamente existe uma possibilidade de

compreensão a partir da relação que ele estabelece com a formação discursiva na qual se inscreve (2007). Com isso, a relação do sujeito com a memória é materializada na relação do discurso com o e texto.

Para Courtine (1981), a ordem do discurso é diferente da ordem da língua, pois o discurso materializa o contato entre o ideológico e o linguístico: por um lado representam, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior do ideológico.

Pêcheux apresenta assim uma visão sobre ideologia, dizendo que:

A ideologia fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.. Evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado, queiram dizer o que realmente dizem, e que nasceram assim, sob a transparência da linguagem, aquilo que chamaremos caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (2009, p. 146).

Assim, o sentido das palavras e dos enunciados não está neles próprios. O autor coloca ainda que, para que se compreenda como os sentidos se estabelecem, é necessário compreender os processos discursivos nas formações ideológicas e discursivas que determinam o que pode ou não ser dito em uma conjuntura dada (PÊCHEUX, 2009).

Para Orlandi “não se pode pensar o sentido e o sujeito sem pensar a ideologia” (2010, p. 17) e também não se pode pensar a ideologia no discurso sem pensar na linguagem. Em outro momento a autora dirá que “o dizer não é propriedade particular, as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (2003, p. 32). Fala-se com palavras que já vêm carregadas de sentido sustentadas nas relações sociais, trazendo ao sujeito uma memória de um já dito.

Essa memória, que Pêcheux, apresenta como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.)” (2007, p. 52), servem como suporte de leitura e de análise para a compreensão e interpretação da realidade na qual o sujeito está inserido.

Essa é a base para o entendimento da noção de arquivo que também

Pêcheux coloca como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (2009, p. 56), quando entendido em sentido amplo. Esse campo de documentos não significa o armazenamento de papéis, mas o acesso a memórias que o sujeito toma como base para sua inscrição em um determinado discurso para poder dizer-se presente nele, constituindo um espaço de confrontos e de deslocamentos de sentidos. Pêcheux complementa, ainda, dizendo:

A outra vertente da leitura do arquivo sem a qual a primeira não existiria provavelmente como tal tem aderências históricas completamente diferentes: trata-se do enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva (2009, p. 57).

Essa memória coletiva está relacionada com a memória discursiva em que o dizer se torna possível através do já dito e, assim, faz com que haja a perpetuação da memória social, constituindo, então, o arquivo, que se fixa como lugar da memória, preservando e organizando uma memória histórica que se estabelece como um documento, um conhecimento institucionalizado e disciplinar para sujeitos inseridos naquela sociedade e em determinados discursos, onde se instaura uma determinada ordem, selecionando alguns sentidos em detrimento de outros.

Nessa perspectiva, apresentamos a relação da memória social com a interpretação em que temos a construção narrativa dessa memória que, para Mariani resulta de um processo histórico de:

disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa (1998, p. 34).

A autora complementa, trazendo a memória social como um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, garantindo, assim, “a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos ‘hegemônicos’” (MARIANI, 1998, p. 34). Mariani ainda lembra que essa impressão de linearidade não é sólida, pois existem lacunas

e deslocamentos que são próprios dos processos de repetição.

Com isso, temos a noção de memória que se aproxima da língua e da interpretação, como se observa em Orlandi:

Para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha, [...] a interpretação [...] não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não pode ser igualmente distribuída na formação social. O que garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distinguem quem tem e quem não tem direito a ela; b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo). A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro [...]. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso (2007, p. 67-68).

É na circulação dos sentidos que se produz a polissemia, fazendo com que nos espaços de entremeio, nas falhas, na incompletude do discurso sejam abertas possibilidades de novos sentidos.

Como forma de apontar esses deslocamentos, apresentamos a tensa relação entre *paráfrase e polissemia*, que vai dar o aporte para trabalhar o não fechamento das formações discursivas.

Na Análise do discurso, o funcionamento da linguagem se dá em uma relação de duas forças que trabalham continuamente o mesmo e o diferente do dizer. É um jogo contínuo da produtividade e criatividade da linguagem, entre o já-dito e o a se-dizer. É nesse movimento que os sujeitos se significam. Assim, todo discurso acontece em uma tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos.

Quando se apresenta a cristalização dos processos pelas instituições, tomando a linguagem como um produto, mantém-se o dizível no espaço daquilo que já está instituído, tem-se aí a paráfrase. Orlandi chama de produtividade a “relação do homem com a instituição, com a lei, com o sistema” (1984, p. 11).

Já a polissemia permite a criatividade, que, para a autora “instaura o diferente, na medida em que o uso, para romper o processo de produção dominante de sentidos e na tensão com o contexto histórico-social, pode criar novas formas, produzir novos sentidos” (ORLANDI, 1984, p. 11). Ocorre uma ruptura, um

deslocamento do dizível. Ocorre uma tensão na relação entre o homem e o mundo, instalando um conflito entre aquele que está legitimado pela instituição e aquele que ainda tem que se legitimar.

Orlandi ainda conceitua processos parafrásticos como “aqueles pelos quais, em todo dizer, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (2009, p. 36). Trata-se da estabilização, um dizer sedimentado, reiterando o mesmo. Relacionada à produtividade, a paráfrase busca reiterar os processos já cristalizados, mantendo o homem em um retorno constante no espaço do já dito.

Já a polissemia leva ao deslocamento, a uma ruptura, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos. Apresenta-se, nos processos polissêmicos, a criatividade, desencadeando um conflito com o já dito. É para Orlandi “a passagem do irrealizado ao possível, do não-sentido ao sentido” (2009, p. 38) ou de outros sentidos possíveis.

Para que haja um movimento dos sujeitos e dos sentidos, é necessário que ocorra a falha da língua e que o real da história se irrompa, havendo, assim, a transformação. Isso acontece, de acordo com Orlandi, porque a língua é sujeita ao equívoco e à ideologia, e nesse ritual é que o sujeito significa e se significa (2009). Portanto, nem os sentidos, nem os sujeitos e nem o discurso estão acabados, prontos, mostrando a incompletude como condição da linguagem.

Para nos remeter ao caráter da incompletude da linguagem, abordamos a noção de *silêncio* em que as palavras são constituídas de silêncio e esse silêncio é uma forma de estar no sentido, pois mesmo com o silêncio, os sentidos estão em processo de produção, remetendo-se à incompletude da linguagem. É a relação do dizer com o não dizer que faz com que os sentidos possam ser outros, sempre no movimento entre mudança e permanência.

O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito (ORLANDI, 2002, p. 13).

E é nesse movimento dos sentidos que Orlandi (2002) coloca o silêncio como “fundante”, pois quando se diz que há silêncio nas palavras, trata-se de

significações possíveis, mas não ditas, indicando que o sentido sempre pode ser outro, ou que aquilo que é mais importante nunca se diz.

O funcionamento do silêncio tem relação com o movimento do discurso que é apresentado na contradição entre o mesmo e o diferente, no jogo da paráfrase e polissemia. Esse movimento mostra-se antagônico no sujeito e no sentido, fazendo-se no entremeio da ilusão de um único sentido e o equívoco de todos os sentidos.

É assim que se compreende o silêncio fundador, pois ele significa a garantia do movimento de sentidos.

Quando atentamos para o silêncio, tematizando razões “constitutivas”, fazemos o percurso da relação silêncio/linguagem e estamos no domínio do silêncio fundante. Quando circulamos pelas razões políticas, trabalhamos a dimensão do silenciamento na “formulação” dos sentidos (ORLANDI, 2002, p. 55).

Orlandi apresenta ainda a “política do silêncio”, quando há além do apagamento natural que é próprio de toda formulação, o apagamento deliberado de algumas memórias discursivas (2002). Esse apagamento pode ser observado na interdição da língua alemã na época do nacionalismo brasileiro.

Essa política do silêncio se define:

[...] pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada. [...] Se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito é o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, 2002, p. 75-76).

Juntamente com o silêncio constitutivo, em que o dizer e o silenciamento são inseparáveis, Orlandi apresenta “o silêncio local”, onde o sujeito é impedido de dizer aquilo que pode ser dito em uma determinada estrutura, Essa interdição do dizer pode ser exemplificada pela censura, onde a autora diz que “é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do inderdito, do proibido” (ORLANDI, 2002, p. 77). Com isso há uma relação entre estar no sentido com palavras e no silêncio, sem poder dizer.

O sentido se faz no silêncio, que é o componente essencial na relação do sujeito com as formações discursivas, permitindo uma transformação dos sentidos e não apenas uma reprodução destes.

O silêncio, nesse movimento dos sentidos, pode ser considerado parte da incompletude, trabalhando os limites das formações discursivas, produzindo tanto a polissemia (a-dizer) quanto à paráfrase (o já-dito). Para Orlandi (2002) o silêncio trabalha os limites do dizer, com seus horizontes possíveis ou realizados.

Todas as formulações apresentadas dão suporte para a compreensão da relação entre língua, história e sentido, inerentes à língua e identidade dos imigrantes alemães e seus descendentes, desde a interdição dessa língua no Estado Novo (1937-1945) com a Campanha de Nacionalização até a contemporaneidade.

3 A CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA: LÍNGUA NACIONAL E LÍNGUA MATERNA

Para introduzir as discussões sobre a língua, trazemos a reflexão sobre o mito da Torre de Babel, nome dado à cidade dessa história, que tem como significado “confusão”, a confusão das línguas. Essa história traz a explicação sobre a origem das línguas, fundamentada no discurso religioso.

Na Bíblia, Gênesis (11, 1) conta que “na terra não havia senão uma linguagem e um mesmo modo de falar”. Adão recebera de Deus uma língua e todos tinham os mesmos sentidos para as palavras, nomeando tudo o que existia. Mas os homens resolveram criar uma cidade com uma torre tão alta que chegaria até o céu e os tornaria célebres e poderosos. Então Deus resolveu castigá-los pela ousadia, fazendo com que ninguém mais se entendesse e, assim, os homens passaram a falar línguas distintas, deixando de construir a cidade e a torre e se dispersaram pelo mundo, falando línguas diferentes com sentidos diferentes. Essa diversidade de línguas é apresentada como forma de evitar que o poder ficasse centralizado. E que esse domínio se espalhasse por toda a terra.

O castigo imposto pela soberba do povo de querer implantar um império universal foi o equívoco, o desentendimento. Derrida (2002) coloca que o desejo da unidade de uma língua, da completude, de impor uma língua ao universo se torna um sonho irrealizado e também irrealizável.

É essa heterogeneidade da língua que acabou ocorrendo em decorrência da torre que destruiu o sonho e a ilusão de uma língua una, a qual o homem poderia controlar e dominar outros homens. Derrida afirma ainda sobre o castigo imposto ao povo da Torre de Babel:

[...] quando Deus lhes impõe seu nome, ele rompe a transparência racional, mas interrompe também a violência colonial ou o imperialismo linguístico. Ele os destina à tradução, ele os sujeita à lei de uma tradução necessária e impossível; por conseguinte, do seu nome próprio traduzível-intraduzível, ele libera uma razão universal (esta não será mais submetida ao império de uma nação particular), mas ele limita por isso a universalidade mesma: transparência proibida, univocidade impossível (2002, p. 25).

Passear por Babel nos faz refletir sobre seus dois lados. De um, o sonho da completude, reconhecidamente legitimada pelo pai, pelo poder das normas, da

lei. E de outro a dispersão através da heterogeneidade que constitui a língua e o sujeito, lembrando que a derrota do povo, gerada pelo orgulho, dá lugar a multiplicidade de línguas e conseqüentemente, à incompreensão.

No entanto sabemos que muitos em nome do poder, da política acreditam na objetividade e racionalidade da língua, e usam da imposição desta como forma excludente daquele que é diferente, interditando-o pela lei ou pela força. Foi o que aconteceu com os índios no início da colonização do Brasil e com os imigrantes e seus descendentes na campanha de nacionalização. Essa população se viu, segundo Coracini (2007), na contingência, necessária e imposta, de falar a língua portuguesa, tendo que abandonar sua língua materna.

A partir dessa alegoria do discurso religioso, vemos uma recorrência na política linguística utilizada pelo poder do Estado, em que também se buscava a unidade de uma língua. Podemos trazer Gadet e Pêcheux (2010) mostrando a ideologia funcionando nesse apagamento das diferenças para produzir um efeito de que todos são iguais.

É nessa relação do mesmo e do diferente que procuramos indicar o lugar da língua na constituição do sujeito e como se dá o seu funcionamento na memória/esquecimentos do imigrante alemão e seu descendente, transitando entre imbricamentos e deslocamentos da língua materna e da língua nacional.

Essa visão da importância da língua para o sujeito como forma de constituir-se dentro de um grupo, mantendo, fortalecendo ou modificando a memória e a cultura, pode ser vista no pensamento de Koch sobre a língua:

Por intermédio de sua língua, os homens ordenam seu mundo, encontrando palavras para as coisas, ações, acontecimentos. Por meio dela, transmitem este ordenamento de geração em geração. Através da linguagem, criam imagens não só do mundo, mas também de outros homens e de si mesmos, de suas origens e de seu futuro (2003, p. 198).

A língua é tomada aqui na sua dimensão social e histórica e quando se está falando sobre a língua na perspectiva de produção humana e sócio-histórica também está se falando em memória, funcionando aí a repetição.

Payer (2006) enfatiza um ponto fundamental sobre a língua: A “memória na língua”, na qual, através da repetição, os sentidos são produzidos e sustentados

socialmente. Desta maneira, “podemos compreender que o modo como uma sociedade, um povo produz sentidos historicamente encontra-se marcado em sua linguagem, no modo como ele fala a “sua” língua, ou melhor, a língua que lhe é dado falar por sua história” (PAYER, 2006, p. 39). A autora ainda complementa dizendo que “a língua é tomada como parte da história, e a história significa *com a, através da* língua”. Payer também considera a “memória da língua” em que, sendo sujeitos da linguagem (re)produzimos discursos com suas memórias próprias, como palavras de ordem, modos de dizer ou simplesmente palavras, não nos dando conta de quanto esses discursos carregam de memória.

Como já vimos anteriormente, na perspectiva da Análise do Discurso, a língua “é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude” (ORLANDI, 2009, p. 12). Ela possui uma autonomia que não é vista como defeito, mas qualidade em sua materialidade, sendo a “falha e a incompletude” lugares do possível.

Nesse sentido, procuramos compreender o imigrante alemão e seu descendente nas relações de aproximações e deslocamentos na sua inserção na nova terra, o Brasil e como esses sujeitos se significam e significam através da relação língua/discurso, pois a língua é a base de todo processo discursivo.

O sentido de língua também está inserido no sentido de Nação, Estado, e contempla a relação (sempre conflituosa) entre a língua nacional e a língua materna. E para esse entendimento é importante relacionar o sujeito ao seu lugar na língua. A noção de lugar aqui não significa pelo seu sentido empírico, mas o sentido que é apresentado por Pêcheux (2010) nos leva ao lugar histórico, às condições de produção do discurso e a uma posição discursiva. Por isso, a língua, enquanto construção simbólica apresenta-se nos vários discursos, produzindo sentidos, que fazem com que o sujeito se identifique em uma determinada formação discursiva.

Para se conceber a língua discursivamente temos que considerar a história, a sociedade, a cultura, mas também o político e a ideologia. Todos esses aspectos fazem parte dos processos de significação do discurso em uma relação sempre tensa, quando trabalhamos com a língua em funcionamento, pois, como afirma Orlandi, as palavras “significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (2009, p. 32).

Desse modo, o sujeito é afetado pela língua e pela história, não podendo

controlar-se, mas sendo controlado por ambas, já que todos os mecanismos de funcionamento do discurso estão pautados nas formações discursivas, onde os sentidos são determinados pelas posições ideológicas, colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Assim o sujeito, com todo esse peso, constitui-se no discurso.

Para o entendimento dessa relação entre língua/discurso, e também para entendermos como o imigrante e seus descendentes transitaram nessa relação tensa entre a língua materna e a língua nacional, Orlandi propõe refletirmos sobre a distinção entre duas concepções de língua atravessadas pelo político: a língua imaginária e língua fluida.

A língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. Objetos-ficção que nem por isso deixam de ter existência e funcionam com seus efeitos no real (2009, p. 18).

O Estado brasileiro, através das políticas linguísticas adotadas ao longo de sua construção, tinha, no seu imaginário, que uma língua estável, regrada, sistematizada daria conta de uma unidade que vai ser desejada pelo Estado e vislumbrada em uma língua que pudesse representar esse imaginário, ou seja, uma língua nacional; tinha o desejo por uma língua que sustentaria essa ideologia e que daria uma identidade nacional para o Brasil.

Quando nos referimos ao Estado Nacional, não estamos determinando somente o sentido de território e nem de fronteira, mas das relações de poder, relações de força que se estabelecem, organizando determinadas regras, levando o sujeito ao assujeitamento dentro de um determinado sistema de regulação linguística. O Estado é aquele que detém a ideologia dominante a partir do poder (HAROCHE, 1992) que se fortalece com base em uma língua homogênea.

Considerando os sentidos produzidos na significação e consolidação da ideia de Estado Nacional, com uma língua nacional, Orlandi coloca que para a concretização desse intento é fundamental a “construção imaginária da unidade e da homogeneidade como pré-requisitos básicos para se ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua (nacional)”

(2002, p. 22).

Essa língua imaginariamente garantiria a unidade linguística sem o uso da força por parte do Estado, e seria o alicerce para sustentar uma posição discursiva pautada em uma política centralizadora e linguisticamente homogênea.

A língua oficial tem parte com o Estado. E isto tanto na sua gênese como nos seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais (Escola, administrações públicas, instituições políticas, etc.), essa língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são medidas (BOURDIEU, 1998, p. 25).

Essa busca por uma unidade nacional, sustentada pela língua, está na base do sentido de nação, e de um ideário de sujeito nacional. Essa tentativa vinha sendo apresentada desde a instalação da República Velha, mas foi retomada e se pôs em prática, de uma forma mais contundente, no Estado Novo de Getúlio Vargas. Payer lembra que faltavam referenciais específicos para o Brasil identificar-se como nação e “elementos como cor, raça, etnia e língua formavam os pilares dessas discussões” (2001, p. 240).

O sentido de nação não estava presente no Brasil e, desde o início do século XX, havia uma grande preocupação em torno da ideia de nação e nacionalidade, pois quando foi criada a República, instituiu-se o Estado, sem prospectar uma visão sobre o que seria realmente um sujeito nacional e qual seria a língua nacional. Com essa inquietação, os políticos da época, mas principalmente os intelectuais liberais, projetaram símbolos nacionais e enfatizavam temas voltados à questão da nação. Nessa perspectiva, Payer (2001) comenta que o desejo desses intelectuais era de propagar o sentimento de nacionalidade a toda população brasileira, principalmente aos imigrantes que viviam nas regiões de imigração, sendo inseridos em um contexto de desenvolvimento, já que passaram muito tempo isolados nas suas colônias.

Esse isolamento também era preocupante para essa elite liberal, pois os integrantes dessas comunidades possuíam uma “certa” independência, gerando um forte crescimento com uma organização econômica e principalmente política; tudo resguardado por uma cultura própria e uma língua (vista como estrangeira). No

momento em que se buscava a unidade para a nação, os estrangeiros eram chamados de “inimigos externos”, pois traziam a diversidade e oposição, que eram inadmissíveis na estruturação de um ideário de nação.

Com isso, a relação de oposição entre o que era estrangeiro e o que era nacional se afloram, levando os imigrantes e seus descendentes a serem vistos como “alienígenas”¹ “inimigos da nação”. Nesse sentido, vemos a produção de gestos autoritários oriundos de um discurso político, pautado no discurso jurídico, sendo intensificado no Estado Novo de Getúlio Vargas.

Esses fatos são fundamentais para que se entenda a constituição dos sentidos de nacionalização, e a proibição das línguas estrangeiras, como complementa Payer:

Isto nos leva a observar uma dimensão importante da medida de interdição dessas línguas, a saber: ela não incide simplesmente sobre “uma língua estrangeira”, mas sobre sujeitos, sentidos e memórias presentes de modo central no seio da sociedade (2001, p. 242).

Se fizermos uma rápida leitura dos acontecimentos que marcaram a formação histórica do Brasil como Estado e como Nação, veremos que a questão da nacionalização linguística sempre esteve presente como elemento principal na tentativa de uma formação da identidade nacional. Podemos nos reportar, inicialmente, ao silenciamento da língua geral, com o documento do Marques de Pombal sobre o Diretório dos Índios de 1758 que determinava a obrigatoriedade da língua do príncipe, impondo uma política linguística, favorecendo a língua portuguesa como a língua oficial, o que legitimava o colonizador (que falava essa língua) em detrimento do colonizado (para quem a língua portuguesa era uma língua estrangeira).

Mas a Independência do Brasil, em 1822, trouxe mudanças para o país, revelando novos tempos e, assim, estabeleceu-se o Estado brasileiro, legitimado politicamente pela desvinculação de Portugal e, com isso, a questão da língua foi

¹A categoria “alienígena” — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade (SEYFERTH, 1997).

evidenciada (ORLANDI, 2007).

A partir desse momento, as discussões sobre uma “língua brasileira” começavam a ser referenciadas, buscando a legitimação do Estado pela institucionalização da língua.

Na busca por uma construção de uma língua nacional brasileira, surgiu, na segunda metade do século XIX, a gramatização brasileira da língua portuguesa, favorecendo o rompimento com a tradição gramatical portuguesa e, principalmente, como componente para a formação de uma identidade linguística nacional e do cidadão na sociedade brasileira.

A gramatização do português brasileiro, além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições (ORLANDI, 2007, p. 55).

Após esse processo de gramaticalização e o fortalecimento do Estado brasileiro, surgiu a necessidade de um desenvolvimento científico da língua, através da Linguística E, assim a ciência se tornou “um argumento do Estado. E isso afeta a questão da língua e do saber sobre ela. O que se reflete evidentemente sobre a questão do ensino, da Escola: com a Linguística, o tratamento da língua se coloca no âmbito da ciência [...]” (ORLANDI, 2002, p. 161).

Com o início da República, em 1889, o Estado brasileiro já se encontrava estabelecido, o que garantia uma diferença e um afastamento em relação a Portugal. Com isso, para Orlandi, institucionalizou-se a língua nacional relacionada ao Brasil e ao brasileiro (2007) e, assim, fortaleceram-se as discussões sobre a nomeação da língua do Brasil, surgindo um novo sentimento nacionalista e evidenciando a relação língua e Estado.

Foi nessa época, e mais precisamente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que o termo “nacionalismo” começou a surgir mais fortemente, legitimando as ideias nacionalistas. Orlandi, referenciando Antônio Candido, coloca que o “nacionalismo” foi abordado como a defesa dos interesses nacionais como forma de fazer frente à opressão econômica e política exercida pelos países ricos (2007). Um dos primeiros manifestantes em favor dessas ideias foi a Liga de Defesa

Nacional, tendo como um dos fundadores o poeta Olavo Bilac, que foi um dos arraigados defensores do nacionalismo. Esse grupo buscava defender o serviço militar e a educação patriótica. Outro objetivo proposto era a difusão da língua nacional nas escolas estrangeiras, como forma de disseminar o nacionalismo entre as crianças.

Mas a ampliação e o recrudescimento do nacionalismo ocorreram no Estado Novo (1937-1945) com a imposição de uma política linguística severa por parte do governo de Getúlio Vargas, e se intensificou na Segunda Guerra Mundial.

Todos esses acontecimentos mostram que sempre houve uma tentativa de impor uma língua imaginária que desse conta de uma também imaginária unidade nacional. Mas Mariani nos diz que a relação língua, sujeito, nação sempre está em movimento, na sua incompletude:

A identidade da língua nacional permanece como alvo de projeções políticas e acadêmico-literárias que, ao sabor ou contra os domínios de saber historicamente constituídos, que além de determinar o que pode e deve ser dito também prescrevem como deve ser dito. São projeções que, tomando a língua como objeto simbólico da nação, fazem consistir a língua nacional de acordo com predicacões que a qualificam 'sendo isso ou aquilo' ou que a caracterizam como 'tendo isso ou aquilo' (2008, p. 26).

Os políticos e intelectuais buscaram determinar uma língua imaginária que fosse capaz de uma estabilidade de sentidos, de uma unidade, que obedecesse a regras que gerassem controle. Mas nos processos discursivos de uma língua, na língua fluida, convivemos com situações complexas, contraditórias, que trazem uma memória e uma variedade de novos sentidos para a língua. Na realidade, como diz Orlandi “[...] não temos controle sobre a língua que falamos”. Ela não tem os limites e a unidade que imaginamos, ela é profunda e com movimento constante É “des-limite” (2009, p. 18).

Para Pêcheux “nenhuma língua pode ser pensada completamente” (2008, p. 51). Pois é próprio da língua o papel do equívoco, da falta, tornando possível, no discurso, o deslizamento dos sentidos. Pêcheux ainda complementa que a língua aparece atravessada por uma divisão discursiva. Por um lado, apresenta-se na “manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento” e por outro lado, temos as “transformações do sentido,

escapando a qualquer norma estabelecida”, na construção dos múltiplos sentidos sustentados pela infinitude das interpretações.

A língua não é um sistema perfeito, ela é sujeita a falhas e está aí não um seu defeito, mas uma sua qualidade. A que permite que haja mudança, que os sujeitos, no furo da ideologia, ressoem suas singularidades na história, produzindo outros sentidos, em novas discursividades, na abertura da língua que não se fecha. Sujeito e sentido, assim como as línguas estão sempre em movimento (ORLANDI, 2009, p. 190).

Para refletirmos sobre os limites da língua, nos colocamos entre a estruturação sistematizada por estudos linguísticos e tomada pelo Estado no jogo político das ideologias nacionalistas, e a língua com seus sentidos múltiplos de uma língua fluida, conforme proposição de Orlandi:

A língua fluida, por seu lado, é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites (2009, p. 18).

Entramos aqui na relação de unidade e diversidade, que Orlandi coloca como um “jogo contraditório entre a igualdade juridicamente autorizada e a absorção politicamente negociada da diversidade” (2002, p. 96).

No domínio da língua imaginária estava a construção da língua nacional. Mas o contato histórico e cultural entre as línguas colocou em relação, o jogo da língua imaginária e da língua fluida. Nesse jogo também estavam presentes a língua materna dos imigrantes, e mesmo que essa língua tivesse sido silenciada na prática de uma política linguística que legitimava uma “outra” língua, a língua nacional, ela constituía uma das forças desse embate. Para Orlandi “a “nossa” língua é muito maior do que pretendem os gramáticos e os políticos patrioteiros” (1990, p. 161), pois nela tramitam coisas inimagináveis que ficam em suspenso na memória. É nela que os sujeitos se significam e significam nas suas relações. Orlandi ainda completa que “[...] as línguas não têm os limites que, seja por razões históricas, sejam sociais ou políticas, gostaríamos de lhe impor” (ORLANDI, 1990, p. 161).

3.1 A LÍNGUA MATERNA E A LÍNGUA NACIONAL

A tensão que se verificou entre a língua produzida pelo imaginário e a língua fluida, com seu movimento constante, traduziram-se na tensão entre a língua materna e língua nacional que fez parte da história dos imigrantes alemães e seus descendentes.

Quando nos referimos à língua nacional, é a língua de um Estado, que vai representá-lo e será legitimada por ele, através de uma sistematização e de uma política linguística que, imaginariamente, leva a uma unidade e homogeneidade da língua. Para essa finalidade, procuramos apresentar a língua nacional historicamente constituída, dentro de um sistema linguístico de formação.

Trazemos também uma reflexão sobre o sentido de língua estrangeira, vista aqui como língua materna, que na perspectiva do Estado brasileiro era a língua dos imigrantes. O sentido da língua chamada “materna” se apresentava pelo viés da identidade, pela memória do sujeito.

Pretendemos aqui mostrar como os sujeitos se constituíram entre as duas línguas, a nacional e a materna, que não eram da mesma ordem. Para Payer, *“língua nacional e língua materna não são as mesmas porque se trata de conceitos diferentes, que designam fenômenos muito distintos em seu funcionamento, na relação do sujeito com as línguas, em face da memória histórico-discursiva”* (2009, p. 51). Dessa maneira, procuramos compreender esses distintos funcionamentos, na relação do sujeito imigrante alemão e seus descendentes, com a língua.

Na construção do imaginário social de uma língua, está a história do sujeito no âmbito social e político que, conseqüentemente, está relacionada com a formação de um país, da nação, do Estado.

Os objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país são de muitas e variadas naturezas. E é da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam tanto os sentidos atribuídos ao país como os que dão sentidos a esses sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de ‘seu país’, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história (ORLANDI, 2002, p. 21).

Dentro de uma perspectiva discursiva, temos o sujeito e o sentido que se

constituem ao mesmo tempo. Desse modo, há uma busca da construção de um Estado, de uma identidade nacional e de um sujeito que se constitui na relação com essa identidade.

Orlandi faz um paralelo da relação entre a constituição do sujeito e dos sentidos com a constituição imaginária da língua nacional, podendo dizer que:

na construção do imaginário social, a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado (2002, p. 21).

Nesses diferentes processos discursivos também se estabeleceram diferentes concepções de sociedade, e para entendermos melhor o sentido da construção do nacional para os imigrantes alemães, vamos apresentar conceitos fundamentais sobre nação e país traduzidas na identificação desses imigrantes. Para eles, a ideia de nação aparece como pertencimento a uma entidade “supra territorial”. O sentido de nação alemã é concebido por Seyferth (1999) como entidade cultural e linguística que une um povo da mesma origem, e por outro lado à nova pátria é a colônia, a nova cidadania brasileira, mas a etnia ainda continua sendo a alemã.

Simbolicamente, a língua alemã, para os imigrantes, era uma forma de estar “ligado” em comunidade. Uma forma de manutenção da identidade de ser alemão; independente do “lugar” onde se estivesse.

Já para o Estado brasileiro esses sentidos não eram assimiláveis. Seyferth completa que “a ideia de nação incutida pela ideologia nacionalista afirma que só o nacional é cidadão de fato”, portanto, imigrantes e descendentes, que carregam culturas diversas e identidades étnicas, não fazem parte da comunidade nacional, não possuem “consciência” ou “espírito nacional” (1999, p. 225).

A relação entre a língua e o sentido de nação, no Brasil, estava permeada pelo espaço geográfico, ou seja, o solo. E essa naturalização da identidade nacional estava ancorada na natureza, na terra. Dessa forma, Dias afirma que “o homem do Brasil permanece configurado como “homem da terra” e não como cidadão de uma nação” (2001, p. 196).

Esses conceitos serão revistos mais profundamente nos próximos

capítulos, mas aqui são importantes para entendermos essa tensão entre a língua nacional e a língua materna e entendermos como se constituiu esse sujeito imigrante e seu descendente que é permeado pelas duas línguas.

A construção da língua dentro de sua incompletude que a constitui e como um espaço político, apresenta-se em um percurso marcado por uma história de trajetos conflitantes. Nessa história de tentativas de legitimação de uma língua e de apagamento de outra, construiu-se a língua nacional.

Para entendermos essa construção, trazemos a noção de colonização que Mariani coloca como “a coexistência de povos com línguas distintas em um dado momento histórico” (2007, p. 85), ou seja, uma coexistência que gera tensões e confrontos e também contempla a questão da força.

Já no período das descobertas, na América, observamos que havia um discurso do colonizador, reiterando as ações de povoamento e da defesa da terra conquistada, mas silenciando outras identidades locais². Esse discurso procurava impor-se pela força, que Mariani coloca como “força institucionalizadora” de uma língua escrita, que trazia uma memória, a memória do colonizador com sua história e sua língua. Como forma de tentar legitimar essa língua, elaboraram-se instrumentos linguísticos como gramáticas, cartilhas, dicionários; elementos homogeneizantes da língua como forma de aprisionar a sua fluidez, mas o real da língua sempre procurou transpor os limites dos saberes constituídos, contidos em arcaouços e fórmulas.

O desejo de uma unidade linguística estava pautado na padronização através da elaboração de instrumentos linguísticos e de uma literatura escrita e levou à constituição de uma identidade nacional: “uma única língua a ser usada pelos cidadãos, algo que demarca um território e afirma o pertencimento a uma determinada formação social” (MARIANI, 2007, p. 91). Com isso, temos a construção de identidades nacionais relacionadas à história das línguas.

Para conflitar a questão da língua do colonizador imposta sobre a língua do colonizado, trazemos Gallo (1996) que ressalta o confronto das línguas

²Ressaltamos que não se trata do mesmo processo de apropriação linguística entre indígenas e os alemães. Há sim uma relação colonizador-colonizado que sobredetermina a relação colonizador-imigrante, de ordens político-sociais (e porque não dizer históricas) diferentes. Principalmente no que diz respeito à oralidade e escrita.

orais, não grafadas dos colonizados, que produziam um efeito de ilegitimidade, portanto, não comendo o nacional e, por outro lado, a língua grafada, através dos textos em língua portuguesa, que davam um efeito de legitimidade e de unidade, já que representam discursivamente o Brasil. Gallo ainda complementa sobre essa relação paradoxal que “quanto mais de acordo com as normas da língua disciplinar (a portuguesa), mais brasileiro” (1996, p. 102). Encontramos aqui uma ideologia de legitimação da língua portuguesa que dentro de uma política linguística começava a se impor na relação língua/nação. Com a padronização da língua, com suas normas para uma unificação e instrumentalização, tornou-se língua nacional legitimada do Estado Nação.

Essa legitimação da língua portuguesa também pode ser analisada na perspectiva de uma língua de conquistas, servindo para o expansionismo português e também para disseminar a língua portuguesa através da evangelização católica dos índios.

Assim, já podemos sentir a ação do Estado (português), o colonizador, com a imposição do ensino da língua portuguesa nas escolas dos jesuítas. Com isso, havia um desenvolvimento da língua portuguesa que implicaria em uma diminuição do uso das línguas de base indígenas, chamadas de “língua geral”.

Desse modo, considerando as línguas significadas no contexto de expansão, Mariani afirma que “as línguas constituem não somente um saber linguístico a ser partilhado, mas também práticas sociais, culturais, religiosas a serem aprendidas ou impostas” (2007, p. 88). É a supremacia de uma língua em detrimento de outra que determina a supremacia de um povo sobre o outro.

Mas na história das línguas, a língua de Portugal, o colonizador, apresentou descontinuidades, pois a partir de 1822 com o advento da Independência, estabeleceu-se o Estado brasileiro que passou a reivindicar uma autonomia linguística, a partir de um processo de descolonização. Para Orlandi o momento definidor da constituição de um sujeito nacional e, conseqüentemente, uma língua nacional, ocorreu a partir do século XIX com o início da República e a busca por uma identidade nacional (2009). A partir desse momento, língua e Estado deveriam estar fundidos na institucionalização da brasilidade.

A autora chama a atenção para esse momento da história, pelo fato de

representar as iniciativas políticas e intelectuais que organizaram uma forma de conhecimento e, principalmente, formas sociais e institucionais que instrumentalizaram a relação com a língua. A unidade da língua nacional estava veiculada a uma produção linguística e literária, a escolas e programas de ensino, a gramáticas que legitimassem essa determinada língua.

Era um momento de concretizar o desejo de se ter uma língua nacional com sua escrita, sua literatura, assegurando a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos que constituiriam a materialidade da cidadania. A materialização dessa cidadania estava na Independência e depois na República, sustentadas pelas Instituições e por uma textualidade que garantiria a construção e os sentidos dessas instituições e dos sujeitos sócio-históricos inseridos nesse contexto. As gramáticas, os dicionários, as obras literárias, os manuais eram objetos simbólicos que se mostravam necessários e, conforme Orlandi (2001), importantes para a promoção e a relação dos sujeitos e os sentidos, formando a história e configurando uma sociedade. Esses objetos servem como um observatório para termos um parâmetro de como são constituídos os sujeitos, a sociedade e a história.

A construção discursiva da brasilidade nos mostra como a questão da língua nacional estava ligada à constituição do sujeito nacional e do Estado brasileiro, e como os sentidos se constituíam nesse caminho. E é nesse caminho que aparece a língua como representação de uma nacionalidade, sendo percebida a diferença da língua do Brasil em relação a outra língua.

No contexto do final do século XIX houve um momento de ruptura com a filiação portuguesa através do estabelecimento da gramaticalização da língua. A partir da produção das gramáticas brasileiras, assegurou-se uma identidade linguística nacional e o cidadão passou a afirmar-se com uma identidade de cidadão brasileiro, legitimando-se através da escrita. Assim, para Orlandi:

A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. A gramática, como um objeto histórico, um instrumento linguístico, disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado) através do conhecimento (2009, p. 154).

Vemos que a materialização dessa busca por um nacionalismo se deu

nas diferentes instâncias institucionais, sendo estas o berço da construção dessa unidade da língua que foi disseminada através do discurso político, jurídico e pedagógico com a criação de escolas e também no estabelecimento de programas de ensino.

E assim, assistimos um grande investimento do Estado em políticas linguísticas, apostando no controle (imaginário) sobre a língua, na sua relação com um projeto de construção da nação brasileira.

A legitimação de uma identidade nacional também está pautada na escrita, que começa a ser estabelecida. Para Gallo (1996) isso acontece quando o Brasil efetiva a sua produção literária “brasileira” escrita em língua portuguesa por sujeitos nascidos em terras brasileiras. E assim, o ensino da língua, que começa no século XIX, entra no campo pedagógico e a escola o absorve como um modelo a ser reproduzido. Com isso, o ensino da língua, através de suas normas, vai sendo imposto para os sujeitos, sendo que esse processo vai transformando a língua portuguesa em língua “materna”. A autora ainda complementa que “[...] ensinar a língua é ensinar a reproduzir a língua escrita já produzida” (1996, p. 103) e a consequência disso é que esse ensino da língua jamais colocará em risco a ordem social e política. O poder da escrita é apresentado aqui na produção de sentidos de um outro discurso, que Orlandi (2007) denomina como Discurso Pedagógico, o qual causa um efeito de legitimidade para os textos formulados pela escola como “modelares”, direcionando esses textos como base para uma estabilização de uma língua “nacional”, para os quais se cria um efeito de unidade e transparência. Estar fora do discurso da língua nacional era estar fora do discurso da escrita, que legitimava essa língua e estar inscrito no discurso da oralidade, não tem efeito de autoria, portanto era estar no lugar do erro, da não identificação.

Todo esse processo de construção e legitimação da língua como nacional atestou a relação língua e Estado. Para Orlandi, com esse processo, “individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições” (2007, p. 55).

Com isso, o papel da escola, nesse intento de nacionalizar a língua e, conseqüentemente, de compreendê-la como lugar politicamente significado, de articulação da ciência e do poder do Brasil (ORLANDI, 2002), foi visto como um

processo de nacionalização que deveria incluir os imigrantes, posto em prática pelo Estado. “Um trabalho de regulamentação das memórias discursivas presentes na sociedade brasileira” (PAYER, 2001, p. 235).

Mas as tensões causadas pela tentativa de impor uma língua nacional, que legitimasse o Estado brasileiro, mostram “que os lugares ou estatutos de língua materna e de língua nacional não coincidem, nem empírica e nem teoricamente” (PAYER, 2007, p. 117). Para a autora, as duas línguas funcionavam em um batimento diferenciado, que impossibilitava ao sujeito transitar do estatuto de uma língua para outra, sem a mudança material. Com isso, a língua nacional e a língua materna

se encontram em uma forte tensão entre si, tanto na história, como línguas distintas concorrentes, como também na atualidade, pelos efeitos de memória ligados a essa história, que afetam o sujeito em seus processos de identificação (PAYER, 2007, p. 117).

Payer ainda afirma que “o sujeito imigrante constituído (interpelado) por esses sentidos de nacional, nacionalidade, nacionalismo, se opacifica na história que o constitui, por entre as várias memórias discursivas e a relação com as diversas línguas” (2001, p. 247).

Assim, o imigrante e seus descendentes foram chamados a se representarem como brasileiros pelo Estado Nacional, em nome de um ideal nacionalista, ancorado por uma língua imaginária que sustentaria a consolidação do Brasil como nação. Era uma forma de produzir um “bom brasileiro”, inscrevendo-se como sujeito nacional e apagando as imagens de um sujeito estrangeiro, que tinha sua língua com ancoragem de uma identidade outra.

Nesse sentido, podemos trazer Pêcheux que apresenta:

A multiplicidade das ‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los, de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos (2008, p. 30).

Quando trazemos esse pensamento para a compreensão das técnicas

utilizadas pelas campanhas de nacionalização, vemos que o Estado brasileiro buscava no sujeito imigrante e seu descendente uma “individualização”, que o levasse a ser um “bom brasileiro”. Assim, esse sujeito não poderia identificar-se como brasileiro e alemão, simultaneamente, e como ele estava no Brasil, deveria constituir-se como brasileiro. Pêcheux (2008, p. 30) coloca que em um espaço jurídico, econômico e político há uma “coerção lógica disjuntiva” em que uma pessoa só pode ser uma coisa e não outra, mas a ideia desses espaços estabilizados acaba se tornando insustentável, pois se entra no jogo de dominação/resistência. Assim, temos o sujeito imigrante/descendente se vendo obrigado a inscrever-se na língua nacional pela dominação, mas também a resistir na sua língua materna, no funcionamento da e pela memória.

Payer nos aponta que “o processo de nacionalização dos imigrantes realizou-se em meio à disputa de interpretações, junto a produções de imagens: a imagem (e o sujeito, a “posição-sujeito”) do “nacional” e em contrapartida o apagamento da imagem (e da posição-sujeito) imigrante-estrangeiro” (2006, p. 48).

Sabemos que a busca por uma unidade linguística é parte constitutiva de todo processo de organização social em torno de uma identidade única. Desse modo, o apagamento de algumas línguas que estão em funcionamento em uma determinada sociedade é parte constitutiva de legitimação de uma língua sobre a outra. Na história do Brasil, e mais precisamente nas décadas de 30 e 40, a língua materna do imigrante e de seus descendentes foi apagada discursivamente na história, mas ela se manifesta ainda hoje, mesmo que difusa, e continua funcionando como lugar de memória (PAYER, 2006).

Essa materialização da língua pela memória é colocada por Payer como um jogo pela “presença (permanência) de marcas linguísticas, que reage à ausência (esquecimento) da língua” (2007, p. 115). Desse modo, essas marcas podem ser conscientes, quanto identificadas pelo sujeito ou inconscientes, quando a língua que foi silenciada se encontra naturalizada no sujeito.

Revuz vê a língua “como material fundador de nosso psiquismo e de nossa vida relacional” (2006, p. 217). A autora completa dizendo que a língua materna está tão onipresente na vida de um sujeito que parece que ele jamais a aprendeu, pois foi aquela que o estruturou desde a sua infância.

Ao colocarmos a língua materna como uma base da estruturação psíquica, como uma língua fundadora, temos, por meio dela, uma sedimentação afetiva por parte do sujeito em relação às coisas do mundo. Para o sujeito alemão e descendente, ter que se inscrever juridicamente como cidadão brasileiro em outra língua, provocava um deslocamento de sentidos. Com isso, a língua nacional, confrontava o imigrante e seus descendentes com um novo recorte do real, ou seja, “um recorte em unidades de significação desprovidas de sua carga afetiva”. (REVUZ, 2006, p. 223).

Para a mesma autora “a língua materna não se separará jamais dessa sedimentação afetiva para tornar-se um instrumento de designação objetivo das coisas do mundo” (2006, p. 219), ou seja, sempre que nos inscrevemos na língua materna ela vai trazer o repouso, o aconchego, o amparo.

Mas não pensemos a língua como estática, transparente, ela é “ao mesmo tempo, o lugar do repouso e o lugar do estranhamento, o lugar da interdição e o lugar do gozo [...]” (CORACINI, 2007, p. 131). Essa relação de repouso e estranhamento pode ser observada no imbricamento entre as línguas que se estabelecem na relação com o Outro, que podemos considerar como heterogeneidade da língua, apresentada por Orlandi “no sentido de que se joga em nossa ‘língua’ um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga, no entanto, um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’” (2002, p. 23).

O imigrante estava longe de sua terra natal, e mesmo trazendo a língua como principal elemento simbólico, encontrou-se em um novo lugar, onde havia a necessidade de adaptações, geradas pelo estranhamento da língua em relação à impossibilidade de sentidos fixos, pois a “subjetividade que a língua constrói não se completa nunca, pois ela sofre transformações importantes ao longo da vida do indivíduo; ela não é completa, nunca acabada: ela se constitui, à medida que se dão as experiências individuais que são sempre e necessariamente sociais” (CORACINI 2007, p. 131).

Podemos perceber essa subjetividade pelas adaptações feitas na nomenclatura de elementos específicos da nova terra que não eram encontrados na terra natal. E nesse processo de identificação com a nova pátria, novos efeitos de sentido são encontrados no funcionamento da língua. Essa adaptação linguística

gerou termos susceptíveis de servirem de comunicação entre os imigrantes na nova colônia. Trazemos alguns exemplos que se tornaram naturais no acultramento desses imigrantes alemães. Assim, o pinheiro passou a chamar-se “*pinhère*” ou “*pinienbaun*”. A pinha, fruta do pinheiro, foi denominada de “*pinienkopf*” ou “*pinienkugel*”. O ariticum, espécie de fruta do conde, recebeu o nome típico alemão de “*patapfe*” que, sendo traduzido para o português era “maçã do pasto”. A calçada, revestimento impermeável do passeio ao longo das ruas, que os alemães chamavam de “*bürgersteig*”, passou a ser chamado de “*calçade*” (VASCONCELLOS; PFEIFFER, 1991). Além dessas adaptações, muitas outras foram sendo originadas e criando foram criados neologismos que até hoje são utilizados na região, permanecendo como marcas da língua alemã.

Com esse processo de deslocamento, gerado pela língua materna, vemos o seu funcionamento na heterogeneidade do sujeito³ e do discurso. Para Coracini:

Não há língua-origem, língua pura, única, perfeita, fechada, a não ser na idealização – invenção - do imaginário, responsável pelo sentimento de identidade que nos protege do conflito constitutivo de toda subjetividade. Toda língua, como todo sujeito, são atravessados por outros, pelo outro, toda língua é o outro [...] (2007, p. 131).

Essa fusão entre as línguas, do ponto de vista da análise do discurso, deixa ver que nem os sentidos, nem os sujeitos e nem o discurso estão prontos, completos, pré-determinados, mas estão sempre se fazendo, construindo-se historicamente e simbolicamente. Com isso, temos o estranhamento de dizeres.

Retomando a alegoria da Torre de Babel, vemos que a fusão das duas línguas, fez com que o imigrante criasse uma língua dentro de sua própria língua como forma de poder se fazer representar dentro dela, reinventando a sua língua através da apropriação da língua do outro.

É nessa (con) fusão de línguas, mergulhados nessa torre babélica da

³Authier-Revuz prevê dois tipos de heterogeneidade no processo de constituição do discurso, a *mostrada e a constitutiva* (1990). Na visão da autora, a heterogeneidade mostrada relaciona-se à inscrição do discurso do outro no discurso do sujeito, assinalando a fronteira entre o externo e o interno no fio do discurso. Revela a presença do outro discursivo de forma marcada. Já na heterogeneidade constitutiva o sujeito crê que domina seu dizer, mesmo cruzando dizeres de outros.

língua materna e da língua nacional, que os imigrantes se constituíram e construíram sua nova pátria. Por um lado, buscando a perpetuação da língua materna como objeto simbólico que o liga à sua antiga pátria e, por outro, vendo-se permeado pela língua do outro, a língua nacional, que lhe foi imposta por uma política linguística que determinava a sua inscrição como sujeito brasileiro.

Tanto a língua materna, quanto a língua nacional são, em certa medida, línguas imaginárias: uma, a nacional, trabalhada pelo Estado, que buscava a unidade de uma nação através da língua e a outra, a materna, trabalhada pela comunidade, como lugar de repouso, de conforto, como lugar de origem.

Mas a língua se materializa na sua fluidez, na incompletude, em um movimento constante, assim também como o sujeito e o sentido. E foi nesse movimento da língua, do sujeito e do sentido que os imigrantes se constituíram em um novo lugar, formando uma nova pátria. Para Dias “a relação entre o que somos e a língua que falamos vai sendo moldada nas formas silenciosas de pensarmos o sentido da própria nação” (2001, p. 197).

4 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO IMIGRANTE ALEMÃO

Quando nos referimos às condições de produção na Análise do Discurso, reportamo-nos aos sujeitos e a situação da produção de um discurso. Dependem dessas condições os dizeres dos sujeitos e esses dizeres produzirão diferentes efeitos de sentido à medida que são produzidos de acordo com as diferentes posições ocupadas por esses sujeitos. Com isso, o lugar social de onde o sujeito se apresenta vai marcar o discurso, estabelecendo uma relação de força na interlocução, materializada nas posições dos sujeitos.

Dessa forma, na busca pela compreensão dos efeitos de sentido da discursividade que constrói uma identidade de imigrante alemão, faz-se necessário entender como a história aí se inscreve e se entrelaça nos entremeios desses enunciados que materializam as várias posições de um sujeito imigrante que veio de sua “antiga pátria” e se inscreveu em um “novo lugar”, constituindo-se como sujeito nesse lugar. Nessa posição, ele foi interpelado, assumindo-se enquanto sujeito nas distintas formações discursivas em confronto, que foram decorrentes de formações imaginárias, determinando o funcionamento de diferentes discursos.

Para tornar possível o entendimento desse funcionamento discursivo e da memória do/ no sujeito imigrante alemão e seus descendentes, buscamos mostrar as condições históricas desse sujeito, considerando as condições de produção da linguagem nesse processo, e como a memória e esquecimentos se marcam no movimento do discurso. A história aqui é tomada como uma materialidade da linguagem e não como uma historiografia que se toma do seu exterior.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO

A realidade histórica que constitui as condições de produção dos enunciados que vamos analisar nos próximos capítulos teve seu início na Europa, na antiga Prússia Ocidental, com os chamados alemães, pessoas procedentes de inúmeros estados independentes que passaram a formar a chamada Alemanha, unificada e organizada como país somente em 1871. Esses alemães, no século XIX, viviam dificuldades econômicas, devido a um excessivo crescimento da população,

sendo desproporcional ao desenvolvimento dos meios de produção da época, além dos elevados impostos e barreiras alfandegárias impostas à população. Outros fatores como a Revolução Industrial também se constituiu como ameaça, mostrando as consequências de sua arrancada inovadora, fazendo produzir sempre mais com menos braços. As famílias eram numerosas e as terras eram poucas, ficando normalmente, após a divisão, para o filho mais velho. Tudo isso aliado ao fim da Guerra franco-prussiana, fizeram com que o número de indivíduos com desejos de buscar um “novo mundo” aumentasse, e o Brasil era uma opção vantajosa, pois já existiam relações comerciais entre a Alemanha e o Brasil desde 1827 (FICKER, 1973). As companhias de navegação enviavam aos portos brasileiros produtos industrializados e levavam café, peles, madeira e matéria prima. Essas companhias, assim como empresários e representantes burgueses alemães também tinham interesse na emigração, pois vislumbravam um novo mercado de consumo no Brasil e de fornecimento de matéria-prima para a indústria alemã. Além do expansionismo étnico alemão.

Além das relações comerciais, a afinidade do Brasil com a Alemanha também foi marcada com o casamento de Dom Pedro I com D. Leopoldina, filha do último imperador do Sacro Império Germânico. Fato este que também impulsionou a vinda de imigrantes alemães para o Brasil (PFEIFFER, 1997).

Para o governo brasileiro, a imigração também era de grande interesse, pois havia a necessidade de mão de obra para as fazendas, principalmente de café, visto que o tráfico de escravos estava proibido. Essa proibição foi decorrente de forças externas europeias, representadas, principalmente, pela Inglaterra que exigia o fim da escravidão desde o início do século XIX. Essa exigência foi impulsionada pela Revolução Industrial, dentro de uma lógica capitalista que não via o negro como um consumidor, já que este não possuía capital para comprar as mercadorias produzidas pelas indústrias inglesas e assim, a Inglaterra passou a exigir o fim do tráfico negreiro também dos países com quem comercializava.

Por outro lado, havia a necessidade de mão de obra para as fazendas e a solução foi introduzir no Brasil uma política de imigração estrangeira.

Hobsbawm se refere a esses fatos colocando que:

Na realidade, a escravidão estava de forma patente em declínio, e não apenas por razões humanitárias, embora o final efetivo do tráfico escravo se desse por pressão da Inglaterra (o Brasil resignou-se à abolição em 1850), que cortou de fato o suprimento de escravos, o que aumentou o preço. A importação de africanos para o Brasil caiu de 54 mil em 1849, para virtualmente zero em meados da década de 1850. O tráfico interno negreiro, embora muito usado em argumentos abolicionistas, parece não ter tido um papel importante. Mas a mudança do trabalho escravo para não-escravo era espantosa. Em 1872, a população livre de cor no Brasil era três vezes mais numerosa do que a população escrava, e mesmo entre os negros puros os dois grupos eram quase iguais em número (1996, p. 258).

Outro fator bastante preponderante estava relacionado ao número significativo de negros em relação aos lusos e indígenas, fato que levou a uma preocupação da elite e do governo imperial com a composição étnica da população brasileira. De acordo com Seyferth “o branqueamento se insere no conjunto de especulações sobre o futuro da nacionalidade, e o imigrante europeu era pensado como peça fundamental na formação de um povo brasileiro fenotipicamente branco” (1990, p. 128), ou seja, havia um grande interesse do governo e da elite da época em promover o branqueamento da população, fato gerado por um contexto político e econômico de transformações nacionais e internacionais.

Também era fundamental para o governo da época, ocupar grandes áreas despovoadas do sul do Brasil, onde as lutas de fronteiras com os países vizinhos já eram preocupantes. Para resolver esses problemas, a solução encontrada para o sul foi criar pequenas colônias que seriam cultivadas por imigrantes, criando, assim, conforme Seyferth (1999) uma política imigratória que privilegiou a ocupações de terras devolutas, produzindo um novo modelo de colonização que era constituída de pequenas propriedades familiares.

Esse modelo buscava povoar essa região com imigrantes alemães, solução encontrada pelo governo imperial do Brasil, pois as terras precisavam ser habitadas por pessoas consideradas muito civilizadas (KORMANN, 1989), que fossem capazes de fazer o progresso sem muita interferência do governo, sem muito paternalismo; indivíduos que fossem capazes de mostrar que era possível resolver seus próprios problemas culturais, sociais, econômicos e políticos no fundo do sertão, longe de tudo, pois eram pessoas que já tinham passado por problemas e vivências dentro de um sistema de sociedade organizada na Europa.

Seyferth (2003) diz, ainda, que além das questões de ordem econômica e

política, aparece a de cunho ideológico, relacionada ao problema da nacionalidade, pois se buscava o imigrante ideal para um país que pretendia se transformar numa nação branca, de civilização ocidental e economia capitalista, mas, principalmente, por um imigrante "dócil" e "obediente", prestando-se melhor ao trabalho e a vida nas colônias.

Para que fossem colocados em prática os objetivos do governo imperial no sul do Brasil, determinou-se o início da colonização alemã no Rio Grande do Sul e nas terras de Santa Catarina. Assim o império teria o controle de suas divisas e ao mesmo tempo resolveria os problemas relacionados ao despovoamento dessa região e o caldeamento da população. Mas, no decorrer da pesquisa, veremos que os objetivos do governo não foram totalmente conquistados, pois as colônias foram fixadas em locais isolados e por esse motivo houve o descontrole do império, visto que a homogeneidade étnica levou essas colônias a criarem comunidades mais fechadas, sem a participação do elemento brasileiro nesse povoamento (SEYFERTH, 2003).

Mas a concretização de uma colonização de imigrantes alemães no norte de Santa Catarina se deu pelo recebimento de grandes extensões de terras devolutas (terras pertencentes ao Estado que na época integravam o domínio da Coroa Portuguesa) na então província de Santa Catarina, pelo príncipe de Joinville, como dote do casamento com Dona Francisca, irmã de D. Pedro II. Quando o príncipe de Joinville refugiou-se na Inglaterra devido à queda do rei Louis Philippe e a Revolução na França em 1848, estava exilado e sem meios para manter-se. Por esse motivo, o príncipe indicou Leoncé Aubé, vice-cônsul da França no Brasil, como seu procurador, oferecendo parte de suas terras ao senador Christian Mathias Schroeder, que firmou a Sociedade colonizadora de Hamburgo como forma de efetivar o empreendimento, pois o Governo do Império exigia que todo o processo de colonização fosse feito por companhias criadas para este fim.

Além dos motivos econômicos, financeiros e políticos que foram envolvidos no processo de colonização e estruturação na criação de uma colônia de imigrantes no norte de Santa Catarina, também essa relação de parentesco foi fundamental para a tomada de decisão em favor do novo empreendimento colonizador.

E assim, por decreto do governo brasileiro e através das companhias particulares, os imigrantes se instalaram nessas terras e tornaram-se colonos, na relação com o restante da população brasileira. Essa identidade de colono foi sendo aos poucos significada por esse sujeito que não trazia essa condição da Europa, mas era visto e constituído como tal em terras do Brasil. Havia um trabalho político, por parte do governo brasileiro, que fortalecia essa identidade de colono, já que era de seu interesse populacionar as terras e cultivá-las. Também havia o interesse da elite brasileira que queria os colonos como pequenos produtores e restringindo-se ao seu lugar, ao meio rural. Mas nem sempre a profissão dos imigrantes correspondia àquilo que declaravam, mesmo que todos fossem identificados, pelo governo brasileiro, como camponeses de origem europeia.

O objetivo do governo imperial de implantar um sistema fundiário de pequenas propriedades acabou se concretizando graças à aptidão e o amor desses imigrantes para o trabalho, além de valorizarem a família, sobriedade, resignação, e principalmente o respeito às autoridades. Eram qualidades que distinguiam os colonos alemães e também eram ideais para os objetivos do governo imperial.

A Alemanha com uma população de 40 milhoens he o paíz da Europa que tem fornecido e fornece o maior número de colonos ao antigo e novo mundo. A aptidão destes colonos para o trabalho da Agricultura, e para os Offícios e Artes, e o seo espírito pacífico e conservador achão-se provados por testemunhos os mais authenticos. [...] Amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às Authoriedades, são as qualidades que distinguem os colonos alemaens, em geral, dos colonos de outras origens (ABRANTES, 1941, p. 833-834).

O grande desejo das elites e do governo imperial no século XIX era recrutar imigrantes das áreas campesinas na Alemanha, mas entre os que vieram para a nova terra, encontravam-se pessoas de várias profissões. Esses chamados colonos denotavam sentidos distintos, pois por um lado enunciava-se uma nova condição de ser sujeito, por outro, silenciava-se o que foi deixado para trás. Ser colono, no momento da chegada, era ao mesmo tempo dizer algo e silenciar algo, já que muitos desses imigrantes não eram colonos na sua terra natal, silenciando, portanto, aquilo com que ele se identificava na Alemanha. Mas como nenhuma identidade se apaga completamente como diz Orlandi (2009, p. 18) “ficou em suspenso na memória”. Essa identidade acabava reaparecendo em algum momento,

como uma habilidade específica. “O silêncio tem seus próprios modos de significar” (ORLANDI, 2007, p. 66), ele não se apresenta naquilo que está dito e mesmo os imigrantes sendo representados como colonos, continuavam desenvolvendo suas habilidades e passando aos filhos como forma de preservar a identidade original.

Ao abandonar sua terra natal, o imigrante sonhava com uma vida melhor, onde pudesse construir e construir-se em uma nova pátria e essa possibilidade lhe foi dada pelos agentes de imigração que o governo imperial enviou para a Europa, principalmente na Alemanha, para fazerem propaganda sobre o Brasil, levando esperança com informações e promessas. Para Dreher (1984 p. 31), “foi feita muita propaganda falsa sobre o país-destino”.

A realidade encontrada não foi exatamente a mesma decantada nos folhetos de propaganda apresentados na Europa. Além de uma viagem que durava em média dois meses, os imigrantes encontraram todo tipo de perigo como animais selvagens, ataques dos bugres e matas fechadas que eles tiveram que desbravar. Tudo muito diferente dos vastos campos com casa, sementes e estrutura que foram prometidos pelo governo e pelas companhias colonizadoras e propalados pelas propagandas.

Podemos observar as frustrações geradas pelas falácias apregoadas pelas propagandas no relato de Rodowicz-Oswiecimsky, que conta sua experiência como imigrante:

‘Nós queremos emigrar’ esta é a grande frase com que se decidem os destinos de inúmeras pessoas. Quantos, antes de nós e quantos, após, selaram com isto, seu destino? [...]. Quando menos esperam, encontram-se do outro lado do oceano. Então começa a verdadeira crise, que termina com uma situação de relativo conforto, ou de infelicidade. Descontentamento com a situação em que se encontram, desenganos quanto a enriquecimento rápido, perseguição política, desejo de aventura, etc. são as principais causas da doença [...] Milhões emigraram, porém poucos encontraram, em verdade, uma relativa felicidade, e na maioria das vezes, por falta de fonte de orientação segura sobre o que necessitam para obterem êxito. Outros foram iludidos por escritos tendenciosos ou incompletos, que encobrem as duras verdades ou as enfeitam como intuítos escusos de fazer propaganda, encaminhando-os a determinado destino [...] (1992, p. 8).

Entretanto, conforme Seyferth (1994, p. 16), “a grande maioria desses imigrantes não tinha a intenção de regressar para a Alemanha”, pois as dificuldades para esse retorno seriam grandes, já que a maioria tinha gasto todas as economias

com a viagem e principalmente porque, segundo a autora, queriam fazer do Brasil sua nova terra, ou seja, realmente assumir a identidade brasileira, mas sem nunca esquecer a identidade alemã.

Após a sacrificada viagem, os imigrantes eram encaminhados às colônias e no início ficavam em situação precária, pois o processo de concessão de terras era demorado e penoso. Os colonos alemães foram pioneiros nessas terras devolutas, ficando isolados nas colônias, pois em torno dessas pequenas comunidades não havia grandes grupos de pessoas e a maioria das colônias se encontravam geograficamente distantes das capitais provinciais. Por esse motivo, o contato com “brasileiros”⁴ era mínimo e por muito tempo esses imigrantes viveram isoladamente em suas comunidades. Segundo Seyferth (2003), somente tiveram um contato mais intenso com a população brasileira já no período republicano. Isso ocorreu devido ao isolamento da maioria das colônias por estarem geograficamente distantes das capitais provinciais e por serem assentadas em regiões pioneiras, sendo que esses fatores dificultaram a aproximação com a sociedade brasileira.

E nessa condição, em 1851 foi fundada a Colônia Dona Francisca, hoje Joinville, dando início ao futuro desenvolvimento da região nordeste e norte de Santa Catarina. Para a recém-fundada colônia, a ligação terrestre com o planalto era de vital importância, e assim, a direção do empreendimento colonizador deu início a um projeto de construção da estrada Dona Francisca, como estratégia de ampliar a colonização alemã que se fazia nas terras do príncipe de Joinville. Estas iam até o alto da serra e extremavam com as terras do Conde D’Eu, genro de D. Pedro II, proprietário de grande parte do planalto. Como forma de concretizar a exploração do planalto, a Colônia Dona Francisca fez um tratado com o Governo Imperial para a construção da estrada Dona Francisca e enviou, em 1855, o engenheiro Carl Platz, para fixar definitivamente o traçado da futura estrada e estabelecer o rumo no planalto em direção a Rio Negro (Mafra), onde já havia, desde 1829, colonos alemães. Platz, em seu relatório, fez uma descrição das vantagens da estrada para esses moradores e para a colônia Dona Francisca, pois facilitaria o envio dos

⁴ Eram chamados de brasileiros aqueles portugueses, descendentes de portugueses que dominavam a língua portuguesa.

produtos para Joinville e São Francisco do Sul, diminuindo assim a viagem pela metade do tempo, pois não teriam mais que se deslocar por Morretes (PR). Em seu diário de viagem, Platz afirma que “Para a colônia Dona Francisca a estrada é sem dúvida era uma questão vital à facilidade de comunicação [...]” (FICKER, 1973, p. 19).

Essa comunicação era fundamental, tanto para a expansão da colônia, oportunizando um desenvolvimento econômico através do cultivo agrícola e extrativismo de madeira e erva mate que era abundante no planalto, como também para o império que expandia o projeto de colonização. Mas o objetivo da construção da estrada e da conquista do planalto estava focado na comunicação com outras comunidades, buscando a visibilidade dos imigrantes para também serem vistos e integrarem-se como cidadãos dessa nova terra.

Tudo isso corroborou para que o império e a companhia colonizadora de Hamburgo buscassem a concretização desse objetivo que começou em 1853, com o registro da primeira subida ao planalto do engenheiro Carl August Wunderwald, que se tornou inesquecível por suas expedições, explorando novas áreas para a colonização. Ficker (1973, p. 18) afirma que “Em verdadeiras odisséias e penosas caminhadas a pé, o engenheiro conseguiu escalar a Serra Geral e trazer notícias da fertilidade das terras e das possibilidades de uma colonização no planalto catarinense”.

Também exalta as terras do planalto acima da serra. “O terreno do planalto é em geral de melhor qualidade, o clima mais saudável, o ar mais puro e mais fresco e muito mais apropriado à constituição dos Europeus do que o ar quente e úmido do litoral” (FICKER, 1973, p. 20).

Foi nesse cenário que emergiu uma comunidade organizada, portadora de uma identidade fundada pela língua, origem e cultura alemãs e também pelo desejo de ser referenciada pela cidadania brasileira, com direito ao solo brasileiro e ao título de cidadão, fundamentada pelo nascimento no Brasil. Toda a dificuldade passada pelo imigrante estava representada na conquista dessa condição de ser brasileiro. E assim, nessa dualidade é que o sujeito imigrante buscou estabelecer-se nessa nova terra, com a intenção de afirmar-se enquanto alemão e brasileiro.

4.2 O SUJEITO ENTRE A NAÇÃO E O ESTADO

O desejo de ser visto (interpretado) pelo outro como brasileiro parecia estar barrado, dificultado pelo isolamento e pelo esquecimento do Estado, que tinha um amplo projeto de colonização com imigrantes, mas não os recursos para integrá-los à sociedade brasileira. A organização das comunidades ficou a cargo dos próprios colonos, que estruturavam suas próprias comunidades concentradas em áreas restritas e relativamente homogêneas sendo, até aquele momento, segundo Seyferth “um poderoso fator de manutenção da língua e dos costumes alemães” (2003, p 28), onde cultivavam a própria cultura, não podendo faltar associações culturais e recreativas, como as sociedades de canto, leitura, tiro, ginástica, clubes, onde se cantava, dançava e fazia-se teatro.

Essa reprodução do modo de viver da antiga pátria era decorrente de alguns fatores que acabaram contribuindo para esse fato.

Em tais circunstâncias, o exercício da cidadania não ia além de algumas formalidades burocráticas. Registravam-se os nascimentos, os óbitos, os casamentos. Regularizavam-se os títulos de propriedade e providenciavam-se os inventários e talvez alguma coisa a mais. De resto sua vida diária, do colono, sua maneira de ser, seu convívio social permanecia muito próximo da origem. Parecia que nada mais acontecera do que um transplante da Europa para o espaço físico e geográfico do sul do Brasil (RAMBO, 2003, p. 78).

Os imigrantes alemães possuíam uma base de organização comunitária muito forte que acabou sendo a sustentação dos aspectos de sua cultura como o uso da língua materna, hábitos e costumes que permitiam a construção e preservação de uma identidade própria como forma de sobrevivência em uma realidade adversa e, ao mesmo tempo, uma maneira de conquistar o pertencimento nesse novo lugar.

As colônias ficavam isoladas e os imigrantes não tinham muito contato com o brasileiro, constituindo uma comunidade culturalmente homogênea. Seyferth afirma que

A maioria dos imigrantes alemães, portanto, se concentrou em ‘colônias’ localizadas em áreas pioneiras, formando uma sociedade étnica, cultural e economicamente diversa da brasileira, uma diversidade problemática para o

ideal nacionalista brasileiro e seu discurso assimilacionista (1989, p. 125).

Essas preocupações levaram o governo da época a pensar e planejar estratégias de nacionalização.

A permanência dessas características, distintas das idealizadas pelo governo brasileiro da república, tornaram-se incômodas, e a imprensa nacional já anunciava que a colonização alemã constituía um perigo para o Brasil. Alguns políticos e intelectuais brasileiros aderiram a essa ideia e começaram a chamar a atenção para essa diferenciação e a necessidade de abrigar os imigrantes e seus descendentes, mesmo reconhecendo a grande contribuição destes no desenvolvimento econômico e social nas áreas de colonização. Já no final do século XIX, falava-se em um “perigo alemão”.

Com a Proclamação da República no Brasil, teve início um ideário nacionalista que defendia maior integração regional e a formação de um povo que se identificasse com os interesses do Brasil. Para isso, havia a necessidade de uma incorporação desse ideário por parte da população. Porém nessa mesma época, também passou a atuar nas zonas de colonização a Liga Pangermanista, com a propaganda de seus ideais.

Conforme Seyferth:

As críticas à imigração alemã tornaram-se mais intensas no final do século XIX, quando as especulações sobre o “perigo alemão” passaram a ser construídas a partir da constatação da propaganda pangermanista junto à população de origem alemã estabelecida no país. Confronto de duas ideologias incompatíveis nos seus pressupostos, mas fundamentadas nas mesmas fontes racistas, supostamente científicas, elaboradas na Europa – a pangermanista, por um lado, e a assimilação brasileira, por outro [...] (1989, p. 114).

Essas propagandas pangermanistas que eram veiculadas na imprensa direcionada aos imigrantes aqui no Brasil, propagavam uma doutrina de união dos povos germânicos na Europa Central. Esse movimento político ganhou força após a unificação da Alemanha. Isso alimentou as especulações da comunidade brasileira sobre o “perigo alemão”. Seyferth complementa, dizendo que:

A projeção da Alemanha como potência imperialista nessas décadas que antecedem a Primeira Guerra ajudou a reforçar a boataria em torno de uma

possível anexação do sul do Brasil ao Império alemão ou de um estado independente com o apoio da população teuto-brasileira (1994, p. 20).

Em decorrência desses boatos o governo brasileiro começou a se preocupar com a possibilidade de inviabilizar o projeto de assimilação desses imigrantes.

O “perigo alemão” era contestado pelos imigrantes que viviam nas colônias, como podemos observar em uma publicação de um artigo do jornal *Kolonie Zeitung* de Joinville em 1891, que mostra o desejo de ser cidadão brasileiro, mas defendendo o direito e o respeito à etnicidade.

[...]. O alemão conserva seus costumes e tradições e principalmente sua língua. Justamente esse é o maior horror para os nativistas, e eles se portam como se o falar uma outra língua trouxesse a incapacidade para o cumprimento dos deveres do cidadão de língua alemã fosse um ser de classe inferior, do qual pode-se fazer, orgulhosamente pouco- caso, que pode ser ridicularizado e caçoado [...]. Quando o alemão deixa o seu país não o faz como principalmente o português, com a intenção única de ganhar tanto dinheiro em terra estrangeira que, voltando com o que conseguiu à velha pátria, possa desfrutar de uma vida despreocupada ou pelo menos pode comprar um patrimônio na velha pátria com o dinheiro conseguido. Quando o alemão emigra, é que o firme propósito de lá, onde fizer sua existência, é fixar-se e conservar para si e seus filhos a nova pátria. Ele queima as pontes atrás de si e torna-se cidadão da nova terra por ele escolhida, cumpre com escrupulosidade alemã todos os deveres que lhe são impostos em sua nova pátria, mas quer também com sentimento alemão de justiça ter todos os direitos de cidadão, ele quer ser considerado e respeitado pela população nativa como merece seu fiel senso de cidadão⁵.

Seyferth diz que o termo fixar até hoje faz parte do discurso de etnicidade do imigrante alemão e “a expressão “criar raízes”, no contexto pioneiro, remete a questão de cidadania brasileira, reivindicada através do ato de naturalização. Mas a cidadania, por si mesma, não anula o ideal de pertencimento ao povo alemão” (1994, p. 15).

O distanciamento geográfico das colônias aliado ao processo histórico da colonização no Brasil e a uma política de colonização que não possuía um projeto concreto para tornar os imigrantes verdadeiros cidadãos brasileiros, tornaram-se

⁵Jornal “Kolonie Zeitung”. Joinville, 24 de dezembro de 1891. p. 14.

elementos preponderantes para a constituição de uma identidade étnica que acabou formando comunidades homogêneas através da preservação da cultura, identidade e principalmente a língua alemã como elemento simbólico de unidade da colônia. Também havia a necessidade de novos braços para as fazendas, principalmente nas regiões cafeeiras de São Paulo, como substitutos do trabalho escravo. Havia um grande interesse das classes dominantes brasileiras em manter os colonos longe do processo político e com o mínimo de direitos civis (ROCHE *apud* SEYFERTH, 1969). Essa era a condição para os imigrantes chamados pelas classes dominantes brasileiras de “colonos estrangeiros” e que tinham um lugar, “vieram para ser colonos” e ali deveriam permanecer (SEYFERTH, 2003, p. 35).

O desejo de serem considerados cidadãos brasileiros esbarrou também na negação do voto para os imigrantes e descendentes, além do acesso a cargos públicos. Willems coloca que apesar de assegurados os direitos civis e eleitorais aos nascidos no país pela Constituição de 1824, houve “a confusão a respeito da cidadania” (1946, p. 512) em que os descendentes de imigrantes alemães foram deixados à margem, desidentificando-se como cidadãos brasileiros e sendo identificados como não cidadãos, assim como foram excluídos dessa identificação os índios, os negros e outras minorias na história brasileira. Orlandi (1990) coloca que esses sujeitos não podiam ocupar determinadas posições dentro da sociedade porque lhes eram interditas.

Temos, assim, um confronto, em que o sujeito imigrante se vê em um “novo lugar” uma nova nação, não somente geográfica, mas enquanto lugar simbólico, onde esse sujeito significa pela história e pela ideologia de uma determinada sociedade, e não significa por outra. Mas desse confronto, dessa contradição, que faz parte do sujeito e do sentido, Orlandi coloca que “resulta uma relação particularmente dinâmica entre identidade e alteridade: um movimento ambíguo que distingue (separa) e ao mesmo tempo integra (liga), demarcando o sujeito em sua relação com o outro” (2007, p. 78).

Esse confronto estava marcado na presença de determinadas formas de sociabilidade, concepções e representações de conteúdo étnico e atreladas, de um lado, segundo Coelho “aos valores e símbolos presentes na cultura de origem dos imigrantes e, de outro, às condições específicas encontradas por estes na realidade

brasileira” (2005, p. 160).

A concepção de “manter-se alemão no Brasil” estava expressa nas condições e possibilidades que o imigrante encontrou ao chegar, recriando um mundo deixado para trás. A sobrevivência em uma realidade adversa contrapunha-se com a conquista do pertencimento e afirmação desse sujeito.

Esse contraponto pode ser observado em um editorial piloto do jornal *Kolonie Zeitung* escrito por Ottokar Doerffel em 20 de dezembro de 1862, demonstrando o desejo de conquistar o direito a brasilidade, mas não perdendo as relações simbólicas e o pertencimento com a terra natal.

Com vontade firme e perseverança conseguiremos reatar as relações com a velha Pátria, reatá-las quando rompidas e reafirmá-las onde afrouxadas, torna-las cada vez mais vivas e assim ampliar, por assim dizer, a velha Pátria até nós – não no espaço, decerto, mas espiritualmente. Atuando contínua e persistentemente, de acordo com a nossa índole e o nosso espírito germânico, haveremos de conseguir também o respeito e o afeto da nova Pátria⁶.

A permanência desse simbólico, presente na memória do imigrante, confrontava-se com o real, na medida em que esse sujeito não podia não ser/fazer o que lhe identificava como sujeito, o que passava, necessariamente, por hábitos, cultura e principalmente língua, aspectos contraditórios aos presentes na sua realidade no Brasil. Estava na contradição das realidades a constituição do sujeito e sua relação com o “outro”, o brasileiro.

Lagazzi coloca que o sujeito se identifica em relações significantes e o processo de identificação do sujeito vai estar ligado ao processo simbólico (2013). Com isso temos uma situação de confronto, pois “na questão histórica das revoluções o real vem se confrontar com o imaginário” (PÊCHEUX, 1990, p. 9). Desse modo, libertar-se de todos os seus particularismos e principalmente da língua

⁶ Editorial do número piloto do jornal *Kolonie Zeitung*, escrito em 20 de dezembro de 1862, traduzido por Elly Herkenhoff. Ottokar Doerffel, imigrante alemão vindo da cidade de Glauchau, foi doutor em Ciências Jurídicas. Chegou ao Brasil em 1854 e juntamente com sua esposa fixou-se em Joinville. Desde sua chegada, teve uma participação ativa na comunidade. Foi organizador da vida cultural e política da colônia de Joinville, criando associações culturais, assistências e recreativas além do cargo de presidente da Câmara (1874 – 1876). Editou o *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia), primeiro periódico impresso em alemão em Santa Catarina.

faria com que os imigrantes pudessem se tornar cidadãos brasileiros de fato e de direito.

Além dessa necessidade do pertencimento do imigrante com aquilo que o identificava, havia uma necessidade de sobrevivência na nova terra que é apresentada por Rambo (2003, p. 78) quando coloca que “os próprios colonos tiveram que achar formas de sobrevivência. Não tendo a quem recorrer, puseram em ação a sua própria criatividade”, adaptando os conhecimentos trazidos da sua antiga pátria à capacidade de trabalho aliados aos desafios encontrados na nova terra.

Ao mesmo tempo em que buscavam preservar uma identidade própria, pois era a única forma de afirmação, enquanto sujeito de um grupo social, também desejavam constituir-se como cidadão brasileiro, o que significava “empenhar todas as forças e pôr à disposição da terra que os acolhera toda a riqueza e todo o dinamismo que haviam herdado de seus antepassados” (RAMBO, 2003, p. 78).

Essa relação desse sujeito, desejando constituir-se duplamente, pode ser vista como uma “identidade híbrida”. Seyferth define o termo como:

Ainda têm a língua alemã como materna, tenham eles nascido suíços, brasileiros, austríacos, russos, alemães [...] mas têm sua pátria no Brasil. [...] Considera-se membro de uma comunidade étnica alemã, mas a lealdade política pertence ao Brasil e não à Alemanha (1982, p. 74).

Para o sujeito do discurso, que se constitui por uma tomada de posição no discurso, as condições de produção dessa posição navegam entre a atualidade e a memória, ou seja, a situação vivenciada pelo imigrante na sua chegada a essa nova terra, e toda a carga ideológica, a história e a sociedade que esse sujeito trouxe da velha pátria e se apresenta nessa situação. Orlandi apresenta essa situação “pensada em seu sentido estrito e em sentido lato” (2010, p. 15). O estrito é “o aqui e agora do dizer” e o lato é “mais amplo”, compreendendo o ideológico e o sócio histórico.

Para Pêcheux o acontecimento discursivo é “o encontro de uma atualidade e uma memória” (2008, p. 17). Interessa aqui refletir sobre esse acontecimento social que é a imigração, enquanto um acontecimento discursivo, ou seja, como esse acontecimento discursivo vai ser confrontado nas várias formações discursivas e de que forma ele vai ser circulado e percebido pelo sujeito imigrante e

descendente e como esse acontecimento se mantém na memória.

Para o entendimento da posição ocupada pelo sujeito nesse entremeio, buscamos conhecer a concepção de nação nessa discursividade, e como ela é percebida no contexto de imigração. Para tanto, começamos nossa investigação trazendo o conceito de nação, conforme formulado em teorias relacionadas às ciências sociais e humanas.

Vários estudiosos contribuíram e contribuem com a formação desse conceito. Pensar um conceito de nação para Hobsbawm (1990), por exemplo, é pensar em ações políticas e linguísticas. Entretanto, é um conceito que vai se transformando ao longo do tempo e agregando novos sentidos. Para ele, nação se caracterizava pelo “corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como uma expressão política” (1990, p. 31), incluindo-se cidadania e governo. Também se determinava pelo território, onde eram necessárias fronteiras que poderiam conter etnias e línguas diversas. Hoje, têm-se como constitutivos do que se pode chamar de uma nação elementos como: a etnicidade, a religião e a história, além da língua nacional. Porém não existe uma uniformidade em relação a todas as nações.

Outra referência ao conceito de nação é desenvolvida por Anderson (2008). Para ele, nação é definida como uma comunidade política imaginada como limitada e soberana. É imaginada porque cada componente dessa nação acredita que todos estão unidos pela língua, pela etnia, pela religião e/ou pela história, mesmo sem o conhecimento mútuo de todos que compõem essa nação. Ela é percebida como limitada porque possui fronteiras finitas (território). A nação é vista como soberana porque defende a sua liberdade política (Estado) e é imaginada “como uma comunidade porque, independente da desigualdade e da exploração que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34), ou seja, ela é legitimada por um efeito de unidade dentro dessa comunidade. Por isso, o autor vê a nação como passível de transformações ao longo da história, podendo se adaptar a diferentes sociedades, pois apesar de seu caráter heterogêneo e desigual, o que prevalece é seu efeito de unicidade.

Com algumas dessas contribuições dos vários conceitos de nação,

referenciados em diferentes abordagens teóricas, podemos dizer que nação se constitui e constrói-se no presente, tendo um vínculo no passado e na perspectiva do futuro. É um lugar habitado por um povo que se imagina unido por um pertencimento, por um laço social, constituindo um corpo simbólico, pelo compartilhamento de uma cultura e principalmente, de uma língua.

Com uma visão de nação simbolicamente unida através de práticas sociais e discursivas, colocamos o sujeito imigrante alemão como constituinte da nação simbólica pelo vínculo com a antiga terra através da memória, mas na medida em que ele se inscreveu na nova terra, novos sentidos foram se dando ao longo da história, em uma constante transformação. Podemos dizer que essa nação, para os imigrantes e seus descendentes, não era mais a Alemanha e nem o Brasil. Era uma nação imaginada, um entre-lugar, em que os imigrantes por sua união, constituída pela língua, pela etnicidade, pela religião e pela história, que eram elementos constitutivos do que se pode chamar de nação e assim vinculados à terra mãe, inseriram-se nessa nação em uma nova terra, em um novo lugar, iniciando, portanto um processo mutável, em que Hobsbawm (1990) diz que os elementos são em si mesmos ambíguos, mutáveis e opacos. Com isso, tem-se a nação como passível de transformações.

Para Hall “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*” (2001, p. 49), ou seja, para o autor os sentidos produzidos pela ideia de nação levam a uma cultura nacional que se apresenta no discurso e este vai influenciar e organizar o sujeito em uma sociedade, reforçando as imagens e as identidades.

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (2001, p. 51).

A partir dessas colocações buscamos refletir sobre os sentidos de nação mobilizados no contexto da imigração e como esses sentidos transitam para o sujeito imigrante na sua identificação com a terra natal, a Alemanha e a nova pátria, o Brasil.

É importante refletir sobre a visão de nação, cidadania e Estado tanto para o imigrante quanto para o brasileiro e, para isso, Seyferth apresenta o germanismo por um viés étnico-cultural, em que o sentido de nação independe de um Estado ou território. Com isso, vemos o imigrante alemão sendo definido não pelo local de nascimento, mas pelo pertencimento a uma comunidade étnico-cultural.

O sentido de germanismo mostra o sujeito alemão como constitutivo desse sentido, independente do lugar onde ele se encontrava. A preservação do modo de vida “alemão” era naturalizada nas colônias, baseada em uma comunidade de sangue e língua, apropriando-se da ideologia nacionalista que existia antes da unificação da Alemanha em 1871, quando se falava de uma nação sem Estado, porém unidos por elementos como a língua e etnia comuns.

Volkstum expressa a etnia de um indivíduo e não diz respeito ao seu local de nascimento. É a ascendência (sangue), a cultura e a língua de um indivíduo. É a essência de um povo ou raça. Deutschum é a Volkstum alemã, o germanismo ou germanidade, a essência da Alemanha, representando o mundo teutônico. Deutschtum engloba a língua, a cultura, o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado. Volkstum e Deutschtum, portanto, trazem consigo a ideia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão é sempre um alemão, ainda que tenha nascido em outro país. Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam (SEYFERTH, 1982, p. 45-46).

Nesse sentido, os imigrantes consideravam-se integrantes dessa nação, organizando uma colônia comunitária própria, com um processo de desenvolvimento físico, espiritual e moral próprio.

Seyferth complementa essa ideia de pertencimento em que:

A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por esta razão, não depende de fronteiras; a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça, e não a um Estado. A cidadania, sim, liga o indivíduo a um Estado e, portanto, expressa sua identidade ‘política’. Mas uma cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados, que herdou (1982, p. 46).

Segundo a autora, o sujeito alemão e seu descendente, ao mesmo tempo em que se identificava como constitutivo de uma comunidade voltada aos valores da antiga pátria, também compartilhava com a cidadania brasileira na medida em que

estava submetido às leis e ao Estado brasileiro. Rambo aponta que dentro de uma categoria luso-brasileira, o sentido de germanidade teria uma equivalência com o conceito de cidadão, cidadania (1994). Porém, os conceitos de *Volkstum* e *Deutschtum* possuem significados bem mais complexos, assumindo um significado mais amplo e não simplesmente termos ou conceitos que se equivalem. Assim, o sujeito imigrante se constituía nas duas esferas de atuação “uma pequena pátria alemã no Brasil [...] construída pelo esforço coletivo dos pioneiros, e a pátria brasileira, que remete à cidadania referenciada pelo direito ao solo” (RAMBO, 1993, p. 4).

Na tradição luso-brasileira, a cidadania estava relacionada ao território, que juridicamente é denominado como *jus soli*, ou seja, brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro. Na tradição alemã, o sentido é inverso, considerando alemão todo aquele que possui sangue alemão, independentemente do solo em que tenha nascido. Nesse caso, juridicamente uma pessoa poderia ser cidadão de um outro Estado que não a Alemanha, mas continuar sendo alemão em qualquer parte do mundo, com a ideia de algo construído e herdado. É o princípio do *jus sanguinis* (SEYFERTH, 1989).

Para a autora, essa ideia da ligação com a Alemanha baseada no direito de sangue, naturalizada pelo uso da língua, das associações, escolas, pelo folclore, música, dança, arquitetura, culinária trazia uma reaproximação da ideologia nacionalista alemã que antecedeu à unificação da Alemanha.

Essa ideologia pode explicar a preservação de todos esses elementos como constitutivos do sujeito alemão e membro de uma comunidade, já que antes de 1871, não existia um país chamado Alemanha. Havia estados independentes como a Prússia, Baviera, Saxônia e outros. Portanto, o que caracteriza o povo alemão/germânico tem relação com a língua e a civilização alemã e transcende o território (KOCH, 2003, p. 196). Esses sentidos ecoavam no modo de assunção da brasilidade por parte dos imigrantes alemães.

Koch traz a definição do termo “alemão” do Dicionário Brockhaus que ainda em 1903, depois de trinta e dois anos após a criação do Império por Bismarck, ainda apresenta exatamente o sentido:

A palavra 'alemão' está documentada desde o final do século VIII no sentido de 'popular'. Era usada para designar a língua popular surgida na Alemanha [...]. O significado atual de 'alemão' é registrado já no século IX. [...] Assim também como a língua, também os costumes, os trajes, o direito etc. são ditos 'alemães' e também nosso povo chamou a si mesmo de 'alemão' no sentido de 'aqueles que falam a língua alemã'.

Nesse sentido, vemos que os imigrantes alemães, quando construíram sua nova pátria, preservaram o elemento essencial, a língua alemã, para dar continuidade aos seus elementos identitários. A língua era a forma de cultivar as memórias, a cultura e também o sentimento de pertencimento que os identificava a uma nação.

Temos assim, uma concepção de uma nacionalidade desvinculada da cidadania. Para o alemão a ideia de sociedade nacional não tinha relação com nenhum estado específico. Rambo coloca que “O nacionalismo alemão como os demais nacionalismos que derivaram e se orientaram pela mesma raiz ideológica, conceberam a nacionalidade desvinculada da cidadania” (1994, p. 48). Com isso, havia um reforço da ideia de pertencimento do imigrante alemão que veio para o Brasil com a nacionalidade alemã e ao mesmo tempo declarava-se também cidadão brasileiro.

Mas essa concepção causou complicações para os imigrantes, principalmente quando o Estado Novo (1937 – 1945) de Getúlio Vargas instalou a campanha de nacionalização no Brasil (fato abordado nos próximos capítulos). Para o luso-brasileiro, que tinha como princípio o *jus soli*, era difícil de assimilar essa concepção, pois nacionalismo denotava compromisso político com o Estado brasileiro.

Essa forma de identificar-se com a Alemanha e com o Brasil levou a elite intelectual brasileira a criticar a forma de colonização criada na época do Império que permitiu a concentração homogênea dos imigrantes dificultando a assimilação e miscigenação. Havia o receio de que essa concentração pudesse criar um estado dentro do Estado brasileiro. Seyferth complementa, colocando que “a elite política e intelectual brasileira - como Sylvio Romero e Graça Aranha, por exemplo – consideram a dupla nacionalidade, intolerável e indício de enquistamento lesivo à soberania nacional” (2004, p. 17).

É nesse movimento de sentidos, da nacionalidade de seu “antigo lugar”,

com a cidadania do “novo lugar”, que o sujeito imigrante transitava, formando uma “nova nação”, enquanto lugar simbólico, que não era o Brasil, pois esse sujeito não se identificava plenamente com a memória da nação brasileira, mas que, por outro lado, não se tratava exatamente da nação alemã, porque a posição sujeito imigrante estava determinada por um tempo histórico e por um espaço social que já não era aquele determinado pela realidade da Europa. Já eram novos dizeres movimentando novos sentidos, pois os dizeres sofrem atravessamentos quando postos em outras condições. Esse é o jogo da memória e esquecimentos e é a partir do conflito das diferentes memórias que temos a construção dessa nação simbólica para o imigrante.

Para refletirmos sobre esse movimento entre a permanência e a continuidade, temos a materialidade do discurso que vai tornar possível analisarmos esse deslocamento do sujeito e como ele se posiciona na realidade em que está inserido (ORLANDI, 2009). Por isso, o discurso é apresentado nessa abordagem teórica como a língua posta em funcionamento por sujeitos, produzindo sentidos numa dada sociedade.

Quando se coloca a língua em funcionamento não se trata da língua enquanto um sistema abstrato, mas para a Análise do Discurso é a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentido enquanto parte de suas vidas enquanto sujeitos e membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2005).

4.3 SUJEITO E IDENTIDADE

Na visão de Foucault (2004), o sujeito se constrói através do social e do discurso e se encontra em constante elaboração e transformação, carregando em si o outro que o transforma e é transformado por ele.

Assim, procuramos refletir sobre a construção da identidade do sujeito imigrante e de seu descendente e o processo de identificação com a nova terra e com o “Outro” em uma perspectiva sócio-histórica. O sujeito do discurso, que está na base de toda formação social, identifica-se em uma estrutura ideológica do interdiscurso, enunciando e sendo enunciado em um determinado momento da

história (PÊCHEUX, 2009). A partir do momento em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e pelo simbólico, ele se inscreve em uma determinada posição-sujeito na forma-sujeito histórica da formação discursiva dominante, dentro de um complexo de formações ideológicas.

Toda formação discursiva pressupõe uma forma-sujeito, que é a forma da identificação de toda posição-sujeito em determinada formação discursiva. Todo indivíduo se posiciona no discurso ao ser interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, 2009). É tomando posição em uma forma-sujeito, que o indivíduo em uma posição sujeito define sua identidade e se identifica no mundo.

Pêcheux ainda afirma que não se pensa o sujeito originário de si mesmo, mas sempre ideologicamente e simbolicamente determinado, sendo identificado através da formação discursiva dominante que determina seu dizer (2009). Assim, o sujeito concebido como histórico tem sua fala produzida em um determinado tempo e lugar, articulando-se ideologicamente. A tomada de posição por um sujeito é um processo interdiscursivo por envolver discursos atravessados historicamente, fazendo com que o sujeito situe o seu discurso em relação ao discurso do outro. Esse deslocamento do sujeito do discurso é apresentado por Orlandi (1988) como uma forma de dispersão em que a produção de um discurso pode incorporar distintas vozes sociais coexistindo harmoniosamente.

Desse modo, vemos o sujeito imigrante do início da colônia de São Bento, quando veio da Alemanha, inserido nesse processo, trazendo a memória que o constituía, inscrita na cultura, na música, na dança, na arquitetura, na gastronomia, na língua e em várias materialidades que faziam parte dessa memória constituída por ele ao longo da história. Essa memória foi apresentada em um “novo lugar”, mas não se deve esquecer que todo dizer está sujeito a falhas e deslocamentos que são constitutivos da temporalidade e, conseqüentemente, presentes em várias materialidades que faziam parte do cotidiano desse sujeito.

Mas mesmo sendo um “novo lugar”, há uma mobilização da memória no sentido de continuidade, reforçada na origem comum, produzindo um efeito de unidade e de identidade coletiva, de um grupo que se utilizava da mesma língua, costumes, hábitos alimentares, estilo arquitetônico. Tudo isso constituiu o imaginário do sujeito imigrante, permitindo a ilusão da permanência e confirmação de uma

identidade homogênea, que parecia estar solidificada pelo sentido do comum.

Nessa posição, o sujeito tende a reafirmar uma identidade com um grupo de outros sujeitos que têm marcos de referência simbólica em comum, e através destes, torna-se possível construir, imaginariamente uma identidade coletiva. É por meio do imaginário social que os sujeitos de uma mesma comunidade se representam, demonstram sua cultura, sua língua, distribuem papéis e posições sociais e estruturam-se de acordo com suas identidades, estabelecendo uma relação entre grupos sociais. Pautado nesse pensamento, Ortiz (1994) vê a identidade como uma construção simbólica que é construída por variados grupos da sociedade e distintos lugares e momentos históricos.

Observamos, assim, que o imigrante, quando se utilizava da língua e de outras materialidades constitutivas de sua identidade, buscava, com esse simbólico, uma relação com a “antiga pátria”, acreditando perpetuar sua identidade alemã, permeada pela memória e pelo imaginário.

Porém há um falseamento dessa visão de solidez da identidade como mostra Coracini quando diz que: “Apesar da ilusão que se instaura no sujeito, a identidade não é nata nem natural, mas naturalizada, através de processos inconscientes e permanece sempre incompleta, sempre em processo, sempre em formação” (2007, p. 61).

Refletir sobre a identidade, faz com que nos reportemos às questões ideológicas e sociais, por isso a importância de trazermos também essa reflexão vista pelo viés da sociologia. Assim, vemos que Bauman também corrobora com a ideia de uma identidade relacionada à falta de solidez, dizendo que:

o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis de decisões que o próprio indivíduo toma, pelos caminhos que ele percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso (2005, p. 17).

Hall também coloca que a identidade vai sendo construída na interação social do sujeito. “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (2001, p. 39). Desse modo, temos a identidade vista como construção simbólica que adquire sentido no/pelo discurso em um contexto sócio-histórico.

Podemos, com isso, colocar que nessa construção simbólica, a identidade do sujeito imigrante buscava se firmar na sua história e na construção dos sentidos de nação. Com isso, trazemos o termo *Heimat*, que na língua alemã tem o sentido de “pátria”, e provem do termo *Heim* (lar). Para os imigrantes as colônias alemãs aqui no Brasil resguardavam os dois princípios da *Heimat*, que marcaram a sua identidade chamada de teuto-brasileira: “a origem étnica alemã, determinada pelo direito de sangue e a nacionalidade/cidadania brasileira, com seu princípio territorial” (SEYFERTH, 2004, p. 19). O imigrante tratava a pátria como o seu lar e isso o fazia não se sentir estrangeiro em nenhum lugar. E por estar em uma nova *Heimat*, novos sentidos iam se construindo e se estabelecendo pelas posições assumidas pelo sujeito dentro de uma sociedade. Isso indica que “em se tratando do simbólico, a memória não tem de ser fiel, nem caminha em linha reta” (ORLANDI, 2002, p. 25).

Vários são os elementos que contribuem para a formação de uma identidade, mas destacamos a língua como um objeto simbólico determinante na construção da identidade de uma nação e como marca identificatória dos sujeitos. Nesse sentido vemos que a língua representava o *Heim*, era um elemento simbólico que transmitia um sentimento de familiaridade, de união que aproximava as pessoas. E ao manter a sua língua, o imigrante se identificava coletivamente. A língua era para eles o elemento simbólico de identificação com a terra natal, mas que também os identificava com a sua nova *Heimat*. Dessa forma podemos dizer que o imigrante não tinha uma identidade fixa, única, mas que, através dos elementos que trouxe, de sua língua, sua cultura e seus costumes, construiu uma nova pátria, diferente da sua terra natal.

Na construção da identidade, fundamentada nos vários elementos que identificavam o sujeito imigrante, trazemos Penna que define a identidade social como “uma construção simbólica que envolve processos de caráter histórico e social, que se articulam (e atualizam) no ato individual de atribuição” (2006, p. 92). Com essa perspectiva, vemos que a construção simbólica não se apresenta definitiva, acabada, mas vai sendo construída por imaginários históricos que são apreendidos e organizados simbolicamente. Para Orlandi “a identidade não é idêntica a si mesma, não é sempre discernível em sua especificidade. Depende da história de sua constituição” (2002, p. 24).

A identidade, portanto, é uma construção, ao mesmo tempo de cada sujeito, ao mesmo tempo coletiva e que produz um efeito de estabilidade que não se sustenta, dado o movimento constante do sujeito do discurso.

Orlandi também concebe que “a identidade é um *movimento*, tanto no seu modo de funcionamento (entre o eu e o outro) como em sua historicidade (devir, mas também multiplicidade na contemporaneidade)” (1990, p. 46).

Para refletirmos sobre esse movimento, trazemos o sujeito e a construção de sua identidade em três momentos temporais. Primeiramente o sujeito que se construiu a partir de sua chegada ao Brasil, depois na segunda metade do século XIX, passando pela interdição da língua alemã na Campanha de Nacionalização imposta pelo Estado Novo (1937–1945) e finalmente chegando à contemporaneidade. “Pode-se dizer que os imigrantes alemães viveram o dualismo da saudade e da esperança, o conflito subjetivo da busca de uma identidade nacional” (ECKERT-HOFF, 2010, p. 88).

O primeiro sujeito do discurso é o imigrante que chegou ao Brasil trazendo a memória de seu antigo lugar de sua *Heimat* para formar sua nova pátria, sua nova *Heimat*, sustentada por elementos simbólicos que os manteriam ligados a um imaginário de nação e de identidade alemã. Vimos que muitos foram os fatos que corroboram para a manutenção desse imaginário como a homogeneidade das colônias, o abandono por parte do Estado brasileiro relacionado às colônias, além do sentimento de germanidade, de pertencimento a sua terra natal que, para Bauman, seria fortalecido no momento em que o sujeito sai de sua terra e a constrói em outro lugar e para construí-la permaneceram com sua língua, representando um bem simbólico que assegurava a perpetuação de seus saberes, de sua história e de outros elementos simbólicos, fazendo com que se sentissem em casa, mesmo que distantes (2005). Os imigrantes fundaram uma nova *Heimat* promovendo uma ruptura, “mas mesmo a ruptura não é o deslocamento sem limites” (ORLANDI, 2003, p. 15) e acrescenta que “na prática simbólica realizam essa passagem: instituem um novo outro lugar de sentidos, estabelecendo outra região para o repetível (a memória do dizer), aquela que a partir de então vai organizar outros e outros sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15). É o chamado discurso fundador.

Mas sempre há confronto dado pelo movimento dos sentidos que não

está fora do sujeito, dividindo o próprio sujeito que assume posições contrárias identificando-se com uma nação forjada na chegada ao Brasil e na sobrevivência necessária na nova terra e, com isso, constituindo-se com sua identidade alemã. Entretanto outra nação também começa a fazer parte desse sujeito, com a qual ele vai se integrando e vai se construindo a partir dos saberes da nova terra, o Brasil.

Nessa dualidade surge o segundo sujeito, aquele que teve que se tornar brasileiro, reaprendendo a se expressar e sendo obrigado a dominar uma nova língua, porque teve seu principal elemento simbólico, a língua materna, interditada. Tudo isso como tentativa de apagamento da identidade do sujeito imigrante e de seu descendente. Era o sujeito interditado pela ideologia nacionalista do Estado Novo (1937 – 1945) e respaldado pela Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se aliou aos americanos e ingleses e se posicionou contrariamente à Alemanha.

Eckert-Hoff nos faz refletir sobre o silêncio e a interdição que habitava esses sujeitos, pois

a língua os constituía, a língua pela qual eram falados, na qual se reinventavam , a qual herdaram e se tornaram hóspedes e, ainda mais, a língua na e pela qual foram escolarizados lhes fora interditada pela Nação – mãe. Interdição essa que, em nome de um projeto de homogeneidade nacional ditado pelo Estado Novo, implicou em silenciamento, um corte, um calar, tendo eles que renascer numa língua e reaprender falar e ser (2010, p. 90).

Assim como a língua interditada representava simbolicamente para o imigrante a inserção em um grupo, o pertencimento, ela também representou a exclusão desse sujeito na medida em que ele se inscrevia como alemão em uma realidade de imposição de uma identidade brasileira. Para se inscrever como pertencente à Nação–mãe, ou seja, à nação brasileira, ele necessitava romper com o seu outro que deveria ficar na antiga pátria. Esse sujeito foi excluído pela nação-mãe e no momento da interdição ele não encontrava nela a sua morada (ECKERT-HOFF, 2010). Sobre essa questão, Bauman nos afirma que:

A identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma das suas dimensões mais divisíveis e fortemente diferenciadoras, num polo de hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à sua própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária.

No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros - identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam [...] (2005, p. 44).

A partir dessas questões, vemos que ao imigrante e também o seu descendente não lhes foi dado o direito de se identificar com os elementos simbólicos que representavam sua terra natal e nem transitar entre as identificações de brasileiro e alemão. Com isso também suas memórias foram interdidas. Havia um imaginário de identidade brasileira criado pelo Estado Novo e era essa a única opção para a inscrição desse sujeito.

Para esse sujeito da interdição, Orlandi traz o silêncio pela censura em que “proíbem-se certos sentidos” (2007, p. 76), ou seja, o sujeito só pode se inscrever em formações discursivas determinadas, pois só assim as suas palavras teriam sentido, já que em outras formações discursivas havia a “impossibilidade de criticar, de discordar, em suma, na impossibilidade de dizer “certos” sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 82). Mas em um Estado totalitário há um efeito contrário estabelecido pela censura. Há um retorno do sujeito sobre sua própria identidade, pois para a autora “em face da afirmação da identidade, as relações autoritárias são estreitas” (ORLANDI, 2007, p. 83).

O terceiro sujeito, o da contemporaneidade, não recai sobre o imigrante, mas sobre o seu descendente. Este do presente é o que fala do seu antecessor como memória do passado, mantendo para Seyferth “alguns indicadores culturais e descartando outros” (1994, p. 23). A transformação pode ser observada na prática da língua alemã, interdida na Campanha de Nacionalização. Hoje esse objeto simbólico fundamental de identificação do passado para os imigrantes ainda faz parte das relações familiares, principalmente no meio rural ou segundo Willems (1980) por marcas nos termos e expressões portuguesas. Para os que conhecem e utilizam a língua alemã, ela ainda é identificadora de uma condição de etnicidade e para os que não fazem uso dela, há uma representação de descendência (SEYFERTH, 1994).

Como reflexão, trazemos um sujeito contemporâneo, órfão de uma narrativa reconhecida pelas estâncias oficiais. Uma narrativa silenciada para os

descendentes de imigrantes, pois ela não está institucionalizada, encontrando-se como resistência na memória representada pela culinária, arquitetura, música e pequenos hábitos que se encontram no esquecimento de nº 1 de Pêcheux (2009) que nos remete ao ideológico e ao inconsciente. Esse sujeito, ao fazer suas escolhas, esquece o que o determina. Ele se identifica ainda com alguns elementos simbólicos constitutivos dos saberes da memória constitutiva dos imigrantes que formaram uma nova *Heimat*, mas está na ordem do ideológico e do inconsciente, nas memórias da família.

Esse sujeito descendente contemporâneo conhece a história oficial portuguesa, pois oficialmente a cultura dos imigrantes não é transmitida na escola. Foi um elemento encapsulado por um dizer da nacionalidade oficial. A nacionalidade brasileira pelo viés dos portugueses.

Portanto, podemos pensar a identidade do sujeito imigrante e contemporaneamente do seu descendente como um processo em construção, atravessado de discursos, fazendo com que o sujeito se produza ao mesmo tempo como repetição e como deslocamento. Para Orlandi “a identidade é um movimento na história” (2006, p. 204).

Esse movimento da identidade do imigrante e, conseqüentemente do descendente foi sendo construído, para a autora, em uma relação de unidade e dispersão, gerada, de um lado, por elementos simbólicos que imaginariamente garantiam uma unidade de identidade; e por outro, da dispersão, que tinha como ancoragem preconceitos e processos de exclusão (ORLANDI, 2006).

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...]. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2001, p. 13).

É nesse movimento da identidade que o sujeito vai se construindo e (re) produzindo sentidos. E assim o imigrante foi se identificando nessa nova terra e seu descendente continua a cada dia se construindo entre a memória e o esquecimento, sendo “fruto de múltiplas identificações” (CORACINI, 2007, p. 61) que vão se entrecruzando.

5 A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIZAÇÃO NOS PROJETOS EDUCACIONAIS

Para compreender o processo de interdição da língua alemã no Estado Novo (1937-1945), vamos, inicialmente, nos reportar há alguns recortes temporais que estabelecem a repressão linguística no Brasil e as políticas educacionais que sustentaram essa repressão.

A ação do Estado nas políticas nacionalistas vinha se dando desde o tempo do Império. Um exemplo dessa ação pode ser observado no documento denominado *Diretório dos Índios* de 1758. Com o propósito de legislar sobre a vida dos índios após a expulsão dos jesuítas, o Marques de Pombal intencionava “civilizar” os índios através da imposição do português, como observamos neste fragmento da época, apresentado por Mariani (2001, p. 119):

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. [...] será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo de modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado⁷.

O documento nos permite refletir sobre a relação da língua e da historicidade, mostrando que o *Diretório* do Marques de Pombal traz um sentido de legitimação da língua portuguesa. É a imposição de uma política linguística determinada pelo colonizador, impondo um poder através do discurso institucionalizado pelos sentidos de conquista e de domínio do reino de Portugal,

⁷ O *Diretório dos Índios* fazia parte da Legislação portuguesa referente às questões linguísticas pelo Ministro Marques de Pombal e medida estendida ao Brasil em 17 de agosto de 1758. Este *Diretório* assegura que cada vila ou aldeia deveria ter uma escola, com um mestre para os meninos e outro para as meninas, sendo proibido o uso de outro idioma que não o português.

impedindo, assim, que outros sentidos pudessem ser produzidos. Observamos, assim, no Diretório o funcionamento da censura (ORLANDI 1990). O não consentimento de outras línguas e a obrigatoriedade do uso da língua de Portugal procurou eliminar as diferenças entre os dois mundos, o do colonizador e o do colonizado. Desse modo, houve uma intervenção no processo de construção de uma identidade linguística brasileira que para Mariani era “normatizadora e unificadora” (2001, p. 111) e inibia outros usos linguísticos que não fossem os portugueses.

Com isso, a língua geral, também chamada brasileira e utilizada pelos jesuítas para ensinar os índios, e as línguas indígenas foram todas silenciadas em nome de um imaginário que se impôs como memória do Brasil, mas visto sob a ótica de Portugal.

Devemos também considerar a intenção de Portugal de erradicar os povos rústicos e seus costumes. Esses povos deveriam filiar-se a uma nova língua e a uma nova memória que se institucionalizava pela imposição de se pertencer a uma nova nação, a nação do conquistador. Com isso o índio foi excluído e sua identidade nacional, como sujeito nacional, também foi apagada.

A partir do Diretório de Pombal vemos a língua sendo utilizada como a via de novos sentidos que apregoavam a adoração ao príncipe e isso estava na materialidade da língua, no discurso, os sentidos de adoração de uma injunção a ser um servo desse príncipe. Aprender a língua portuguesa significava a imposição e poder do príncipe e a materialização de sua nação. A língua que determinaria os sentidos de a nação colonizada seria a língua materna do príncipe. “A língua que daria uma legitimidade e unidade (nacional)” e é apresentado por Gallo como a “língua dos filhos de uma mãe outra” (1996, p. 104).

Vemos também que a língua geral e as línguas indígenas constituíam uma ameaça, levando à ruína do Estado. Assim, está demonstrado como o discurso tem poder e a língua, a sua discursividade.

Portanto, naquela época, já havia uma legislação delineada para desestruturar uma pluralidade linguística. Eram políticas voltadas à homogeneização linguística, sempre com base em uma legislação autoritária e repressiva.

Essa política voltada ao controle da língua sempre esteve relacionada ao

poder e controle do Estado, sendo a língua portuguesa não a nacional, mas a língua do Outro, do estrangeiro. Esse fato fez com que o índio fosse apagado da história, não sendo considerado nem como estrangeiro e nem como selvagem ou nacional. Orlandi nos diz que:

Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E esse produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes (1990, p. 56).

A história linguística do Brasil mostra a imposição da Língua Portuguesa como a única língua legítima, levando as outras línguas a um processo de “glotocídio” (assassinato das línguas), através da substituição destas pela Língua Portuguesa. Essa política de silenciamento esteve presente com a interdição da língua geral e de várias línguas indígenas e se apresentou também na constituição do Brasil como república, sendo mais direcionada à questão educacional na primeira república e mais fortemente com a campanha de nacionalização do Estado Novo, com a interdição das línguas estrangeiras, principalmente a língua alemã.

Nessa perspectiva, a escola foi o espaço encontrado pelo governo para fazer absorver o conhecimento sobre a língua e legitimar a língua nacional. Assim a formação do Estado brasileiro estava conjugada com o fortalecimento de uma língua nacional e da Escola como lugar de legitimação dessa língua que tinha como objetivo disseminar o imaginário de cidadania e também de fazer (re)surgir o sentimento de patriotismo.

Pela via da AD é possível entendermos que não se trata somente de uma questão linguística. O que está em jogo são os sentidos materializados nessa língua, sua memória, ou seja, sua discursividade e é através de uma perspectiva discursiva que vamos procurar compreender como o sujeito significa e se significa pelas posições contraditórias estruturadas por um imaginário de brasilidade e de não-brasilidade e que ainda continua produzindo seus efeitos.

5.1 CAMPANHAS NACIONALIZADORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

As políticas e ações voltadas para um projeto nacionalizador também

podem ser identificadas com o início da República em 1889, quando se buscava ingressar o Brasil na modernidade com novos valores sociais e políticos.

Nas primeiras décadas do regime republicano, a intensão de consolidar o Brasil como uma nação avançada e desenvolvida firmava-se pela via do nacionalismo, tentando criar uma identidade nacional através da divulgação de campanhas que deveriam produzir “um necessário senso de pertencimento nacional para uma população que não o possuía” (PAYER, 2001, p. 240).

Havia a necessidade de criar uma identificação para a nova Nação e também de formar uma população que representasse essa unidade brasileira. Para isso, as discussões se voltaram para os elementos constitutivos que formariam esse novo representante nacional.

Para a efetivação dessa nova ideologia republicana, a educação se tornou peça chave nessa nova engrenagem de desenvolvimento, buscando a visibilidade diante de outros países e também a inserção das crianças como cidadãos da república. A escola nacional foi vista como um elemento fundamental de difusão do nacionalismo, um berço para semear tais ideologias (SEYFERTH, 1999).

A responsabilidade depositada sobre a educação representava, conforme observa Souza (1998, p. 15) “não apenas a esperança de consolidação de um novo regime, mas a regeneração da nação”.

Mas essa visão de nação com valores e sentimentos únicos, vai esbarrar nas colônias estrangeiras que tinham uma organização própria com base em aspectos sociais e culturais da terra natal na Europa.

Ainda no governo imperial, as colônias alemãs já estavam estruturadas dentro dessa organização comunitária, fazendo com que aflorasse ainda mais o imaginário coletivo desse imigrante, principalmente pela necessidade de sobreviver e desenvolver-se na colônia. Para isso, a educação escolar era um valor consolidado com recursos próprios que constituíam as escolas nas colônias.

Essa preocupação da colônia com relação à educação dos filhos estava atrelada à formação cultural desse imigrante e passou a ser um elemento de distinção desse colono em relação à realidade existente no Brasil em meados do século XIX, quando a maioria da população era analfabeta. Também é importante ressaltar que na Alemanha a escolarização integrava os projetos políticos, religiosos,

sociais e econômicos da população e quando o imigrante construiu a sua colônia desejava também que lhes fosse garantido esse acesso à educação. De acordo com Willems:

Os colonos germânicos vinham de uma cultura em que a comunicação já dependia, em grande parte, pelo menos, do conhecimento da escrita. Portanto, a escola de alfabetização, embora houvesse tido desenvolvimento bastante desigual nos diversos Estados Alemães, exercia uma função vital da perpetuação cultural (1980, p. 271).

A escola era vista como um dos meios mais eficientes de consolidar valores culturais, sociais e religiosos nos filhos dos imigrantes. Dessa forma surgiram as escolas alemãs que introduziram um modelo de organização da vida social semelhante ao que ocorria na Alemanha, sendo parceiros a família, a comunidade e a igreja e já em 1899, São Bento contava com doze escolas instaladas (PFEIFFER, 1997).

As escolas alemãs eram escolas particulares, sustentadas financeiramente por sociedades comunitárias e, por algum tempo, com subvenções do governo imperial alemão, como comprova Vasconcellos; Pfeiffer “[...] todas essas escolas só tiveram uma existência suportável, quando receberam, além da subvenção municipal, os favores do governo imperial alemão” (1991, p. 76).

Para Rambo os imigrantes e descendentes transformaram a escola “no elemento estratégico fundamental, capaz de garantir-lhes a sobrevivência e o progresso” (2003, p. 70).

Apresentamos um fragmento do relatório sobre o ensino, escrito por Guilherme Bollmann e citado por Vasconcellos; Pfeiffer:

Como na villa, onde as escolas se crearam por necessidade, porque nem a directoria colonial e nem o Governo intercedeu em favor da instrução, assim também se crearam as escolas dos subúrbios e das estradas. Assim, reduzidos completamente a si mesmos, os chefes de família procuravam remediar o mal do analfabetismo e a falta do ensino da religião e reuniram-se, afim de não deixarem seus filhos incultos (1991, p. 74).

Essas escolas foram criadas pela própria colônia, já que o Estado brasileiro pecava pela omissão e pelo descaso, pois, mesmo tendo um projeto de colonização, não possuía recursos para o desenvolvimento dessas colônias,

deixando a organização dessas comunidades a cargo dos próprios colonos que se mobilizaram, mostrando uma forte organização comunitária. Essa noção de comunidade exercida pela cultura alemã foi fundamental no desenvolvimento da colônia, pois os imigrantes já vinham da Alemanha com uma estrutura de organização social ainda não comum no Brasil. Para isso, a educação era fundamental, além de fazer parte de projetos políticos, religiosos e socioeconômicos o que representava de certa maneira uma conquista, desenvolvimento e prosperidade. Sem as escolas, eles sofreriam um retrocesso humano, econômico, cultural, social e religioso.

Assim, a escola serviu, principalmente, como um meio de sobrevivência dos colonos imigrantes, pois as crianças, além da alfabetização, adquiriam o conhecimento da língua materna na escrita e na fala. Rambo destaca ainda a importância do conhecimento de aritmética, de cálculo de juros e de porcentagens, além de informações sobre medidas, volumes, pesos (2003). Eram conhecimentos que contribuíam para que o filho do colono fosse capaz de administrar bem as atividades agrícolas.

Seyferth afirma que a escola alemã:

[...] foi um elemento crucial para a manutenção da língua alemã nas colônias e, em grande parte, o uso cotidiano do idioma de origem tornou-se o elemento mais eficiente de identificação étnica. [...] o estabelecimento dessas escolas étnicas atendeu à demanda de uma população escolar negligenciada pelo poder público (2003, p. 32).

A criação das escolas foi um passo necessário para resolver o problema do isolamento das colônias e do abandono destas pelo poder público. Além de se apresentarem como formadoras e mantenedoras das tradições e valores culturais. Mas, por outro lado, procuravam formar um sujeito que empenhava toda a riqueza e dinamismo que havia herdado de seus pais para pôr à disposição da terra que o acolhera.

Rambo confirma a importância da escola para os imigrantes e seus descendentes mostrando:

A escola como alfabetizadora, a escola como fiadora da religião e da religiosidade, a escola como guardiã dos valores culturais assumia mais

uma importante função. Os imigrantes alemães e seus descendentes, apesar de todos os laços culturais e afetivos que pudessem manifestar e cultivar, politicamente falando, haviam 'queimado os navios'. Emigraram para não mais retornar, Chegaram com o firme propósito de armarem no Brasil a sua tenda definitiva. Estabeleceram-se para servir a uma nova pátria e assumiram-se como cidadãos plenamente comprometidos (2003, p. 76).

Assim, podemos compreender os funcionamentos do discurso pedagógico desenvolvido nas escolas alemãs. A escola cumpria uma importante função na vida das colônias, mantendo viva a língua como principal elemento simbólico do imigrante e com isso seu patrimônio cultural. E por outro lado, a escola também representava uma preocupação dos pais com o ensino do português, objetivando a integração dos filhos na vida social, política e econômica e comprometidos com o país escolhido por eles para viver.

Dessa forma, até o início da República, as escolas alemãs desenvolveram uma estrutura educacional e cultural quase sem interferência do governo Imperial, tanto em relação ao apoio financeiro para a construção de escolas públicas quanto no que concerne a um aparato didático-pedagógico que favorecesse o ensino da língua vernácula.

Mesmo que houvesse uma preocupação com a assimilação do imigrante através do ensino do português, o governo imperial mostrou-se inoperante nesse caso com grandes deficiências em relação a uma inspeção escolar mais contundente nas escolas, além da falta de professores qualificados para o ensino da língua portuguesa que dominassem também a língua alemã e a criação excessiva de leis e de outros dispositivos legais que acabavam comprometendo a assimilação. Com isso, o ensino da língua portuguesa para as comunidades de imigrantes não teve um avanço significativo na época do Império (LUNA, 2000).

Mas, com o advento da República e a adoção de novos valores sociais e políticos, houve mudanças na política linguística e o governo repassou a responsabilidade da educação básica para os estados, que se utilizaram dessa implantação e fortalecimento do ensino público como estratégia para a adoção desses novos valores pretendidos pelo governo da primeira república. E como estratégias foram apresentadas diversas reformas que permeariam a educação, buscando resolver os problemas vividos pelos Estados.

Em Santa Catarina as ações da nacionalização pretendidas pela República estavam sob o governo do Coronel Vidal Ramos, que pertencia a uma tradicional família luso-brasileira da região do planalto catarinense, onde eram latifundiários e pecuaristas. Vidal Ramos era um ferrenho defensor dos ideais republicanos.

Assim, no ano de 1911, é implantada em Santa Catarina a 1ª campanha de nacionalização do ensino no governo de Vidal Ramos “que pede rigor na implantação do ensino da língua portuguesa nas escolas, ameaçando fechar aquelas em que o professor só ensinava em sua língua de origem” (SOARES, 1992, p.47). Abriam-se, assim, os caminhos para ações da nacionalização no Estado.

No contexto da construção de uma nação que buscava unir-se nacionalmente, a organização da instrução pública em Santa Catarina enfrentava o desafio de inserir os imigrantes e seus descendentes, no projeto de nacionalização do ensino. O objetivo era que os estrangeiros e seus descendentes se sentissem catarinenses e, principalmente, brasileiros (MONTEIRO, 1984).

Para a concretização dessas reformas, Vidal Ramos contratou Orestes Guimarães para o cargo de Inspetor Geral de Ensino em Santa Catarina com a intenção de efetivar um novo modelo de ensino em que um dos objetivos era resolver a questão da assimilação dos grupos de imigrantes através do ensino sistemático da língua portuguesa. Guimarães trouxe esse modelo para Santa Catarina, pois já havia trabalhado no Colégio Público de Joinville e conhecia as ideias implantadas nos Estados Unidos para resolver a questão da nacionalização das populações imigrantes e seus descendentes. Para Neide Almeida Fiori (1991) foi em Joinville, entre 1906 e 1909, o primeiro momento da reforma que Orestes Guimarães faria mais tarde em todo o Estado.

A reforma implantada por Orestes Guimarães tinha como objetivo trazer o avanço do ensino público e principalmente introduzir os conceitos de nacionalização através de um processo gradativo de assimilação, fomentados pelo governo da primeira república, como se pode observar no Decreto nº 587 de 22 de abril de 1911, artigo 72:

As escolas preliminares isoladas e as intermediárias terão três anos de curso, obedecendo ao seguinte programa: - leitura, caligrafia, linguagem,

contas, princípios de geografia, história, educação cívica, canto e ginástica. A geografia, a história e a educação cívica serão dadas mais sobre o ponto de vista educativo do que propriamente instrutivo (SANTA CATHARINA, 1911a).

Observamos que os conteúdos apresentados no referido documento envolviam disciplinas que procuravam inculcar o amor à pátria e também formar um bom cidadão. Esse caráter educativo buscava mostrar aspectos nacionais voltados à fauna, flora, dadas, vultos nacionais, consolidando a ideia de solidificação do sentimento nacionalista pretendido pelo governo da época e como forma de pertencimento desse imigrante e seu descendente à nação brasileira.

É importante fazermos uma relação entre o ponto de vista educativo e instrutivo para visualizarmos o intento do governo da época.

A ideia de “educativo” está pautada em conhecimentos, experiências e elaborações simbólicas que são voltadas a reconstruir o pensamento e atuação do sujeito. Vieira (2002) afirma que o “educativo” compreende a formação de valores, sentimentos que identificam o homem como ser social. Assim, vemos o propósito de imputar os valores nacionais como princípio norteador da formação do aluno em sujeito nacional brasileiro.

Já o sentido de “instrutivo” tem a intenção de aperfeiçoar o processo de socialização espontânea, preparando o indivíduo para ser parte integrante de uma comunidade social. Para Vieira é um processo de formar homens capazes e inteligentes, enfrentando e solucionando os problemas decorrentes da vida.

É interessante destacarmos que “A escola é o lugar onde se doutrina, se disciplinariza, onde se produz sujeitos individualizados e homogêneos [...]” (DI RENZO, 2002, p. 113). Assim, podemos observar que o governo brasileiro se utilizou da escola como meio de inculcar a brasilidade através da unidade da língua imaginária nacional.

O governo buscava agilizar a nacionalização dos imigrantes e descendentes com a inserção da língua portuguesa nas escolas, mas a falta de professores com competência linguística para o ensino do português dificultava a consolidação do projeto de abasileiramento, pois as crianças, nas zonas de imigração, não dominavam a língua portuguesa. E, segundo Vasconcellos; Pfeiffer “não se conseguiam mestres que soubessem igualmente as duas línguas” (1991, p.

76). Com isso apresentavam dificuldades na assimilação dos novos conteúdos impostos pela legislação. Em função desse problema também a comunidade passa a desacreditar na escola pública como pode ser observado por Amonn, que corrobora com esse pensamento afirmando que “Certamente, os alunos aprendem a língua pátria, porém, não melhor do que antigamente. Ler e escrever aprendem depressa, mas o compreender lhes falta de todo durante os 2 ou 3 primeiros anos” (1911, p. 109).

Como forma de sanar o problema da falta de competência linguística, Orestes Guimarães propôs que os professores deveriam dominar as duas línguas, o português e o alemão. Assim conseguiriam interagir melhor com os alunos e, conseqüentemente, com a comunidade.

Conforme Luna (2000), na tentativa de amenizar esse problema, Orestes Guimarães introduziu a língua alemã nas escolas públicas como disciplina curricular. Mas essa medida, mesmo sendo respaldada por decretos do governo, não foi bem aceita pela sociedade lusa de Santa Catarina que tinha uma forte tendência nativista e já se mostrava indisposta com as comunidades de imigrantes, apoiando a obra de nacionalização através de discursos cujos temas abordavam as escolas alemãs que eram geralmente denunciadas pela suposta falta do ensino de português.

Mesmo assim, Orestes Guimarães acreditava nas suas estratégias de assimilação progressiva e, embora tendo algumas dificuldades, a campanha de nacionalização, buscando a assimilação do imigrante e seu descendente, seguia gradualmente (LUNA, 2000).

A estratégia de Guimarães se alinha ao ponto de vista de Rambo que vê a escola como detentora da manutenção cultural, religiosa e da língua e, ao mesmo tempo, apresenta-se como base para a integração da sociedade nacional. Os imigrantes encontravam na escola “a fórmula pela qual terminariam por se firmar, em definitivo, como cidadãos brasileiros” (RAMBO, 2003, p. 72).

Mas essa relação entre a escola, com a língua nacional; e o seio familiar, com a língua materna, causou uma tensão entre as duas línguas, gerando, conseqüentemente, seus efeitos no sujeito e na sociedade. Payer (2007) coloca como participantes dessa tensão a língua nacional do Estado com as imagens e valores respaldados pela lei jurídica, pela escola, pela norma. E a língua materna

com as imagens e valores relativos à família, ao grupo social, ao comunitário, à cultura, pois foi pela língua materna que o sujeito foi apresentado ao mundo como sujeito de uma língua. Desse modo, temos a língua como fundante do psiquismo e da relação com o outro (REVUZ, 2006).

Esse batimento entre a língua nacional, colocada aqui pela escola, e a língua materna dos imigrantes vai nos mostrar o papel que cada língua exerce dentro de determinadas condições sócio históricas.

Se por um lado temos a inserção do sujeito imigrante e seu descendente na língua portuguesa, na geografia, história, cantos e hinos do Brasil, temos também todo o universo simbólico sendo carregado por ele na sua língua materna.

Essa distinção é apresentada por Payer no modo “empírico” e “teórico”. Empiricamente porque tanto a língua nacional como a língua materna são materialmente distintas e, além disso, possuem lugares e funcionamentos diferentes. Para a autora as duas línguas se constituem como “dimensões distintas da linguagem na ordem da memória” (2007, p. 219).

Sendo o sujeito constituído pela língua, é importante compreendermos as diferentes dimensões da língua nacional e da língua materna e o seu funcionamento nos processos de identificação dos sujeitos. Também é importante ressaltar que assim como a dimensão materna da linguagem constitui o sujeito, o mesmo acontece com a dimensão nacional. Mas o mais importante é considerá-las na memória histórica e na constituição do sujeito.

Para demonstrar a importância do ensino das duas línguas nas escolas da época, Ammon coloca que:

Aos nossos descendentes faltará justamente aquilo que distingue tanto os nossos moços que ainda tomaram o ensino na escola do ‘Deutscher Schulverein’ na época da florescência, que eles sabem a fundo tanto o idioma nacional como a língua materna e isto é de grande vantagem não só para a formação geral, mas também na vida comercial (1911, p. 108).

O objetivo dos pais era preparar os filhos, tanto para dar continuidade a uma identificação com os saberes que compunham uma memória da antiga pátria, como também para integrar-se como cidadãos brasileiros à nova pátria. Essa relação seria possível pela língua, dando um efeito de pertencimento, tanto a um

lugar como a outro.

Nessa relação de pertença há sempre o conflito, o confronto de estar entre os limites das fronteiras. Eckert-Hoff coloca que “toda inscrição na/pela língua se dá pelo desejo do outro/Outro, na ilusão de uma pertença” (2010, p. 96). Com isso vemos que o sujeito imigrante se via obrigado a se reinventar entre as duas línguas, pois acabava aportuguesando alguns sentidos da língua alemã ou inserindo palavras alemãs ao cotidiano da língua portuguesa. Para a autora:

Sendo a língua do outro, o sujeito se reinventa numa nova língua e, embora dentro dela mesma. [...] essa reinvenção ocorre no seu duplo: os concidadãos de sangue e também de solo exigiam a prática da língua alemã (família e toda a colônia), mas também a portuguesa era exigida pelo pai; os concidadãos de solo exigiam a língua portuguesa (escola), mas que não era a mesma falada em casa. Isso incorria num silenciamento e num embaralhamento de línguas (ECKERT-HOFF, 2010, p. 96).

As dificuldades de assimilação eram grandes, no entanto a absorção da nova terra caminhava gradativamente como uma forma natural de pertencimento. Mas com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as primeiras medidas nacionalistas foram intensificadas, principalmente porque o Brasil aderiu aos aliados contra a Alemanha em 1917, e algumas medidas legislativas atingiram diretamente a educação nas zonas de imigração alemã e principalmente as escolas alemãs que foram obrigadas a se adequarem às normas das escolas públicas.

Essa obrigatoriedade passa a ser vista mais autoritariamente no decreto nº 1063, de 8 de novembro de 1917 em que o currículo das escolas alemãs obrigatoriamente deveria conter matérias de civismo, geografia e história do Brasil.

Art 1. As escolas estrangeiras deverão incluir nos seus programas o ensino das seguintes matérias, em língua vernácula:

- 1) Linguagem oral e escrita;
- 2) História do Brasil e educação cívica;
- 3) Geografia do Brasil;
- 4) Cantos e hinos patrióticos (SANTA CATARINA, 1919, p. 8)

É interessante observar a imposição, em termos de currículo, da afirmação, difusão da língua portuguesa oral e escrita e, conseqüentemente, da construção de uma língua nacional, ao mesmo tempo em que se tentava apagar, silenciar a língua alemã.

Aliados “à língua vernácula” estavam as aulas de civildade, através do civismo, dos cantos e hinos pátrios, que regulavam comportamentos, instaurando fronteiras entre a memória cultural da colônia e da escola que buscava educar e modelar o sujeito, produzindo novos sentidos para o imigrante, mas principalmente para os filhos desses imigrantes, objetivando construir um cidadão nacional.

Nesse processo, buscava-se criar um imaginário sobre a língua, produzindo sentidos de poder e de controle sobre o imigrante e seu descendente. Para isso, Orlandi coloca que

O processo de ensino e de aprendizagem não é apenas troca de informações, assimilação de conteúdos, mas inscrição do sujeito em determinadas filiações ideológicas e discursivas. E o saber que aí circula reconduz e reforça os efeitos desse poder (2002, p. 88).

O controle gerado pelo projeto político de disciplinarizar a língua nacional e as dificuldades impostas pela legislação educacional forçaram muitas instituições a fecharem suas portas, pois era inviável o cumprimento das exigências, principalmente porque as práticas pedagógicas deveriam estar pautadas no uso do idioma português, com professores natos e falantes do português. Nas colônias não havia professores natos e deslocá-los de centros maiores era uma tarefa bastante difícil, o que inviabilizava a inclusão das matérias exigidas pela legislação educacional, impossibilitando o funcionamento da maioria dessas escolas⁸.

Cabe ressaltar que, com o fim da Primeira Guerra Mundial, foram tomadas medidas mais contundentes para que o ensino nas escolas priorizasse o português e enfatizasse o sentimento de civismo. Mas mesmo com um clima de antipatia e aversão ao alemão, gerado pelo conflito da guerra, Orestes Guimarães ainda acreditava na assimilação progressiva para os filhos e, conseqüentemente, para os pais.

⁸Vasconcellos; Pfeiffer (1991, p. 76) apresenta essa dificuldade nas palavras de Guilherme Bollmann que fazia o seguinte questionamento na época: “Qual o brasileiro moço que teria coragem de se sepultar na solidão de uma escola colonial, onde era preciso renunciar a todos os comodismos e a todos os divertimentos?”. Tudo isso aliado aos baixos salários e principalmente pela dificuldade de comunicação entre o professor e os alunos. Era desapontador para o professor não conseguir transmitir o conteúdo, pois os alunos tinham grande dificuldade de assimilação da língua.

A pressão era grande, principalmente por parte dos governantes que se mostravam defensores da obra de nacionalização e, ao final da Primeira Guerra Mundial, foi reforçada a legislação para as escolas alemãs, restringindo suas atividades e impondo forte vigilância com punições para aquelas que insistiam no ensino através da língua alemã.

É significativo afirmar que para alcançar esses objetivos propostos pelo governo e como forma de fortalecimento da unidade nacional, a cultuação dos símbolos nacionais como a bandeira e o hino era propagada principalmente nas escolas.

Como exemplo dessa cultuação dos símbolos nacionais e da construção dessa civilidade, apresentamos abaixo fotos da Escola alemã de Rio Negrinho que na época pertencia ao município de São Bento do Sul. As imagens demonstram como os sentidos de nacionalidade eram incutidos nos alunos, “sustentando uma posição discursiva politicamente centralizadora” (PAYER, 2001, p. 248).

Figura 1 – Escola Alemã de Rio Negrinho



Fonte: Arquivo Histórico de Rio Negrinho

Observamos nas imagens apresentadas, o empenho em transmitir os ideais nacionalistas de ordem, disciplina e respeito à pátria e a bandeira nacional.

Vemos um lugar de representação de sujeito nacional, de propagar um sentido de nação que não fazia parte do imaginário desse sujeito. A transmissão desses ideários nacionais que foram institucionalizados no cotidiano escolar dos filhos e netos dos imigrantes levava também os pais, avós e toda a família a significarem-se como sujeitos brasileiros, pois as crianças serviam como disseminadoras desses ideários de brasilidade.

Nesse momento histórico, a escola representava o lugar para adquirir o civismo e a civilidade, tornando-se imperativo a aceitação desses imigrantes e seus descendentes na comunidade nacional. Assim, a escolarização, sustentada por uma língua e um patriotismo, embora aos poucos, sendo assimilados pelos filhos e netos dos imigrantes, não o era pelos pais e avós. A ruptura com a língua de origem foi dolorosa e também motivo de uma (des) identificação com a terra mãe. Na visão de Revuz “Quanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem” (2006, p. 227). Complementa ainda que: “aprender uma língua, é sempre, um pouco, tornar-se um outro”, ou seja, era uma forma também de pertencimento como cidadão brasileiro, não somente juridicamente, mas legitimado integralmente. Portanto a textualização em língua portuguesa passa pela condição de legitimação do dizer e de autoria.

As primeiras tentativas de nacionalizar o ensino em Santa Catarina, por meio de decretos e leis, tinham como objetivo uma reforma geral do ensino e particularmente para o governo era uma forma de minar as atividades e a influência das escolas alemãs. Os programas almejavam o progresso da Nação, construindo uma pátria moderna e civilizada, não aceitando qualquer forma de ameaça ao projeto de unidade e de fortalecimento e modernização do Brasil (SILVA; FLORES, 2010).

Em 1935, uma nova reforma foi implantada, visando maior fiscalização e orientação do ensino (MONTEIRO, 1983), mas novamente o resultado foi insatisfatório, pois as dificuldades de deslocamento e as distâncias entre as colônias eram grandes, levando à falta de fiscalização e, conseqüentemente, a resultados ineficazes.

Até aquele momento, em Santa Catarina, a nacionalização do ensino

tinha sido uma estratégia gradativa de implantação de uma língua nacional nas comunidades alemãs, sem um resultado efetivo. Na verdade, as reformas apenas promoveram a inclusão de algumas disciplinas no currículo, relacionadas ao civismo, flora e fauna do Brasil.

O programa desenvolvido por Orestes Guimarães priorizou o ensino do português como primeira língua para o contexto da escola de clientela de língua materna alemã. Mas apesar do programa ser gradativo, podemos observar que a política linguística adotada pelos governos da época tinha uma forte tendência assimilacionista no nível político-social e esse tipo de política, aliada a uma política educacional mostrava que os governos e especificamente o governo de Santa Catarina via esse pluralismo cultural nas comunidades de imigrantes como indesejável e uma grande ameaça para a unidade da língua nacional e também para o Brasil. Portanto, quanto mais cedo e mais radicalmente desaparecesse a língua dos imigrantes, mais controle o governo teria sobre essas comunidades e sua população.

5.1.1 A nacionalização do ensino nas colônias durante o Estado Novo

As estratégias utilizadas pelo governo para assimilação dos imigrantes através do ensino, criando a primeira campanha de nacionalização, não tiveram muito êxito, porque a prática da língua ficou restrita aos bancos escolares. Houve um desencontro entre escola e sociedade, pois a língua alemã continuava a ser falada nos lares dos imigrantes, sendo o português até aquele momento, uma língua relacionada à escolarização.

Com a instalação do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937, houve um fortalecimento da campanha de nacionalização e uma preocupação maior do governo nacional em promover a assimilação dos imigrantes, culpando os governos anteriores de omissão em prover as comunidades de origem alemã de educação pública devida (LUNA, 2000). Novamente a assimilação foi pautada na educação, que tinha um papel fundamental de transformar as crianças e jovens em cidadãos brasileiros e devotados. A escola era o ambiente propício para disseminar o ideário nacionalista do Estado Novo, sendo escolhida como espaço fundamental para a

execução do projeto de nacionalização.

Para tanto, contava-se com a escola por ser reconhecida pela capacidade de socialização e pela internalização de valores desejados pelo governo da época.

Lembramos aqui dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* de Althusser, em que a classe dominante gera mecanismos para a manutenção de seu domínio, levando a classe dominada à aceitação das condições de exploração. Para a concretização dessas relações de dominação, vários são os aparelhos ideológicos de Estado existentes como a igreja, família, os sindicatos, mas a escola representa um dos principais aparelhos ideológicos, assumindo um papel importante para a disseminação do poder organizado pelo Estado. Para Althusser a escola é aquela que:

[...] se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais 'vulnerável', espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia) (1974, p. 47).

A escola, como aparelho ideológico, traz o funcionamento de uma ideologia dominante, já que ela estabelece as relações de poder entre aqueles que dominavam a língua portuguesa e aqueles que não dominavam. A escola foi escolhida pelo Estado Novo como local de disseminação do nacionalismo, por auxiliar na construção de uma língua imaginária, instituindo a obrigatoriedade de uma língua estabelecida como homogênea, regida por regras, sem a preocupação com a exterioridade dessa língua que se constituiu pela materialidade histórica e social. Desconsidera-se a língua em movimento e tenta-se apagar qualquer relação com a língua dos imigrantes, uma vez que para ser um bom cidadão brasileiro, dever-se-ia dominar a língua nacional. Orlandi observa que “temos assim, em termos de uma língua imaginária, uma língua padrão, apagando-se, silenciando-se o que era nosso e que não seguia os padrões: a língua brasileira” (2002, p. 29). Utilizando-se desse pensamento da autora, reportamo-nos para o governo do Estado Novo em que falar outra língua não estava apenas no contexto das questões linguísticas, mas estava em um processo político e ideológico.

Nessa perspectiva, o Estado Novo pretendia “Formar um ‘homem novo’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar um sentimento de brasilidade” (BOMENY, 1999, p. 139). Esse propósito foi embasado por uma legislação educacional que reestruturava todos os aspectos didáticos e pedagógicos, desde a gestão dessas escolas, até a obrigatoriedade de novos currículos, sempre adequados ao objetivo do projeto de nacionalização.

Com a intensificação das ideias nacionalistas e um vasto controle do governo na educação, cultura, meios de comunicação e principalmente na língua, Vargas buscava criar uma nação moderna e, para isso, os regionalismos deveriam ser apagados, dando lugar a uma nação homogênea. Para um resultado positivo ao seu intento, tornava-se indispensável uma forte atuação na área da educação, já que representava a chave para o desenvolvimento do país.

Por essas razões, a política nacionalista implantada pelo Estado Novo gerou uma violenta repressão da língua e cultura dos imigrantes e de seus descendentes, apoiando-se em decreto do Estado, dispondo sobre que língua se devia falar e também quando e onde se falar (ORLANDI, 2009).

A repressão sobre a língua dos imigrantes levou ao fechamento de escolas, de jornais, a destruição de livros, mas principalmente inviabilizou a expressão através da língua materna.

O regime ditatorial de Getúlio Vargas marca o ponto alto da repressão às línguas alóctones, através do processo que ficou conhecido como ‘nacionalização do ensino’ e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nesses dois estados a repressão linguística atingiu sua maior dimensão, através do conceito jurídico de ‘crime idiomático’, inventado pelo Estado Novo (MÜLLER DE OLIVEIRA, 2000, p. 22).

No caso da nacionalização do ensino, as ações foram pautadas na erradicação da língua alemã, e na obrigatoriedade da língua portuguesa. Para Vargas a língua representava um instrumento de soberania e de grande importância para a unidade política do Estado brasileiro.

A política de nacionalização que estamos praticando [...] abrange duas ordens de providências: umas, de alcance imediato, e outra cujos resultados dependem do tempo. Entre as primeiras, figuram as que concernem a um

critério de selecionamento na permissão para a entrada e radicação dos elementos alienígenas que se dirigem ao nosso país. [...] Entre as medidas de efeito imediato, as mais relevantes referem-se à obra de nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões onde o afluxo da colonização estrangeira poderia criar, no curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos e tradições e modos de ser peculiares a outras raças. *A língua é um nobre instrumento de soberania nacional*. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar, formará gerações de bons brasileiros na infância e adolescência, que, até agora, aprendiam pela cartilha dos seus maiores e não conheciam outra história senão a dos seus antepassados do lado oposto do oceano e de suas latitudes. As forças armadas, que são instituições modelarmente nacionais, estão empenhadas nesta bela obra de patriotismo e também de previdência. A entrosagem dessas medidas, aplicadas habilmente não nos fará temer qualquer possibilidade de incrustações de perturbadoras minorias étnicas no organismo nacional (grifo nosso)⁹.

Nos enunciados anteriores, podemos fazer uma relação paradoxal quando Vargas professava ideologias democráticas, mas aplicava a ideologia nazi/facista do regime autoritarista. Os estrangeiros foram vistos como nocivos aos interesses da nação e passaram a ser associados a “quistos”, por dificultar o processo de nacionalização. Essa imagem negativa, criada pelos discursos oficiais está destacada nos enunciados “selecionamento [...] e radicação dos elementos alienígenas”, que são “centros estranhos às pulsações da vida brasileira”. Esses enunciados carregam sentidos parafrásticos em que há um retorno do mesmo espaço dizível, o repetível (ORLANDI, 1998), sustentando essa ideologia nazi/facista, que tinha como base doutrinária e ideológica um discurso revolucionário, através de uma proposta de mobilização das massas em prol de uma unidade nacional (FURET, 1995). Payer afirma que os enunciados colocados por Getúlio Vargas nessa entrevista se apresentam nos sentidos da retórica da guerra no Estado Novo com os projetos liberais iniciados nas escolas com a nacionalização e complementa dizendo que:

Os enunciados do Estado Novo sustentam-se parafrasticamente nos sentidos de nacionalização presente entre os liberais, confundindo-se em sua circulação com uma exacerbação “patriótica” do elemento nacional, por oposição ao estrangeiro, no contexto da segunda guerra (2001, p. 247).

⁹Entrevista dada por Getúlio Vargas ao Jornal Soir, cf. Payer, M. Onice *Memória da Língua: imigração e nacionalidade* (2006, p. 83).

Ao mesmo tempo em que se buscava um sujeito assujeitado por uma unificação do Estado nacional, as memórias discursivas desse sujeito funcionavam na opacidade da diversidade linguística e serviam como forma de problematizar a assimilação dos imigrantes e a homogeneização da língua nacional.

Retomamos o documento do Marques de Pombal “Diretório dos Índios” em 1757, apresentado no início do capítulo que também interferia na “construção da identidade linguística brasileira” (MARIANI, 2001, p. 111), impedindo a brasilidade através de formações discursivas próprias. Esse documento Pombaliano identificava os índios como “povos rústicos e precisavam destituí-los de seus costumes e de sua língua” (MARIANI, 2001, p. 119).

A aproximação dos sentidos do Diretório de Pombal, com os do nacionalismo do Estado Novo de Getúlio Vargas, permite-nos perceber, nos dois acontecimentos discursivos, a desconstrução das identidades. Por um lado, o índio era nomeado de “povos rústicos” que necessitavam ser inseridos na língua do rei, como forma de se fazer representar enquanto sujeito. Por outro lado, temos o imigrante e seu descendente visto como “alienígena”, como podemos vislumbrar na passagem “era necessário selecionar e nacionalizar os centros estranhos de elementos alienígenas”.

Com isso, vemos um processo de tentativa de apagamento tanto do índio visto no documento de Pombal como do imigrante no Estado Novo de Getúlio Vargas. E para esse processo, a língua portuguesa e nacional tornou-se o nobre instrumento de soberania e poder. Observamos o funcionamento da censura quando há um deslocamento nas práticas discursivas através da intervenção do Estado como estratégia política.

Através do silenciamento da língua desse sujeito, o Estado buscava a filiação destes aos sentidos de brasilidade pelo apagamento da memória discursiva.

A partir de 1937, com as modificações de ordem ideológica, econômica e jurídica, das quais resulta a forma do poder político de Vargas, a situação se modifica nas regiões de imigração, que passam a ser objeto das campanhas de nacionalização. Com elas se dá a homogeneização/regulamentação linguística dos imigrantes, através de uma tecnologia cujas minúcias são esclarecedoras dos modos de relação entre língua e nacionalidade naquele momento (PAYER, 2006, p. 92).

Os efeitos da campanha de nacionalização através da educação foram sentidos de várias formas. Dentre elas, a regulamentação que atingiu o ensino primário nas áreas de colonização. Esses efeitos passam a ser bastante contundentes a partir de 1938 com o fechamento de escolas de imigrantes que segundo Monteiro:

Deveriam requerer licença prévia de funcionamento na Secretaria de Justiça e, para tal, precisavam apresentar documentos comprobatórios de idoneidade moral e naturalidade brasileira de professores e diretores, meios de manutenção e comprovante de que o estabelecimento não era subvencionado por nenhuma entidade estrangeira (1983, p. 61).

A repressão à língua alemã ficou evidente quando o governo instituiu a obrigatoriedade da utilização da língua portuguesa em todas as aulas, além das comemorações de datas cívicas e o aprendizado de todos os hinos pátrios. A justificativa para tal ato ressaltava a importância do momento histórico e a política do Estado Novo de um ideário da unidade nacional de ser uma nação linguisticamente homogênea.

Em maio de 1938, o presidente da República Getúlio Vargas expediu o decreto-lei 406¹⁰, em que percebemos o cerceamento da cultura, da língua e de uma identidade alemã nas colônias de uma forma radical. Esse decreto foi o responsável pela regulamentação e funcionamento das escolas alemãs, dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino e utilização da língua portuguesa nas escolas e nos meios de comunicação escritos, veiculados nas zonas rurais. Com isso, a língua alemã, chamada de idioma estrangeiro pelo governo brasileiro, passou a ser proibida nas escolas e nos meios de comunicação das colônias.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14)

¹⁰Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938 que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Sua publicação oficial se deu em 06/05/1938 no Diário Oficial da união – Seção 1, página 8494.

anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Através de alguns recortes que se seguem desse decreto, vemos o autoritarismo vinculado aos ideais nacionalistas, pautados na língua e cultura brasileiras. O controle sobre a língua, os livros, os professores e as publicações cercearam o imigrante e seus descendentes “do desenvolvimento de uma dominante estrangeira e a favor de uma dominância nacional” (ORLANDI, 2009, p. 115). Assim, havia a garantia do controle sobre a educação e também sobre as escolas. Com esse controle, o Estado interferiu nas áreas de colonização, regulamentando os sentidos da nacionalização naquilo que é “obrigatório”. Dessa forma, o sujeito imigrante foi interpelado a ser um sujeito nacional, integrando-se forçadamente à sociedade nacional.

Quando se coloca “sem prejuízo” o efeito de sentido recai sobre o risco do prejuízo que, neste caso, inverte a relação que já se colocava como “força de lei”, ou seja, as escolas das comunidades de imigração trabalhavam os diferentes conteúdos em língua materna alemã e o português como língua viva estrangeira.

Observamos que essas medidas em prol da chamada “nacionalização” tinham a forma do autoritarismo e chegaram a justificar o fechamento das escolas alemãs. Tudo isso gerou um sentimento de injustiça e revolta por parte dos imigrantes e seus descendentes, pois as escolas alemãs foram fechadas sob a alegação de impatriotismo.

As pressões nacionalistas eram grandes e o governo Vargas apresentou medidas jurídicas mais duras contra a língua, valores e cultura, fazendo com que as comunidades ficassem privadas de seus corais, bandas, biblioteca, agremiações e até de suas cerimônias religiosas e principalmente de sua língua. A implantação

autoritária do nacionalismo, forçando as pessoas à assimilação da brasilidade e o esquecimento da cultura e da língua teve o sentido de uma violência simbólica.

Um editorial do jornal *Kolonie Zeitung* apresentava, em 1938, a seguinte nota:

Infelizmente, ainda existem pessoas que se deixam convencer de que eventuais deficiências no ensino das matérias que chamamos simplesmente de nacionais – como Português, História e Geografia do Brasil, Instrução Cívica – têm origem na má vontade e tendências pangermanistas (ultimamente usa-se o termo nazista). Quem convive conosco, brasileiros de língua alemã, quem conhece nossa história e maneira de ser, sabe que isso é falso, que, pelo contrário, em brasilidade não somos superados por nenhum luso ou afro-brasileiro. Se o espírito em nossas escolas não fosse patriótico, não teriam saído delas tantos brasileiros eminentes, e não apenas teuto-brasileiros, mas também luso-brasileiros – ministros, generais, juizes, altos funcionários, grandes homens do comércio e industriais, cientistas etc. – que agora mandam seus filhos às mesmas escolas porque sabem que lá serão educados como brasileiros capazes. As deficiências observadas, aqui e ali, e exageradas além da conta por certas pessoas, não tem fundamento no querer, mas no poder. [...] É conhecido que em nenhum lugar, a começar pela capital federal, há escolas suficientes. Aliás, apesar da conhecida pressão na carreira do funcionalismo, não existem nem mesmo professores suficientes para atender às escolas públicas.

É interessante ressaltar os argumentos que se referem à construção da nação brasileira e, principalmente, o direito à brasilidade para os que construíram sua vida e trabalharam em prol do progresso da nova terra. Por isso reivindicavam o respeito e o direito pela cultura, costumes, educação e, principalmente o direito à língua alemã, que era a base da identidade dos imigrantes e de seus descendentes.

Getúlio Vargas, ao afirmar que “*A língua é um nobre instrumento de afirmação da soberania nacional*”, tinha claro o poder que a escola poderia exercer na campanha de nacionalização, eliminando a relação simbólica que os imigrantes e descendentes tinham com a Alemanha, e na visão da ideologia nacionalista, acabar com essa relação, era uma questão de segurança nacional.

Em Santa Catarina, Nereu Ramos, interventor do Estado, que era membro de uma importante família luso-brasileira do planalto catarinense e filho de Vidal Ramos, foi um grande apoiador nas estratégias de nacionalização, pois buscava a visibilidade e afirmação do Estado de Santa Catarina no cenário Nacional. Para isso, necessitava extirpar os falares estrangeiros das colônias e garantir uma homogeneidade linguística e cultural no Estado. Também era de fundamental

importância eliminar o poder constituído desses estrangeiros e descendentes, para que não propagassem a mentalidade germânica. E como forma de acabar com a “germanização” dessas comunidades, o governo intensificou a fiscalização e intervenção da língua alemã nas escolas. Fáveri (2002) diz que a língua era o mais importante elo dessas comunidades com o país de origem. Por isso a necessidade da nacionalização do ensino, principalmente no Estado de Santa Catarina.

Para imprimir uma maior efetividade do projeto de nacionalização nas escolas foram criados leis e decretos que davam um amparo legal às ações desenvolvidas pelo governo. O principal decreto-lei, instituído pelo governo de Nereu Ramos foi o nº 88 de 31 de março de 1938¹¹, que se voltava especificamente às escolas particulares. O decreto obrigava essas escolas a tirar uma licença de funcionamento e a sua liberação estava vinculada ao cumprimento de certas exigências como:

Art. 4º [...] 1º - prova de serem brasileiros natos os professores da língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil e de educação cívica e moral, em todos os cursos;

Art. 7º [...] 1º - dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, [...] 3º - usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em tabuletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar;

Art. 8º Os mapas, fotografias, estampas, dísticos ou emblemas, assim nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, não poderão perder o característico de brasilidade;

Art. 10º [...] Parágrafo único - Não poderá ser adotada denominação que, embora em língua nacional, recorde, ou exprima, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira.

Art 13º [...] Excetuados os estrangeiros que sejam hóspedes oficiais do Governo do Estado, nenhum orador ou conferencista, poderá expressar-se, nas reuniões ou comemorações escolares, senão em língua nacional;

Art 19 [...] Fechar-se-á definitivamente o estabelecimento, quando [...] ministrar o ensino de língua estrangeira a crianças que não tenham o curso primário em língua nacional.

Com o fechamento da maioria dessas escolas, devido à falta de condições de adequação à legislação vigente e a obrigatoriedade do uso da língua

¹¹Decreto-lei nº 88 de 31 de março de 1938 estabelecia normas relativas ao ensino primário em escolas particulares no Estado de Santa Catarina. Está contido no livro de Decretos-Leis de 1938 da página 78 a 86 no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

portuguesa, houve um emudecimento das crianças e professores, pois nas escolas particulares ainda se praticava o uso da língua materna. Mas a objetivo principal desse autoritarismo, segundo Coelho era de “atingir os pais, forçando assim a adoção do português como língua oficial” (2005, p. 184). Ou seja, havia uma tentativa de silenciamento das memórias discursivas desses sujeitos. A partir da interdição da língua alemã nas escolas, o governo buscou inscrevê-los na memória discursiva da nacionalidade brasileira, apagando, através da imposição, outras memórias discursivas que estavam atreladas à constituição de sujeitos estrangeiros e de uma outra nação, que não a brasileira.

Para corroborar esse pensamento, trazemos a fala de uma descendente de imigrante que vivenciou o preconceito e a violência por não saber a língua do nacionalismo.

“Quando eu ía na aula, eu só falava alemão e as outras crianças queriam surrar a gente e depois destratavam porque a gente não sabia falar brasileiro muito e quando a gente chegava em casa a mamãe falava em alemão e nós respondíamos em brasileiro para aprender.”

Como reflexão, trazemos o domínio da língua portuguesa em relação ao funcionamento da língua imaginária, a língua de Estado, em que aquele que não a dominava sofria preconceitos. Pelo relato apresentado, vemos esses preconceitos efetivados na forma da exclusão, levando ao constrangimento e silenciamento. Falar o “brasileiro” foi uma posição mais confortável e menos arriscada, quando isso era possível.

Nessa perspectiva, o silêncio linguístico se apresentava na voz do sujeito dizendo “mamãe falava em alemão e nós respondíamos em brasileiro para aprender”, mostrando que os sentidos ecoavam na negação de sua língua materna. Observamos que, ao não querer se pronunciar na língua alemã, revelavam-se no sujeito o medo e o temor que se tinha da repressão, da reprovação de outras pessoas e da censura. Orlandi nos diz que “O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso” (2007, p. 102). Aqui cabe colocar que o outro discurso é aquele que representa a

língua alemã e tudo o que ela significava para o sujeito.

Essa é a “política do silêncio”, que Orlandi afirma que para dizer é preciso não-dizer (2002). Ou seja, para além do apagamento natural, que é próprio de toda formulação, aqui há o apagamento deliberado de algumas memórias discursivas.

Esse apagamento deliberado apresentou-se nas relações de dominação e da submissão dos sujeitos que sofreram essa violência, e a necessidade de dominar a língua “brasileira” era uma forma de não mais sofrer essa repressão.

Vemos aqui o desprestígio da língua materna e por não dominar a língua nacional o sujeito não estava autorizado a falar e era discriminado pelos outros que dominavam a língua. É a língua funcionando nas relações de dominação e de submissão desse sujeito que desejava dominá-la como forma de não mais sofrer essa violência e se inserir no discurso do outro que detinha o poder. Com isso, o apagamento da língua materna foi se tornando um gesto deliberado em favor da língua nacional que era aquela que exercia o controle. Era o dominador controlando o dominado pelo poder simbólico da língua.

E com a interdição da língua dos imigrantes, havia uma perspectiva de que o sujeito imigrante, interpelado pelos sentidos de nacionalidade brasileira, se inscrevesse como sujeito brasileiro e tivesse a língua nacional como seu objeto simbólico. Assim, esse sujeito “se opacifica na história que o constitui” (PAYER, 2001, p. 247), transitando pelas memórias discursivas, constituindo-se em uma memória nacional através do apagamento de outras memórias que o constituíam. Orlandi nos leva a compreender que esse apagamento está no que chama de política do silêncio que funciona entre o não dizer para poder dizer (2007).

Na política do silêncio, a autora apresenta o silêncio constitutivo em que o dizer e o silenciamento são inseparáveis, e o silêncio local, em que o sujeito é impedido de dizer aquilo que pode ser dito em uma determinada conjuntura. Essa interdição do dizer pode ser exemplificada pela censura. Era o que podia ser visto na campanha de nacionalização de Getúlio Vargas, quando a censura foi uma estratégia política de produção do proibido, do interdito, em que o sujeito imigrante poderia se apresentar no sentido da língua nacional, na nacionalidade brasileira e no sentido do silêncio, pelo apagamento da língua materna.

A política do silêncio produzida pelo nacionalismo na interdição da língua

alemã, fez com que o sujeito imigrante se inscrevesse nessa posição discursiva (relativa ao nacionalismo), impedido, muitas vezes, pelos próprios filhos, que por medo ou vergonha, não queriam mais falar a língua materna.

Ao considerarmos as experiências governamentais com a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas alemãs e nas escolas públicas, principalmente na segunda campanha de nacionalização, percebemos que a tentativa de assimilação do imigrante pelo governo e pela elite brasileira foi bastante contundente, exigindo uma adequação bastante imediata.

Mas é ilusório pensar que podemos interditar uma língua que sempre esteve presente na vida do imigrante, sendo o elemento simbólico que o representava, que o identificava como sujeito de uma determinada comunidade e mesmo com a forte campanha de interdição imposta pelo Estado Novo, houve um enraizamento da língua do imigrante que “teve suas raízes cravadas com tamanha força, que a escola se defrontou com a impossibilidade de arrancá-las, de deslocá-las” (ECKERT-HOFF, 2010, p. 95) e assim, as suas marcas continuam presentificadas até hoje.

6 A INTERDIÇÃO DA LÍNGUA ALEMÃ COMO SUSTENTÁCULO DA NACIONALIZAÇÃO

A fim de entender o processo de interdição da língua alemã no contexto do Estado Novo (1937 – 1945) analisamos decretos-lei nacionais, especificamente o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939, que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Além da legislação federal, também fazem parte do nosso corpus documentos municipais expedidos pela delegacia de polícia do município de São Bento e decretos-lei oriundos da Prefeitura do município. Esses dispositivos jurídicos nos levam a compreender os efeitos gerados pela produção da discursividade do nacionalismo enquanto silenciamento da língua alemã, constitutiva da identidade do imigrante/descendente alemão no Brasil.

Buscando ainda a compreensão dos sentidos produzidos pela interdição da língua alemã entre 1937 e 1945 (período da ditadura exercida por Getúlio Vargas no governo nacionalista do Estado Novo) temos como *corpus* de análise uma carta apresentada à população da cidade de São Bento em virtude do aniversário de Getúlio Vargas e depois encaminhada a ele. Também trazemos, para análise, narrativas de descendentes que passaram pelo acontecimento histórico da nacionalização e que hoje podem ser faladas pelo viés da memória. São olhares sobre o discurso-outro que nos permitem relacionar o que é dito em uma sequência discursiva com os dizeres de outros discursos presentes na memória discursiva, no intediscurso.

6.1 CONTEXTO DA ERA VARGAS

No capítulo anterior destacamos o processo de deslocamento de sentidos voltados às estratégias educacionais utilizadas nos dois regimes de governo que pretendiam substituir uma discursividade materializada em língua alemã, por uma discursividade materializada em Língua Portuguesa. Esse processo começou a ser delineado a partir da primeira República quando o Brasil buscou se modernizar e inserir-se mundialmente, e foi intensificado a partir de 1937 com o Estado Novo,

sendo reforçada pela ideia de nação brasileira, de homogeneidade e unidade em torno da língua nacional. Tudo isso na forma da lei que obrigava os imigrantes e seus descendentes ao silenciamento de sua língua.

Analisamos esse acontecimento histórico-linguístico, tendo como *corpus* de análise leis e decretos que regulamentaram o Estado Novo¹², cartas e narrativas, procurando com a análise compreender esse acontecimento que fez com que esses sujeitos fossem obrigados a inscrever-se em uma língua nacional, que passou a materializar a soberania do Estado brasileiro.

A identidade dos sujeitos relacionada à língua nacional passou a ser o alvo de projeções políticas e acadêmico-literárias que tinha essa língua como objeto simbólico de afirmação da nação, determinando o que podia e devia ser dito, além de como ser dito. Mas o desejo de uma unidade determinada pela língua tornou-se uma falácia, pois no cotidiano discursivo encontramos uma língua fluida que apresenta uma memória pautada na incompletude, visto que algo sempre escapa ao simbólico. Há sempre os equívocos, os atos falhos (MARIANI, 2008). E na tentativa de buscar uma completude pela língua nacional e por uma identidade única, o governo do Estado Novo impunha-se através de discursos de interdição, silenciando a língua dos imigrantes.

Nessa perspectiva, Orlandi (2002) coloca o silêncio como constitutivo do dizer, no sentido de que o dizer sempre apaga outros dizeres. Esse apagamento é, para a autora, “a manifestação visível da política do silêncio”. Podemos observar essa manifestação na interdição da língua alemã pelo Estado brasileiro, voltando-se para uma política linguística opressora e de censura.

Essa tentativa de silenciamento do sujeito imigrante, muitas vezes nascido e criado em solo brasileiro, começava a ser delineada desde as primeiras medidas nacionalistas, na primeira república, e mais intensamente a partir da década de 30 (já no século XX), quando o governo utilizou-se de medidas com propósitos de fortalecimento do Estado Nacional, cujo objetivo era atingir as localidades organizadas com base em valores sociais e culturais próprios, que

¹²Vale ressaltar o uso do adjetivo novo para determinar o esquecimento da primeira República, enfatizando um novo país, voltado ao desenvolvimento, industrialização e progresso.

passaram a ser vistas como antinacionais, tornando-se uma questão urgente de segurança nacional.

6.2 POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS

Para que possamos entender o período histórico que alimentou um projeto político cujo objetivo era de buscar uma identidade nacionalista por meio da produção de uma consciência de caráter homogêneo, vamos retomar o percurso histórico vivido pelo Brasil em um contexto internacional e nacional, no período de 1930 a 1945, no primeiro governo de Getúlio Vargas, e principalmente ater-nos à aplicação das políticas linguísticas nesse período.

Para muitos escritores, a Era Vargas, a partir de 1930, que veio substituir a chamada Velha República, sustentava um novo ideário nacional protagonizado pela figura enigmática de Getúlio Vargas. O Estado Novo surgiu como um movimento de modernização do Estado brasileiro e também era cenário para a implantação do capitalismo.

Quando apresentamos Getúlio Vargas como figura enigmática, é importante ressaltar a dúbia visão que se tinha desse político e que até hoje ainda instiga a curiosidade de muitos estudiosos. De um lado possuía uma personalidade conciliadora, com uma grande capacidade de diálogo e articulação política, destacando a habilidade de construir consensos e harmonizar interesses. Por outro lado, era retratado como um líder autoritário, centralizador e avesso à divisão de poder (DINIZ, 1999), especificamente no seu primeiro mandato, (1930 – 1945), quando podemos subdividi-lo em três fases, cada uma com uma identidade própria.

Na primeira fase (1930-1934) com um governo provisório, Vargas era visto como um líder vitorioso na Revolução de 30 e, mesmo com “sua heterogeneidade ideológica e política, tinha uma bandeira reformista” (DINIZ, 1999, p. 22). Essa bandeira estava fundada na justiça social, com grandes desafios, principalmente a supressão das disparidades sociais, buscando aproximar as classes, na época um dos grandes problemas que “tolhiam o desenvolvimento”. Vargas tinha uma grande capacidade de unir forças muito distintas, recebendo apoio de vários setores sociais. Esse foi o momento das grandes reformas políticas como

o voto secreto, a criação do tribunal eleitoral e o direito de voto para as mulheres.

O segundo momento ocorreu de 1934 a 1937 com um governo constitucional, quando Vargas foi eleito presidente indiretamente, mostrando-se engajado com o ideal da liberal democracia. Mas nessa época já existia uma pressão da elite paulista que desejava voltar ao poder. Vemos, então, um governo bastante heterogêneo, sendo vislumbrados tanto valores liberais, quanto autoritários. Por essa metamorfose era chamado de “pai dos pobres e mãe dos ricos” (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 85).

No final de 1936, o país se preparava para as eleições presidenciais. Getúlio Vargas, de acordo com a constituição de 1934, estava impedido de se reeleger, mas em 1937, apoiado pelos militares e pela elite, Getúlio resolveu dar um golpe de Estado, fechando o Congresso e apresentando uma nova Constituição que o mantinha no poder.

No terceiro momento (1937–1945) sobressaiu-se um Getúlio Vargas ditador que, através de um golpe de Estado, tendo o apoio das Forças Armadas, instaurou a Ditadura. Caíram os ideários liberais e democráticos e, assim, entrava em cena o autoritarismo que fundamentou o Estado Novo.

Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, impondo ao país uma nova Constituição que ficou conhecida como “polaca” por ter inspiração na Constituição da Polônia, com forte tendência facista. O golpe de Estado novista, sustentado pela constituição de 1937, dava plenos poderes ao chefe do Estado, acentuando as características centralizadoras, tudo em nome de uma nova nação que sustentava uma imagem moderna e nacionalista, como pode ser observado no Art 14 da Constituição de 1937:

O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a organização do Governo e da Administração federal, o comando supremo e a organização das forças armadas¹³.

¹³A Constituição de 1937 foi outorgada por Getúlio Vargas no dia 10 de novembro, mesmo dia da implantação no país da ditadura do Estado Novo e tinha como característica principal uma essência centralizadora e autoritária, dando plenos poderes ao presidente da República.

O argumento do governo do Estado Novo para a imposição da Constituição de 1937 era o de que havia um plano comunista para a tomada do poder. Sob essa justificativa implantou-se a ditadura do Estado Novo

O Estado, a partir de 1937, promoveu o avanço da industrialização, transformando, com isso, a economia. Para Cunha, esse fato desencadeou entre outras coisas:

A drástica redução do poder, antes sem sócios, das oligarquias representantes dos latifundiários, em particular dos cafeicultores paulistas; a sujeição política das classes trabalhadoras, em particular dos operários, seu setor mais organizado e avançado; a organização do setor insurgente da burocracia do Estado, os 'tenentes'; o aumento do poder da burguesia industrial; a centralização sem precedentes do aparelho de Estado; a repressão às expressões políticas da Sociedade Civil; a montagem de um regime político autoritário, uma espécie de fascismo sem mobilização de massas (2005, p. 17).

É nesta fase que se intensificou, de forma autoritária e truculenta, o controle do Estado. Para isso, as Forças Armadas assumiram um papel primordial no Governo, promovendo a doutrina militar no seio da sociedade brasileira e intervindo diretamente na educação, sendo esta, vista como um instrumento eficaz de controle, principalmente na história dos regimes autoritários brasileiros.

O Estado Novo materializava essa ideologia autoritária em que a vinculação do Exército com o sistema educacional tinha como projeto estratégico formar uma mentalidade capaz de pensar militarmente, modelando o pensamento dos mais jovens para que estes fossem ajustados ao novo ambiente político brasileiro. Para a concretização desse projeto, foram cultuados símbolos nacionais, mitos e difundidos programas pelo governo que deveriam ser ferrenhamente cumpridos.

Portanto, a participação efetiva do Exército no Estado Novo possuía dimensões estratégicas no programa de nacionalização em que dois grandes obstáculos deveriam ser removidos: as práticas regionalistas e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização.

Essas eram dificuldades para a centralização do poder e da afirmação de uma identidade nacional. E para sanar os problemas e fortalecer o ideal Getulista, Bomeny coloca que "A intervenção do Exército na política educacional tinha como

meta fundamental a construção de barreiras eficazes à propagação de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade” (1999, p. 143).

Para efetivar a Campanha de Nacionalização, o Exército Brasileiro foi designado como condutor desse movimento integrador, pois “era tido como expressão máxima da nacionalidade brasileira” (COELHO, 2005, p. 173).

Essa atribuição ao Exército pode ser sentida no texto do major Nelson Bandeira Moreira, do estado Maior da 5ª Região Militar editado no jornal de Joinville *Kolonie Zeitung* do dia 9 de setembro de 1938:

Já se foi o tempo em que a consciência nacional se recalcava pelo indiferentismo dos governos cegos, pela sua imprevidência imperdoável, permitindo a canalização de uma única corrente migratória em Santa Catarina e que vinha sendo centralizada em determinadas regiões do Estado, onde vivia na integral plenitude de seus costumes e da sua língua, isolada de quaisquer contatos com nossa raça. E o resultado dessa prática imprevidente tinha que ser, por força das circunstâncias sociais e pelo desprezo dos mais elementares princípios que regem a vida dos povos, o que até bem pouco tempo ali se constatava: um pequeno império germânico dentro de um Estado da República, consistindo de alemães e seus descendentes, nascidos no Brasil, até terceira e quarta geração [...]. Felizmente o nosso governo atual soube compreender essas cousas [...]. Sentiu a necessidade de se atacar, de se destruir os cupins que corroíam os alicerces da nossa nacionalidade [...]. Depois de mobilizar todos os meios indispensáveis para o cabal desempenho da campanha nacionalista que se fazia mister, esse mesmo governo nela se engajou com a única satisfação que lhe restava, de poder contar com os aplausos verdadeiros de sinceros patriotas.

Podemos ver que havia uma crítica por parte dos apoiadores do governo de Vargas à forma como o governo do Império e da Primeira República conduziram o processo de imigração e que o Estado Novo estava ali para reparar a incompetência de outros governos.

Havia a necessidade de se destruir “os cupins” que eram vistos como nocivos ao Brasil, e para destruí-los o Exército sustentou ações repressivas e desprezo pelos princípios elementares que regiam esse povo: a cultura e principalmente a língua. Desse modo, a assimilação dessas comunidades, proposta pelo Estado Novo estava pautada em ações de caráter autoritário, com a ruptura da identidade étnica e cultural trazida da terra natal e passada para os descendentes.

Para entendermos melhor a ideologia política implantada pelo Estado Novo a partir de 1937 através da unificação em torno do Estado Nacional,

reportamo-nos às ideologias nazi/facistas. O mesmo autoritarismo, que assombrava os países Europeus antes da Segunda Guerra Mundial, também norteava as propostas políticas de alguns países latino-americanos e mais precisamente no Estado Novo, quando foram extintos partidos políticos e o Congresso Nacional foi fechado, abrindo espaço para um Estado corporativo, centralizado politicamente, com tendências facistas e nazistas.

Nesse quadro de regimes totalitários e autoritários Fausto afirma que:

[...] é possível apontar alguns regimes com direta influência na organização do Estado Novo e na construção de sua ideologia.[...] a moldura sindical do Estado Novo teve forte influência na Carta del Lavoro, vigente na Itália de Mussolini, e que as técnicas de propaganda estado-novistas foram muito influenciadas pelo exemplo nazi-facistas (1999, p. 18).

Também Orlandi (2009, p. 115) afirma que “ideologicamente Vargas se mantinha atado a um forte nacionalismo o que não o distanciava da ideologia nazista”, já que o que melhor o caracterizava era de ser “um ferrenho nacionalista em relação à língua e a cultura brasileiras” (ORLANDI, 2009, p. 115).

Pela perspectiva da AD, propomos o foco no funcionamento das ideologias enquanto elemento constitutivo do discurso, no momento em que se aponta a ideologia nazi-facista como explicação de acontecimentos sociais e históricos. Quando Getúlio Vargas passou a apoiar os aliados, sua posição também foi outra. Essa conjuntura não foi específica de Getúlio Vargas, já que o sujeito se constitui por sua identificação com as formações ideológicas.

Isso mostra que o sujeito pode ser interpelado em diferentes formações discursivas, de acordo com as posições sociais. Para corroborar com essa ideia, Pêcheux coloca que “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais”, nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas com as outras” (2010, p. 163).

A mudança de sentidos, gerada pelas posições dos sujeitos, entram em conflito, pois, conforme Pêcheux “‘algo fala’ (ça parle) sempre “antes” em outro lugar e independente” (2009, p. 149), isso é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Nessa perspectiva, vemos que o sujeito não é livre e nem

autônomo. Ele ocupa um lugar ideologicamente marcado, significado pela memória. Assim também podemos compreender que o Estado Novo tinha filiação em regimes autoritários como o facismo, que triunfou na Itália em 1922; e nazista, na Alemanha em 1933, o qual mobilizou a imprensa para exaltar sua liderança e capacidade de aglutinar ideais por parte de seus líderes políticos. Aliado a esse pensamento, também houve a criação de um esteriótipo para Getúlio Vargas. O Estado Novo apresentava aos cidadãos brasileiros uma figura idealizada do Chefe da nação. A de um homem de ação, estadista, pai de todos e um salvador.

Para a realização desse intento, de popularizar a imagem de Getúlio Vargas, o governo do Estado Novo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que disseminou o nacionalismo através dos jornais, revistas, cartilhas escolares e programas de rádio. Para tanto, fez-se necessária a censura do governo aos meios de comunicação, manipulando a informação de acordo com os objetivos do Estado Novo. Mas o grande objetivo de Getúlio Vargas com a DIP era de manipular a opinião pública a seu favor para a aceitação das ideias nacionalistas, reprimindo aqueles que não se enquadravam nesse ideário.

A inspiração nos regimes fascista e nazista levaram os organizadores da propaganda de Getúlio Vargas a “adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão utilizados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira” (CAPELATO, 1999, p. 169).

Capelato ainda completa que as formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados dessa propaganda política revelaram uma identidade com a proposta nazista, tendo como objetivo manipular e provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos nacionalistas.

A questão da propaganda é colocada por Orlandi, citando Pêcheux, como “um negócio estratégico, um elemento indispensável para a continuação das operações militares contra o inimigo exterior” (2012, p. 107). Assim, baseado nesse pensamento, vemos que Getúlio Vargas se utilizou dessa estratégia como forma de convencer a população a favor da nacionalização. Orlandi ainda complementa que, para Pêcheux, a propaganda “é o dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno” e “se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” (2012, p. 108). Para a concretização das práticas ideológicas desses governos o uso

da psicologia também foi um grande negócio. Para Pêcheux, a psicologia:

É muito importante, na luta de classes, para ser capaz de responder no terreno da propaganda. Levar em conta o que as pessoas têm na cabeça. Saber como se endereçar a elas; saber tocá-las, quebrar os refrões, encontrar o novo. Saber comunicar. Se ajustar às pessoas para melhor ajustá-las, por todos os meios, para melhor mirar; nós também, o alvo de suas cabeças. Não hesitemos: vamos à psicologia, base científica da propaganda (2011, p. 74).

A importância da propaganda e dos meios de comunicação como modelo de persuasão das massas foi utilizado com o objetivo de legitimar o Estado Novo através de formas de envolvimento e empolgação oriundas das mensagens políticas, fazendo com que o povo brasileiro apoiasse as ideias propagadas pelo regime de Getúlio Vargas. Para Capelato “o efeito visado era a conquista do apoio necessário à legitimação do novo poder, oriundo de um golpe” (1999, p. 170) e complementa dizendo que nesse tipo de discurso o significado das palavras não tem tanta importância, mas o que importa é o efeito produzido por ele.

Sustentadas pela propaganda e pela Constituição brasileira de 1937, que tornou a imprensa um instrumento do Estado e um veículo oficial de disseminação da ideologia do Estado Novo, foi adotada uma repreensão severa ao imigrante e seu descendente, censurando toda e qualquer manifestação em língua alemã, principalmente depois de 1941, quando o Brasil se aliou aos Estados Unidos. Com isso, Getúlio Vargas reorganizou seus ideários políticos e passou a reprimir veementemente quem tivesse alguma ligação com a Alemanha, Itália e Japão.

O resultado dessa censura foi marcado pelo fechamento de jornais de língua alemã ou com a exigência de serem escritos somente em língua portuguesa. Foi o que aconteceu com o jornal *Kolonie Zeitung*, que em setembro de 1941 foi obrigado a mudar de nome, sendo chamado de *O Correio de Dona Francisca* e sob forte censura passou a ser escrito totalmente em português.

Sob a égide do novo nome foi publicado um artigo denominado “Canto dos brasileiros de origem estrangeira em louvor ao Brasil” que ressaltava o fim do *Kolonie Zeitung*.

Nesta hora momentosa em que nós brasileiros de origem estrangeira temos que dizer adeus à imprensa na língua materna, parece oportuno

lembrarmos e corroborarmos solenemente a nossa sincera afeição e fidelidade à pátria adotiva, fidelidade que nunca e por ninguém será contestada nem excedida¹⁴.

Podemos observar aqui o funcionamento do que Orlandi chama de silêncio constitutivo, em que “representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito” (2002, p. 73), ou seja, procurou-se apagar a revolta diante da perda de um elemento simbólico, enfatizando o orgulho por uma identidade de cidadania brasileira.

Para entendermos as posições ideológicas de Getúlio Vargas, trazemos Pêcheux, afirmando que a ação do sujeito sobre o mundo pelo discurso marca posição numa constante transformação de sentidos, a partir do lugar social de onde os sujeitos falam. Assim, o sentido das palavras e dos enunciados não têm existência própria, mas está inserido nas posições ideológicas e nos contextos sociais.

[...] as palavras expressões, proposições, etc. [...], mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido ou referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (2009, p. 160).

Podemos afirmar, com base na proposição de Pêcheux, que ao mesmo tempo o sujeito tem o sentido de suas palavras determinado pela posição que ocupa e tem também, por outro lado, a possibilidade de outros dizeres, pois as palavras mudam de sentido quando as posições-sujeito mudam.

Orlandi também coloca que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito” (2009, p. 30).

Essas condições de produção, que trouxeram novos sentidos, podem ser observadas na repreensão da língua dos imigrantes e descendentes através de uma política linguística calcada no autoritarismo de uma língua de Estado.

¹⁴ O Correio de Dona Francisca. Joinville, 9 de setembro de 1941, p.6.

6.3 POLÍTICA LINGUÍSTICA DO ESTADO NOVO

O projeto de nacionalização do Estado Novo (re) significou os sentidos do que seria a nação e nacionalidade brasileiras, e qual o papel do Estado nesse contexto. Esse pensamento pode ser observado num fragmento do discurso de Getúlio Vargas transcrito no Jornal de Joinville em março de 1940 quando ele afirmou que:

O Brasil é brasileiro. Agora, esta população, de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos de primitivos povoadores, é brasileira. Aqui, todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação.

Retomando Seyferth (1999), essa visão de nacionalidade relacionada ao solo, gerou muitos conflitos, gerados pelas divergências em relação à visão de *jus soli* e *jus sanguinis*, visto que os chamados teuto-brasileiros apregoavam que tinham o direito a terem a dupla nacionalidade, ou seja, serem cidadãos brasileiros pelo direito de solo e também alemães pelo direito de sangue.

Para o Estado brasileiro não se poderia atribuir essa dupla nacionalidade, que resultou na interdição de qualquer manifestação que fosse contra as ideias de brasilidade. O objetivo era a integração nacional através da unificação do idioma, dos costumes, das tradições e da educação, sob um comando forte e centralizado.

Além disso, uma crítica surgia, segundo Payer (1999) com o engajamento dos imigrantes nas lutas operárias, fazendo com que a elite que dominava a industrialização no Brasil se movimentasse em prol do nacionalismo para, assim, buscar restringir a ação dos imigrantes com receio de que estes comesçassem a se destacar socialmente e politicamente.

Em Santa Catarina, da mesma forma, estavam os descendentes de alemães assumindo cargos públicos e tendo ascensão na liderança das colônias e do Estado como o teuto-brasileiro Adolfo Konder, que era governador do Estado nas eleições de 1930, apoiando o candidato Júlio Prestes. Com isso, havia o medo, por parte do governo, de que esses imigrantes e seus descendentes se organizassem e se rebelassem contra o governo de Getúlio Vargas. Além disso, o panorama mundial

com a Segunda Guerra Mundial corroborava para o receio do “perigo alemão”. A imprensa e o governo divulgavam que as colônias estrangeiras no país eram redutos nazi-fascistas, e como forma de dismantelar esse possível fortalecimento da Alemanha no Brasil, o governo do Estado Novo criou leis e decretos que levaram a uma rigorosa fiscalização, monitorando todas as atividades dos alemães que aconteciam tanto na esfera nacional, como estadual e municipal.

Convém ressaltar que, a partir da década de 1930, ocorreu o retorno do chamado “perigo alemão”, com uma nova investida pangermanista, através do partido nazista, que conseguiu mobilizar muitos imigrantes e descendentes no Brasil, além de simpatizantes e admiradores da ideologia nacionalista do nazismo e fascismo (CAPELATO, 1999).

Havia, por parte do Estado nacional-socialista da Alemanha, o vislumbamento de que poderia se disseminar, através dos alemães que viviam fora da Alemanha, os ideais do nacionalismo alemão e a sua expansão, principalmente na América do Sul.

Para Rambo, os detentores do poder nazista procuraram se utilizar da preservação da germanidade dos imigrantes, tentando influenciá-los:

Para cumprir a função de cavalos de Tróia, capaz de alimentar a intensão pangermanista do Terceiro Reich em consolidar pelo mundo afora bases sólidas das quais deveriam, num primeiro momento, irradiar-se a ideologia nazista. Num segundo momento, deveria firmar-se sobre essas bases um autêntico domínio colonial. E o final do processo culminaria na concretização do grande império pangermanista, sonhado pelos líderes nazistas alemães. A coerência com essa linha ideológica fez com que se colocasse em andamento estratégias capazes de alcançar essa meta (1994, p. 50).

As atividades e a organização do partido nazista tinham como sede o Rio de Janeiro e ocorriam livremente e com a participação e convivência de muitos simpatizantes da elite brasileira e principalmente de alguns militares. Mas com a difusão da ideologia nazista o receio por parte do governo brasileiro, tornou-se evidente e, com a chegada do Estado Novo, o governo intensificou a nacionalização desses imigrantes, criticando os governos anteriores “pela sua cumplicidade para com os imigrantes, permitindo que mantivessem a sua identidade étnico-cultural” (RAMBO, 1994, p. 51).

E assim, o governo brasileiro aplicou indiscriminadamente o referencial de brasilidade a todos os imigrantes e “bastava que alguém demonstrasse preferência pelo uso da língua alemã e costumasse frequentar clubes e sociedades alemãs, para se transformar em alvo automático da ação policial” (RAMBO, 1994, p. 51).

Todos os imigrantes e descendentes de imigrantes eram vistos como nazistas ou simpatizantes do nazismo. Não escapavam nem os colonos que viviam nas comunidades os quais, na maioria, nem tinham qualquer noção do que era o nazismo. Para Rambo, todos foram nivelados da mesma forma e para muitos desses colonos “o aparato nacionalizador significou um quebra cabeças que eles não conseguiam decifrar” (1994), ou seja, todos pagaram igualmente, simplesmente por serem alemães e por falarem a língua que eles conheciam e que representava o principal objeto simbólico de sua antiga pátria e que não era aquela da política e ideário nazista.

O contexto vivenciado no final da década de 1930 e início de 1940 mostrava um conflito de países com governos autoritários como: Alemanha, Itália e Japão e países ditos democráticos: Estados Unidos, França e Inglaterra. O Brasil mantinha boas relações com os países do eixo, aproximando-se ideologicamente do totalitarismo nazi-facista. Entretanto, os Estados Unidos não viam com bons olhos essa aproximação e se utilizou de empréstimos financeiros feitos ao Brasil como forma de pressão. O governo brasileiro estava endividado e cedeu às pressões do governo americano, aliando-se a eles contra o Eixo. Então, em janeiro de 1942 o Brasil rompe com o eixo e entra na guerra a favor dos aliados.

Com a Segunda Guerra Mundial, a campanha de nacionalização do governo brasileiro se intensificou ainda mais, e as retaliações ao estrangeiro, principalmente em relação ao alemão aumentaram. Não podemos esquecer que a situação sócio-histórica interfere no sujeito e, conseqüentemente, o modifica. O impacto causado pela guerra e pela nacionalização trouxe grandes transformações no cotidiano e na vida desses sujeitos.

Para os imigrantes e seus descendentes esse fato determinou a total interdição da língua alemã, provocando, a partir de então, ações mais rigorosas da polícia e dos militares com prisões e detenções de pessoas que eram obrigadas à assimilação forçada da língua nacional e dos preceitos nacionalistas. Para os

imigrantes, a experiência foi traumática. Foi nesse período que, segundo Kormann (2006), campos de concentração, no Brasil se lotaram de estrangeiros ou filhos de estrangeiros pelo fato de não saberem falar o português. Para os campos de concentração do Brasil também foram enviados cidadãos, única e simplesmente, por serem de descendência alemã.

Para explicitar melhor a expressão “campos de concentração”, é importante ressaltar que essa denominação não foi uma criação da Alemanha e nem dos regimes totalitários. Para Arendt (1989), essa expressão surgiu da guerra dos Boers, ocorrida na África do Sul, entre 1899 e 1902, quando houve a luta dos descendentes dos colonizadores holandeses contra o domínio inglês nas repúblicas de Transvaal e Orange. Os colonizadores holandeses saíram derrotados e foram confinados em campos de concentração, sendo obrigados a práticas de trabalhos forçados, além de maus tratos.

A partir desse fato, as práticas de confinamento tornaram-se frequentes em vários países, pois possibilitava a vigilância e, principalmente o controle das informações e das atividades dos sujeitos, dentro de uma determinada sociedade. De acordo com Vincent:

A finalidade dos campos é dupla: destruir a identidade dos que estão dentro, e dissuadir os que estão fora de qualquer tentativa de desvio em relação às normas. Pois se se faz de tudo para que as pessoas não saibam exatamente o que ocorre dentro dos campos, lança-se mão de tudo para que esse conteúdo, vago, mas aterrorizados, ocupe a imaginação o suficiente para contribuir para a manutenção da ordem (1992, p. 224).

No Brasil, a prática de confinar os chamados “indesejados” e excluí-los do convívio social já tinha sido aplicada em outros momentos históricos. Mas a expressão acabou tendo uma conotação mais forte, quando foi utilizada pelo governo do Estado Novo e mais especificamente no contexto da Segunda Guerra Mundial, a partir do momento em que Getúlio Vargas rompe relações diplomáticas com os países do Eixo em 1942. A partir desse momento, a repressão aos imigrantes e descendentes desses países foi intensificada e vários campos de concentração foram criados para a destinação de alemães, italianos e japoneses.

Cabe ressaltar que não há uma pretensão de associarmos os campos de concentração nazistas, com o extermínio de milhares de pessoas; com os chamados

campos de concentração no Brasil, que tinham como objetivo a exclusão e o isolamento desses imigrantes e descendentes, considerados perigosos e suspeitos de conspiração e traição contra o Brasil.

Em Santa Catarina, os detidos eram enviados principalmente ao Campo de Concentração Trindade, em Florianópolis, e ao presídio político Oscar Schneider, em Joinville. Além destes, havia outros em Bom Retiro, Lages e São Joaquim, funcionando nas delegacias ou unidades prisionais.

Fáveri apresenta números relacionados a detenções no Estado de Santa Catarina baseados no relatório do delegado de Ordem Política e Social, Antônio de Lara Ribas:

[...] entre 27 de janeiro de 1942 e 27 de janeiro de 1943, foram realizadas 1.227 detenções e abertos 27 inquéritos por reincidência do uso do idioma alemão ou italiano em Santa Catarina. Detenções estas feitas principalmente em Blumenau, Joinville, Hamônia, São Bento, Rio do Sul e Rodeio. (2002, p. 72)

Nas escolas, crianças levavam varadas na língua por falarem a “língua porca”. Livros foram queimados e ainda, segundo Kormann “Lares foram conspurcados, torturas praticadas em cadeias e várias pessoas obrigadas a trabalhos forçados e humilhantes” (2006, p. 91). O autor coloca ainda que sepulturas tiveram inscrições em alemão raspadas, isso quando a lápide não era totalmente destruída. Também árvores plantadas por alemães foram cortadas.

A arbitrariedade protagonizada pelo governo do Estado Novo e mais especificamente pelo Estado catarinense é apresentada também por Fáveri que mostra o nível de violência através de chantagens, confisco de bens das famílias de imigrantes, ofensas e outras formas de repressão como prisioneiros submetidos a tomar óleo diretamente do cano de um fuzil, fato relatado pelo próprio personagem da agressão (2002).

Foram incontáveis as agressões em lugares públicos, invasões de residências, arrasamentos e queimas de estabelecimentos industriais, comerciais, culturais e científicos, durante vários dias, naquele fatídico mês de agosto de 1942 (HERKENHOFF, 1981, p. 36).

Essas medidas exemplificam o rigor com que foram perseguidos os

imigrantes e seus descendentes, principalmente com a rígida censura da língua a partir de 1942. Foi apregoado imaginariamente que o germanismo estava atrelado ao nazismo e com isso havia a necessidade de combater esse inimigo.

A situação se agravou com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial e, com isso, os imigrantes e seus descendentes passaram muito tempo sendo alvo de piadas que denegriam a origem, cultura e principalmente a língua, além de sofrerem “agressões verbais ou físicas, perseguições, indiferença, insegurança” (KIPPER, 1979, p. 77).

A Campanha de nacionalização criou um ambiente de medo. Para Seyferth “Ela foi vista como uma violência sem lógica, sem fundamento, contra cidadãos que se consideravam leais à sua pátria, e que foram indiscriminadamente chamados de nazistas, só porque tinham orgulho de sua origem alemã” (2003, p. 59).

6.4 NA FORMA DA LEI

Apresentamos como acontecimento histórico discursivo o Decreto-Lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939 que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Vemos, através da análise de alguns recortes, o rigor das medidas nacionalistas e a censura imposta aos estrangeiros e descendentes.

Decorrentes desse decreto-lei, que regia sobre toda a vida dos imigrantes/descendentes, apresentamos também depoimentos da memória desses sujeitos que foram protagonistas dessa repressão linguística imposta por Getúlio Vargas. Esses depoimentos se deram em entrevistas concedidas à pesquisadora e retiradas da obra “Pequenas histórias de São Bento do Sul”.

Para iniciarmos as nossas reflexões, trazemos o artigo 1º do Decreto-lei 1545 que tinha como objetivo colocar a política do nacionalismo em prática e para isso, conclamou todas as forças políticas e sociais que deveriam se engajar na proposta política do governo getulista. Para Pêcheux “as ideologias não são feitas de “ideias”, mas de práticas” (2009, p. 130).

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Para a concretização do nacionalismo, um forte aparato criado pelo governo de Getúlio foi incumbido de impor a assimilação aos imigrantes e descendentes. Todos os órgãos públicos, quer federais, estaduais e municipais, estavam imbuídos em “formar uma consciência comum de brasilidade” (ORLANDI 2009, p. 117). Esses órgãos deveriam pôr em prática as ideologias nacionalistas. Com essa colocação da prática ideológica do nacionalismo, podemos compreender o pensamento de Althusser (1974) quando diz que a ideologia dominante não está nas ideias, mas nas práticas sociais, no cotidiano e a partir do que ele chama de forças orgânicas.

Podemos observar, no recorte acima, que há uma adjetivação para brasileiros, excluindo os descendentes de imigrantes da condição de cidadão brasileiro, nessa forma de designação “descendente de estrangeiro”. Esse sujeito só poderia inserir-se como brasileiro, através das ações impostas pelo Estado. Somente pelo controle é que ele seria inscrito no que se define como cidadão brasileiro.

Poderíamos também evidenciar uma divisão entre os “brasileiros”, que não eram vistos com restrições e tinham todos os seus direitos preservados e os “brasileiros descendentes de estrangeiros”, que foram interpelados pelas proibições, tendo como única opção para a condição de cidadão brasileiro, a adaptação incondicional ao nacionalismo, abdicando de sua memória histórica e simbólica, inscrevendo-se em uma nova identidade, que o levaria à condição de ser um cidadão brasileiro sem ressalvas.

Coracini (2007, p. 106) afirma que para “ser considerado cidadão, o indivíduo precisa entrar nas regras do jogo hegemônico, ou seja, nas regras do jogo do poder e, nele, dentro dele, encontrar o seu lugar”.

Vemos aqui um trabalho de transformação e deslocamento da forma-sujeito e, conseqüentemente, sua anulação. Pêcheux nos remete à ideia de que o

sujeito, quando se relaciona com a forma-sujeito que o domina, rompe com a formação discursiva na qual se inscreveu e passa a identificar-se com outra formação discursiva. Trata-se de um processo de desidentificação que, para Pêcheux, realiza-se paradoxalmente por um “processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações do ‘tipo novo’” (2009, p. 201). Isso nos leva a uma ‘dessubjetivação’ do sujeito, causando uma transformação/ deslocamento da forma-sujeito. Não significa que a ideologia desaparece, o sujeito continua interpelado por ela. Para Pêcheux (2009) a interpelação ideológica funciona, de certo modo, às avessas, isto é, contra e sobre si mesma. O espaço do brasileiro intervém na constituição e na identificação desse sujeito.

Por desidentificar-se com a formação discursiva apresentada pela força de lei através do discurso jurídico, o descendente do imigrante tornou-se, nessa discursividade, apenas um objeto do discurso, respondendo a essa injunção do nacionalismo através do silêncio.

Ainda em relação ao art. 1º quando temos a “adaptação”, vemos uma forma de submissão velada, pois, para adaptar-se, o brasileiro descendente de estrangeiro precisa, obrigatoriamente, esquecer a sua língua de origem. Para o governo, “essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência nacional”.

A língua foi o principal mecanismo do saber ideológico do governo Vargas, sendo utilizada como forma de submeter esse cidadão descendente de estrangeiro a constituir-se passivamente como brasileiro, como se fosse possível mudar uma língua e toda uma cultura em um espaço de tempo ínfimo.

Por força de lei, o Estado determinou novos saberes aos imigrantes e descendentes que remetiam ao imaginário de cidadão nacional. Esse imaginário ocorreria, como mostra o enunciado do art. 1º, “pela língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil [...] pelo caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum”.

Novamente nos remetemos ao controle autoritário sobre a escola, que foi

usada pelo Estado como forma de submissão dos estrangeiros, e não com objetivos de desenvolvimento intelectual dos sujeitos.

Podemos observar como se deu essa “adaptação” dos imigrantes através da língua pela narrativa de uma descendente de alemães que vivenciou a época do Estado Novo e que mostra, na sequência abaixo, o funcionamento das práticas da ideologia nacionalista.

“[...] em julho de 1938, de repente, Getúlio proibiu a língua alemã. Até lá não tinha nada a ver com a Alemanha, era por causa do nacionalismo que foi implantado por ele. Aí, ‘na marra’, tivemos que aprender falar português [...]”.

Adaptar-se “na marra” nos remete a ser resistente, a não aceitar passivamente a perda de seus bens simbólicos e de seu reconhecimento como sujeito. Submeter-se “na marra” era tornar-se outro sem o consentimento. De um lado, era a representação da força, ditada pela obrigatoriedade dessa adaptação e, por outro, era a força na tentativa de resistência. Tínhamos ao mesmo tempo a força, na resistência da língua e a sua morte, com seu cerceamento.

A língua alemã representava para o imigrante a chama que deixava viva a história de vida nascida na terra natal e replantada em uma nova terra, calcada na cultura, nos costumes, e nos saberes da terra de origem, enfim, a na sua memória. Para Kundera, citado por Pêcheux “quando se quer liquidar os povos [...] se começa a lhes roubar a memória” (2006, p. 55). Era uma estratégia do autoritarismo do governo da época, pois sem a memória, a história e principalmente a língua, não há uma consciência de classe, de estruturação social e isso desmantelaria qualquer possibilidade de oposição ao seu governo. Mas para a concretização dessa chamada “adaptação”, muitas dificuldades eram visíveis, pois os imigrantes não dominavam tão rapidamente os novos saberes e a nova língua.

No art. 4º, lemos o que segue:

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua

- iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
- d) estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, que instituam bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;
- f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

Tomando a sequência discursiva do artigo 4º, destacamos que, para o governo, o imaginário nacional deveria ser construído e solidificado pela via da educação escolar. Para isso, os dispositivos jurídicos interferiram e regularam essas instituições.

É preciso destacar que o governo de Getúlio Vargas, apoiado pelo Decreto-Lei 406 de 1938, já proibiu a utilização de material didático em língua alemã e obrigava o recrutamento de professores e diretores natos para exercer as funções dentro das escolas. Também a legislação proibiu o ensino de língua estrangeira a brasileiros menores de quatorze anos.

Retomando Althusser, vemos que a escola é um lugar de construção de uma consciência nacional voltada à ideologia dominante, em que o Estado se apresenta com práticas repressoras (1974). Neste caso, essas práticas se dirigiam àqueles que não se inscreviam no projeto de nacionalização. Havia uma imposição do Estado aos estrangeiros que não faziam parte do imaginário nacionalista, pelo fato de se constituírem em outra língua.

O saber da língua passa a representar a construção de uma identidade nacional outra, forjada pela escola como forma de homogeneização cultural, voltada a essa identidade unicamente brasileira.

E para construir essa identidade, exigia-se o “recrutamento” e “preparo” de professores que seriam os responsáveis pela propagação de um saber voltado ao idealismo nacionalista, que para Orlandi “quando o professor corrige o aluno, ele intervém nos sentidos que este aluno está produzindo e, no mesmo gesto, está interferindo na constituição de sua identidade” (1998, p. 205).

As escolas também deveriam difundir todo o tipo de nacionalismo e de amor à pátria através do ensino da geografia e história. Por outro lado, é

interessante observar que os pré-construídos dos “ditos” da lei, evidenciam uma luta pelos sentidos, que não passam pelo “amor à pátria”, como vemos nos enunciados “vigilância”, “inspeções secretas”, que mostram seu avesso, ou seja, só há vigilância quando há delito.

Na sequência do decreto-lei, temos a cooperação do exército no processo de nacionalização, através da incorporação de filhos de estrangeiros nas tropas brasileiras.

Art. 7º Além das atribuições que lhes competem por lei, o Ministério da Guerra cooperará com os outros Ministérios e os governos estaduais na prática das medidas que lhes incumbem.

Parágrafo único - Para os efeitos dessa cooperação, cabe ao Estado Maior do Exército:

a- proceder à incorporação, nas fileiras do Exército, do maior número possível de filhos de estrangeiros, preferentemente em corpos de tropa aquartelados fora da região em que habitem;

A consolidação do imaginário de cidadão brasileiro se construiu em uma relação contraditória para o governo que se utilizou de um dispositivo jurídico e do autoritarismo militar para inserir o filho do imigrante como cidadão brasileiro, excluindo-o da convivência com os seus, colocando-os “preferentemente em corpos de tropa aquartelados fora da região em que habitam”. A inclusão dos imigrantes e seus descendentes na brasilidade exigiu uma submissão sem falhas à discursividade da nacionalização.

Os teutos brasileiros tinham provado em toda a sua vida que eram cidadãos brasileiros, ordeiros, trabalhadores, obedientes às autoridades, que serviam à sua pátria com actividade e lealdade, tanto que mandavam os seus filhos como primeiros voluntários ao ‘Tiro nacional’ e ao serviço militar do país. Porque então foram tão malquistos como brasileiros de origem diferente [...] (AMMON, 1911, p. 109).

A contradição permanece, na medida em que os “filhos de estrangeiros” constituíam uma categoria específica de cidadãos brasileiros que, ao serem afirmados como brasileiros, eram colocados em uma situação de extermínio, lutando em tropas do Exército. Essa parece ser a condição de ser brasileiro para um filho de estrangeiro. Uma condição nunca satisfeita.

Indursky nos apresenta o “cidadão” no discurso de regimes autoritários

com alguns efeitos de sentido bastante específicos de apagamentos. A autora salienta que, para esses regimes, “para ser um bom brasileiro é preciso apoiar incondicionalmente as decisões do Estado, é preciso aceitar-lhe submissamente a tutela para, assim, adquirir o direito de ser cidadão ou brasileiro” (1997, p. 95). Como se vê, o descendente do alemão buscava a sua identificação como cidadão brasileiro submetendo-se livremente aos deveres de cidadão brasileiro. Por outro lado, o Estado impunha a esse sujeito seu apagamento de cidadão brasileiro pela denominação “filhos de estrangeiros”, colocando-o à margem da cidadania, sendo interpelado como inimigo, sofrendo, assim, um processo de exclusão. Com isso, o filho de estrangeiro “não é *brasileiro* e, por conseguinte, não é *cidadão*. Assim, não pode ser coadjuvante do sujeito do discurso” (INDURSKY, 1997, p. 119, grifo do autor).

Como reflexão dos artigos 8º e 9º do Decreto-lei nº 1545, temos o Conselho de Imigração e Colonização que possuía suas incumbências de defender o Estado do jugo dos estrangeiros e os interventores que sustentavam na prática a campanha nacionalista de Vargas.

Art. 8º Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena:

- a) evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região;
- b) vedar a aquisição, por empresas estrangeiras ou seus agentes de grandes áreas de terra, ou de áreas pequenas desde que, de direito ou de fato, importem a formação de latifúndio;
- c) defender da absorção por estrangeiros as propriedades brasileiras situadas nas zonas coloniais;
- d) fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, si necessário, inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização;

Art. 9º Incumbe aos Interventores Federais:

- a) assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos governos dos Estados ou dos Municípios, e a sua reorganização quando não preenchem os requisitos desta lei;
- b) remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e localização de imigrantes;
- c) amparar, na esfera de suas atribuições e recursos, as organizações nacionais das zonas de colonização;
- d) promover, de acordo com as autoridades militares, solenidades cívicas e manifestações patrióticas nessas zonas;
- e) escolher, com especial cuidado, os funcionários administrativos, policiais e fiscais que deverão servir nas mesmas zonas;
- f) auxiliar as autoridades federais no desempenho das atribuições que lhes são conferidas.

Pelas sequências discursivas dos artigos 8º e 9º, vemos que o estrangeiro era vigiado e havia uma grande fiscalização sobre ele. Podemos aqui observar a mudança de sentido referente ao enunciado da época da imigração, quando o governo imperial incentivava a imigração e a aquisição de terras pelos colonos. No Estado Novo, tínhamos o oposto, o cerceamento das atividades culturais e a proibição da aquisição de terras por esses colonos.

O efeito de sentido da expressão “especial cuidado” no enunciado “escolher, com especial cuidado, os funcionários administrativos, policiais e fiscais que deverão servir nas mesmas zonas”. Esse cuidado nos remete a escolha de sujeitos que se identificavam com a Formação Discursiva apresentada no documento por Getúlio Vargas. Esses sujeitos, para Pêcheux, realizam seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido” (2009, p. 199). É o discurso em que o sujeito sofre cegamente essa determinação.

Portanto, a FD do governo nacionalista levava a uma construção de proposições que geraram desconfiança entre as pessoas e muitas vezes à ruptura de relações amigáveis através de denúncias que eram feitas de pessoas que falavam a língua alemã.

No artigo 8º e 9º, observamos a construção de um imaginário acerca do estrangeiro que o levou a uma total exclusão da estrutura social, impondo-lhe limites e restrições que foram refletidas nas suas relações como sujeito social através de uma vigilância austera, negando-lhe o direito de ir e vir.

Esse cerceamento da liberdade e a vigilância extrema por parte de sujeitos identificados com a política de Vargas pode ser observado na fala de um filho de imigrante que viveu sua infância e adolescência na época do nacionalismo implantado no Brasil.

“Acontecia cada absurdo: meu pai, passando na frente da praça, encontrou um velho amigo do tempo da escola varrendo a rua, com um soldado de guarda ao lado dele. Fazia muito tempo que não se viam, mas apenas se olharam e meu pai teve que seguir adiante. Isso foi algo que ele sentiu tanto, pela humilhação de um amigo, porque ele falara alemão.”

Se tomarmos o recorte “mas apenas se olharam e meu pai teve que seguir adiante”, encontramos na fala desse filho de imigrante a política do silêncio relacionando-o à censura que para Orlandi “é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições” (2007, p. 104).

Segundo Orlandi, “Há história no silêncio porque há sentido no silêncio” (1990, p. 50). Não houve fala no discurso, mesmo assim, não existe um vazio de sentido quando os dois imigrantes apenas se olharam, mas esse silêncio significou no contexto em que foi produzido, ou seja, esse silêncio é a expressão daquilo que deveria ter sido apagado, excluído, principalmente os saberes da língua materna. Esse silêncio mostra que os imigrantes e descendentes, apesar de serem obrigados a se inserir pela língua do outro, em uma nova situação social e cultural e também proibidos de falar na sua língua materna, não estavam totalmente interditados, pois significavam no silêncio.

Esses vestígios dos discursos silenciados nos colocam na fronteira entre o “dito” “apenas se olharam” o “não-dito” que está na memória discursiva, no interdiscurso. É a memória funcionando no discurso que nos remete aos acontecimentos históricos da Segunda Guerra e a proibição da língua alemã. De acordo com Orlandi “com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e, logo, posições de sujeito que ele não pode ocupar; que lhe são interditas” (2010, p. 60). Podemos perceber que os efeitos de sentido impedidos pelo “dito” vão funcionar a partir do “não dito”, pelo silenciado.

A seguir, temos a transcrição dos artigos 11 e 12 do decreto-lei que faz menção à direção das escolas e a importância da civilidade física, pois o corpo também deveria ser disciplinado e, para isso, o Exército representava o melhor professor.

Art. 11. Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Em relação ao artigo 11, poderíamos evidenciar a afirmação de “congregações sem relação com qualquer nacionalidade”, onde a expressão

“nacionalidade” parece corresponder a “interesse político”, como se tais congregações não tivessem materialidade, já que não correspondiam aos ideais nacionalistas.

Art. 12. Aos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões mais sujeitas à desnacionalização, a educação física, na forma obrigatória prescrita, poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Região.

Constatamos que no recorte “nas regiões mais sujeitas à desnacionalização” a nacionalização deveria receber a intervenção do exército nas atividades de educação física. O aparelho ideológico escolar novamente era utilizado pela classe dominante sobre a classe dominada.

A utilização do exército pode ser vista como intimidadora, pois representava a ordem vinculada a forte ideia de Segurança Nacional. Além do adestramento físico, a educação física escolar era uma forma de inculcar valores de obediência e adestramento.

Era uma forma de apreensão dos corpos com a função de controle, de vigilância e de punição que, para Foucault, são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar as pessoas, com o intuito de adequá-las às regras institucionais, principalmente, na educação escolar, fazendo referência ao conceito de disciplina (2005).

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo [...]. ‘Adestra’ as multidões confusas, móveis, inúteis de corpo e forças para uma multiplicidade de elementos individuais, orgânicos e combinatórios (FOUCAULT, 2005, p. 143).

Portanto, temos a disciplina como adestradora de corpos, com a finalidade de se ter uma eficiência maior, conquistada por um olhar que permite induzir a um efeito de poder. Na prática, o governo de Getúlio Vargas se utilizou do Exército para adestrar, principalmente, as crianças nas aulas de educação física.

Para Foucault “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (2005, p. 118). Através do

controle, da vigilância, do poder disciplinador, os indivíduos tornam-se dóceis e úteis. Assim, o exército controlava e vigiava os imigrantes e seus filhos pelo poder disciplinador, exercido sobre eles.

Fazemos aqui uma relação do poder disciplinador exercido pelo Exército brasileiro nas aulas de educação física com a visão nazi-facista. Para Ghiraldelli Júnior (1988, p. 18) a educação física militar fazia parte dos princípios nazi-facista que “[...] não se resume numa prática militar de preparo físico. É acima disso, uma concepção que visa impor a toda sociedade padrões de comportamento estereotipados, frutos da conduta disciplinar própria ao regime de caserna”. Podemos observar que as ideologias nazi-facistas sustentaram o ideário de nacionalismo na época do Estado Novo, fazendo com que houvesse uma identificação com essas formações ideológicas.

Essa conduta disciplinar está representada na preocupação de Vargas em controlar os sujeitos e assim manter-se no poder. O seu governo estava pautado no controle e na disciplina em que havia “a necessidade de continuarmos vigilantes e aparelhados para reprimir novos surtos de anarquia e desenvolver, sem tropeços, a obra de educação e de restabelecimento da disciplina, destinados a reforçar as bases do regime” (BRASIL, 1978, p. 720).

Dessa forma, o Estado Novo encontrou na educação física um instrumento disciplinador para reprimir qualquer oposição ao seu governo. Assim, houve um controle e uma vigilância das ações, gestos e atitudes dos imigrantes e descendentes.

Tomamos aqui um confronto entre FDs antagônicas em que há uma desidentificação do governo nacionalista de Getúlio Vargas com as “regiões mais sujeitas à desnacionalização” da mesma forma que esses sujeitos pertencentes a essas regiões se desidentificam com a FD dominante, ou seja, a nacionalização. Há uma transformação, um deslocamento, um efeito de desidentificação. Pêcheux coloca que “esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação de conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’” (2009, p. 202). Ou seja, as condições sócio-históricas e ideológicas, de uma dada formação social, caracterizam uma tomada de posição não subjetiva do sujeito em relação a uma determinada FD.

Em seguida, o decreto-lei, apresenta no seu art. 14, o engajamento de todos os órgãos governamentais e não governamentais na difusão do nacionalismo.

Art. 14. Em todas as ocasiões ou reuniões, de caráter particular ou público, deverão as autoridades federais, estaduais e municipais, sempre que lhes for possível e sem ofensa de qualquer direito e garantia individual usar de todos os meios adequados à difusão do sentimento nacional.

Parágrafo único. Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.

Conforme podemos observar no artigo 14, essas medidas de difusão do sentimento de nacionalidade foram tratadas como um caso de disciplinarização de um sentimento, pois deixa claro o “uso de todos os meios” para essa difusão. Assim, o governo Getulista criou mecanismos para anular os imigrantes e sua identidade. Com o uso de “todos” extinguiu-se toda e qualquer possibilidade de garantia de direitos individuais.

Como vemos, todos os órgãos públicos estavam obrigados a contribuir para a difusão do sentimento de nacionalidade, sempre visando formar uma consciência de brasilidade.

Essa combinação de arraigamento nacionalista e disciplinarização nos remetem aos regimes autoritários que tinham como principal objetivo a “censura, coerção e falta de liberdade” (ORLANDI, 2009, p. 117).

Na sequência, trazemos os artigos 15 e 16, em que a interdição da língua alemã é expurgada do convívio coletivo, restringindo o seu uso como elemento simbólico de representação da comunidade.

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Através da lei de proibição da língua, os imigrantes e seus descendentes sentiam-se pressionados a inscrever-se como sujeitos brasileiros tendo que apagar todos os elementos constitutivos de ser alemão. Para corroborar com essa ideia, trazemos Zandwais (2007, p. 257) dizendo que:

É desta forma que se constrói, através da 'letra da lei', uma política de silenciamento, o antídoto contra a 'desnacionalização', em outras palavras, a materialização da violência simbólica se inscreve no regime constitucional através de uma legislação que, em nome da manutenção da unidade de uma nação, despossui o sujeito imigrante de seus bens simbólicos.

É interessante analisar que, com suas leis e em nome do nacionalismo, Getúlio Vargas tratou a língua alemã como um objeto doméstico que se podia limpar como se queria, transformá-la e reger sobre ela (ORLANDI, 2009).

Proibir uma língua através de um ato de lei era uma tentativa de apagamento do outro, pois para Pêcheux (2009) é a partir da base linguística que construímos nossos processos discursivos. Com isso temos a utilização da língua nas práticas sociais e não como uma língua estruturada, pautada como uma opção de vocabulário e domínio de construção frasal.

Como forma de refletirmos sobre a proibição da língua alemã, apresentamos um relato, em que podemos perceber como o sujeito alemão foi reprimido pelo uso de sua língua materna, sendo submetido a um processo de exclusão por não se identificar com a língua nacional. Esse relato traduz a indignação vivenciada por um filho de imigrante, na época com 12 anos, com as ações realizadas pelos policiais em função da interdição da língua alemã.

“Em 1939 começou a guerra, mas não havia problema algum, até o ano de 1942. Estudando em São Bento, ia a Corredeira de carrocinha, a cada seis meses, pois era longe e eram 14 horas de viagem numa carrocinha com dois cavalos. Mas era pitoresco, no meio da viagem fazíamos piquenique com fogo de chão.

Numa dessas viagens, em 1942, passamos por São Pedro em Rio Negrinho, veio uma pessoa ao nosso encontro e nos contou o que aconteceu num casamento na redondeza: evidentemente, todos falando e cantando em alemão, o delegado de Rio Negrinho, um tal de Paulo, e policiais, foram lá, desmontaram tudo e prenderam o noivo. O pai da noiva se insurgiu e o amarraram numa árvore. Essa pessoa nos avisou que não poderíamos mais falar alemão. [...]. Meus pais não sabiam falar português e, evidentemente, ficaram bem preocupados. [...]. Chegamos em Rio Negrinho e ficamos na casa dos Neidert. Na frente da casa havia um bar.

Ficamos todos na cozinha, claro que falando alemão, mas bem baixinho. As pessoas com medo: “Só não fala alto, porque se alguém falar alto, vamos todos presos”. Esse foi meu primeiro contato com esse absurdo”.

Para Pêcheux (2009), ao considerar que os sujeitos se submetem à língua para significar e significar-se, esses imigrantes só poderiam significar-se na língua alemã, pois era a única que conheciam e era a única forma de identificar-se como sujeito social. Conforme Pêcheux (2009), somos sujeitos por meio da língua nas práticas sociais.

Fica claro no recorte “Meus pais não sabiam falar português e, evidentemente, ficaram bem preocupados” que a língua constituía os imigrantes como sujeitos e mesmo coibidos e sob forte vigilância, mantinham a sua identificação através da língua calada dentro de seus laços sociais. A narrativa nos mostra que, mesmo com sua interdição, a língua materna continuava a fazer parte do cotidiano, porque os imigrantes precisavam dela para ser, pois não sabiam ser de outra maneira. Era a língua alemã que os constituía. Proibir a língua era tirar a sua identidade, era desnacionalizá-lo, tirar-lhe a fonte de sentido. Inscrever-se na língua do outro, o brasileiro, era fingir um saber desconhecido para eles, pois não tiveram acesso a esse saber e, por consequência, sentiam grande dificuldade de assimilá-lo.

Diante disso, podemos trazer a reflexão de Pêcheux (2009) quando diz que a língua não é neutra e o efeito de sentido não é transparente; isso porque os sujeitos estão ideologicamente interpelados. Não é só uma questão de proibir uma língua em função da outra, mas é o que está embutido no sentido das práticas políticas e ideologias que determinaram a interdição da língua alemã e isso está representada na enunciação “Esse foi o primeiro contato com esse absurdo”. Esse sentimento mostra que “o estrangeiro não era um cidadão. E sua língua o documento deste repúdio” (ORLANDI, 2009, p. 117).

Para continuarmos nossa reflexão sobre os efeitos causados pela interdição da língua decorrentes da política linguística de Getúlio Vargas, temos a narrativa de um descendente de imigrante, nascido em 1937, que resgatou nas suas memórias de infância a coerção vivida na época da Segunda Guerra Mundial e a desapropriação de elementos que faziam parte da cultura e da identidade do

imigrante.

“Por ser uma sociedade de alemães, a Sociedade de Atiradores foi fechada durante as duas guerras mundiais. Durante a 2ª Guerra, ela foi transformada em quartel da polícia militar. Os quadros de Rei, todos na parede foram transformados em lenha, sem o mínimo respeito pela história. Durante a vigência da proibição da língua alemã, boa parte dos livros, registros escritos em alemão, arquivos foram dilapidados. Destruíram parte do patrimônio cultural da sociedade”.

Podemos aqui observar a violência em relação à cultura do imigrante, ficando clara a prática política de xenofobia por parte do governo de Getúlio Vargas. A destruição de tudo que lembrasse a cultura e, principalmente, a língua, seria uma forma de destruir o valor simbólico do imigrante e descendente. Na expressão “foram dilapidados” vemos que o governo Getulista procurava violentamente substituir esses elementos simbólicos e anular qualquer elo de pertencimento com a antiga pátria desses imigrantes/ descendentes.

Como vemos, criou-se um verdadeiro aparato do Governo, incumbindo vários ministérios e autoridades Federais, estaduais e municipais. Todos com um único propósito de difundir a qualquer custo, o projeto de nacionalização, desencadeando um processo de censura e repressão linguística e cultural.

Desse modo, observamos um Estado excludente, pois o imigrante e principalmente seu descendente passaram a ser “caçados” em todos os espaços sociais e culturais não sendo respeitados os seus direitos de cidadão brasileiro. A forma encontrada pelo Estado Novo de manter uma soberania Nacional com o domínio da língua nacional foi de apagar todos os vestígios de uma população que veio para construir e ajudar no desenvolvimento de uma nova nação, mas que foi privada da palavra pelo apagamento da língua alemã.

A marca da censura extrema está presente em cada enunciação, quando visualizamos um entrincheiramento sobre o estrangeiro, sendo obrigado a adaptar-se incondicionalmente ao meio nacional, simulando um “certo” tipo de brasilidade. Para Orlandi “toda essa censura teve enorme repercussão sobre a língua: língua e

Estado, língua e Religião, língua e Identidade” (2009, p. 117).

6.5 SUJEITOS DIVIDIDOS

Concomitantemente aos decretos-leis federais, apresentamos ainda como corpus de análise, documentos embasados nas leis federais que respaldavam ações de órgãos estaduais e municipais, como é o caso de um decreto e um aviso, expedidos pela delegacia de polícia de São Bento sob o comando da época do capitão José Atanásio de Freitas, que era um grande defensor do nacionalismo.

Os jornais eram as principais fontes de propagação dos ideais nacionalistas e também o meio de divulgação mais eficaz, pois a sua circulação era bastante representativa e dinâmica entre a população.

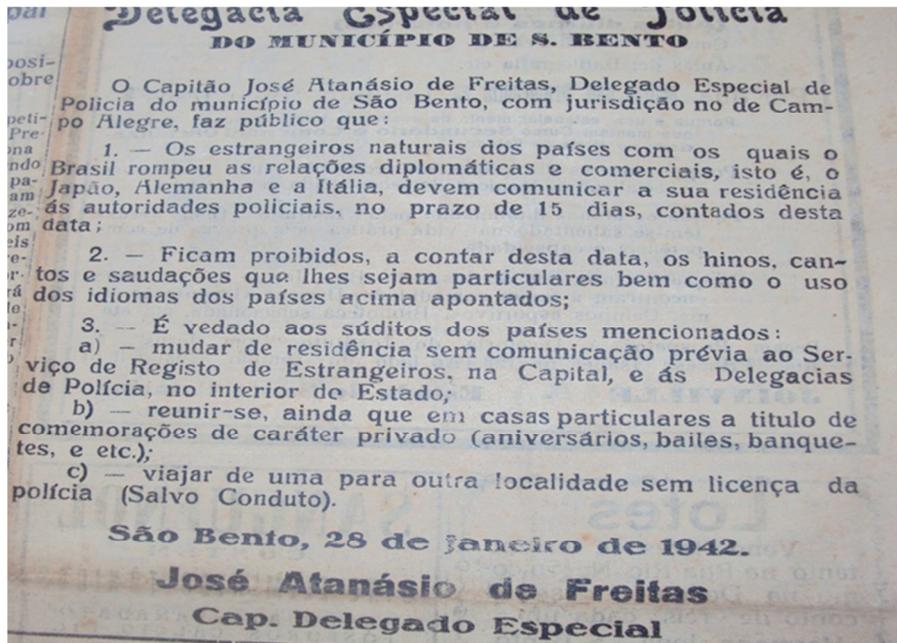
Os jornais e toda a imprensa da época do Estado Novo estavam sob forte censura e veiculavam “informações”, produzidas por uma só voz, a do governo de Getúlio Vargas; já que a outra, a do imigrante/descendente, estava silenciada.

Apesar da censura, o jornal pode ser visto como um arquivo, que guarda registros históricos de forma periódica, através do qual podemos acompanhar toda uma cronologia de fatos e, principalmente, uma série de pronunciamentos.

É nesse sentido que o jornal se tornou um espaço de trabalho para a AD, com a possibilidade de análise de acontecimentos sociais da época da Campanha de nacionalização do Estado Novo e da interdição da língua alemã. Pêcheux nos lembra de que “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (2008, p. 53).

Trazemos como um texto jornalístico de janeiro de 1942, o decreto da Delegacia de Polícia de São Bento, em que o Capitão Atanásio propaga para a população, a legislação vigente na época.

Figura 2 – Decreto da Delegacia Especial de Polícia de São Bento



Fonte: Jornal "O Aço" nº 24 de 07/02/1942

Tomamos novamente um Aparelho Repressor do Estado, a Delegacia, que sempre determina controle e a punição daqueles que não se assujeitam à FD dominante: o Estado.

Quando consideramos o recorte “Ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam particulares, bem como o uso dos idiomas”, vemos que a prática do governo não se restringia somente à fiscalização e repressão de atos, mas visava a um apagamento da memória da língua, lugar simbólico de identificação e de garantia do grupo social.

A seguir, destacamos um aviso expedido pela Delegacia de Polícia e disseminado à população por meio do jornal local.

Figura 3 – Aviso expedido pela Delegacia Especial de Polícia de São Bento



Fonte: Jornal “O Aço” número 23 de 31/01/1942

As pressões sobre os imigrantes e descendentes, originários das regiões de imigração, foram intensificadas com o avanço do nazismo, e também com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados e contra o eixo (Alemanha, Itália e Japão). Com isso, os nacionalistas intensificaram as medidas de repressão principalmente em relação à língua.

Esse arraigamento dos nacionalistas pode ser observado no “aviso”, assinado pelo Capitão Delegado Especial que era chamado de um “ferrenho nacionalista” pela comunidade da época, como podemos ver nas palavras a seguir (FICKER, 1973):

“O prefeito daqui, Joaquim Salles e o comandante da polícia, Capitão Athanázio, eram ferrenhos nacionalistas. Então cada palavra em alemão, significava cadeia. [...]”

Evidenciamos o recrudescimento das medidas no recorte apresentado como “Aviso” que não possui a força de lei, não faz parte de uma prática de jurisdição reguladora. O aviso se apresenta como um objeto informativo. Diferentemente do decreto no qual o delegado aparece como objeto em 3ª pessoa: o capitão José Athanázio de Freitas, delegado especial da polícia do município de São Bento.

No aviso, o sujeito do discurso se apresenta de uma forma muito mais incisiva, utilizando-se do verbo na 1ª pessoa do singular “torno”, tomando para si o poder de determinação de uma lei maior, assumindo a sua autoria. Podemos dizer, ironicamente, que o autor do “Aviso” faz uma relação entre o discurso e a posição ocupada por ele de um “ferrenho nacionalista”, identificando-se como sujeito e assumindo uma posição em uma determinada formação discursiva, incorporando elementos de um discurso outro, colocando-se na sua origem. Apresentamos essa noção em Pêcheux:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito); essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, enquanto pré-construído e processo de sustentação) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (2009, p. 163).

Podemos dizer que, ao identificar-se com a forma-sujeito do nacionalismo, o sujeito é o que Pêcheux chama de bom-sujeito. Na FD do Estado Novo, o bom sujeito era aquele que se identificava com o nacionalismo. Pêcheux coloca que o bom-sujeito “sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’” (2009, p. 199).

Dessa forma esse sujeito delegado, ao se identificar com o nacionalismo, participava do projeto de Getúlio Vargas e ajudava na vigilância daqueles que não se adequavam à lei.

Além da vigilância extrema, havia o controle das massas através de uma forte propaganda de uma nação brasileira unida. Esse argumento procurava levar os sujeitos a se identificarem com a FD do nacionalismo e nela se reconhecer.

Um exemplo dessa identificação e do poder exercido pelo Estado está

presente na enunciação de um descendente de imigrante, hoje com 87 anos, e, portanto, com a vivência na época do nacionalismo, que narra um fato de denúncia do próprio filho em relação ao pai.

“Uma história interessante foi que eu, meu irmão e o pai de um amigo jogávamos cartas e falávamos alemão. Não tinha polícia, nada, e o filho desse amigo, denunciou o próprio pai que era alemão da Alemanha. Que ele podia falar como quisesse. O pai dele, ele, meu irmão e eu, tivemos que trabalhar na estrada quatro semanas”.

Nas sequências discursivas apresentadas no Decreto-lei e no Aviso do delegado, vemos o funcionamento repressivo dos AIE, pois a delegacia era responsável pela punição e repressão aos estrangeiros. Para Pêcheux “é o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla “as identidades”” (2009, p. 140). Já, na narrativa transcrita acima, temos o próprio filho se identificando com FD da política nacionalista do Estado Novo e, conseqüentemente, desidentificando-se com os saberes da FD, em que o pai estava inscrito.

A sequência discursiva nos mostra a manipulação do governo sobre o imigrante e descendente, procurando incutir nessa população, o perigo que corriam com a Guerra. Segundo Althusser (1974), a ideologia dominante não se apresenta somente nas ideias, mas nas práticas sociais, ou seja, temos a prática social pela indução de um fato irreal, ilusório, sendo subserviente da ideologia do Estado Novo. Para especificar essa forma de induzir a ideologia do nacionalismo à população, temos a fala de um descendente de imigrante que vivenciou essa prática, efetivada pelos nacionalistas, visando manipular as pessoas da comunidade sob o pretexto de ataques advindos de um país que era a antiga pátria, a Alemanha, mas que, naquele momento, via-os como inimigos. Este foi o modo encontrado pelo governo brasileiro da época para fazer com que esses sujeitos se assujeitassem ao nacionalismo.

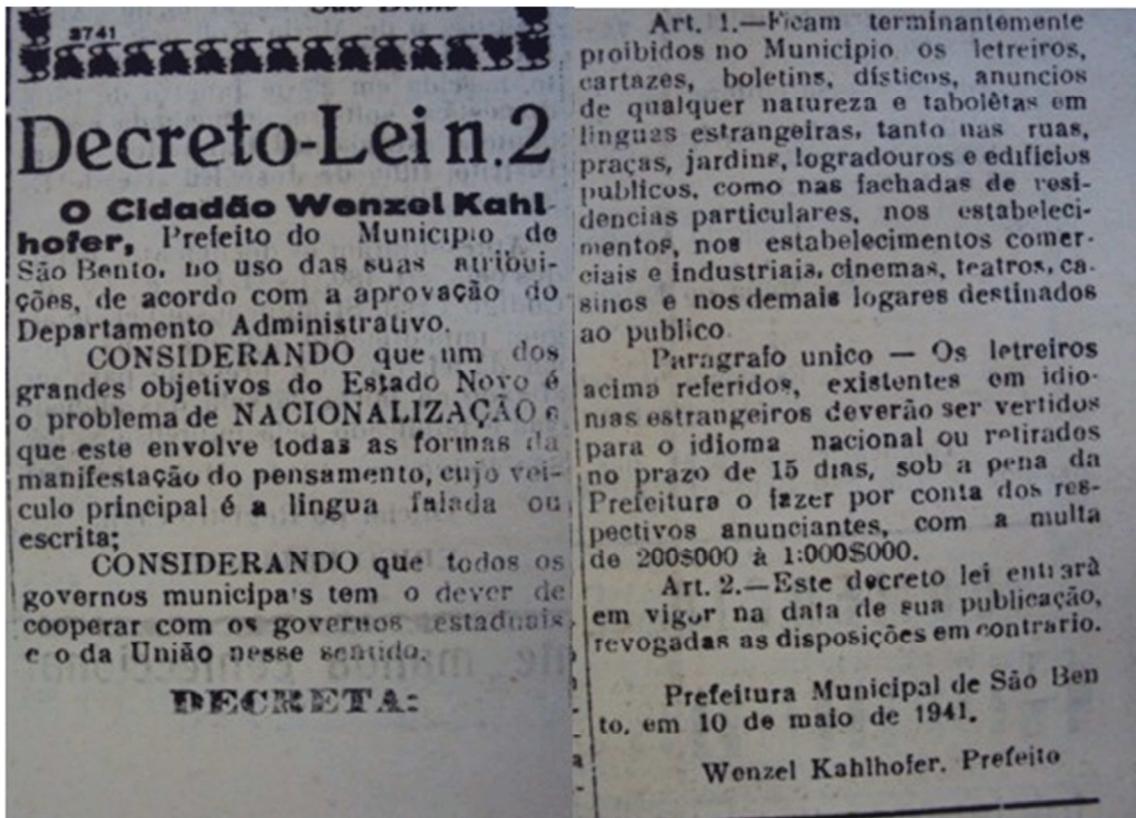
“Uma coisa que parecia quase um folclore, eram os blecautes e os raids aéreos, quando faziam de conta que vinham os aviões da Alemanha. A rua enchia de gente e havia umas valetas, aí tocava a sirene, avisando que os aviões já

estavam chegando para bombardear. Todos tinham que se deitar nas valetas e já vinham os comandos para ver se todos obedeciam. Quem não obedecesse ia preso”.

Ao analisarmos os efeitos de sentidos da enunciação acima, é necessário considerarmos qual é o lugar social do sujeito e como ele se inscreve nas várias FDs, já que os sentidos não são únicos e transparentes, mas significam a partir da ordem simbólica em que essas palavras são inscritas. Apesar de ser exigida a representação quase teatral de um ataque alemão, o descendente de imigrante usa a expressão “faziam de conta”, referindo-se às autoridades brasileiras, mostrando sua interpretação “uma coisa que parecia quase um folclore”.

Para continuarmos nossa reflexão acerca da interdição da língua e a interpelação do sujeito em determinadas Formações Discursivas e seus efeitos de sentido, trazemos a análise do decreto-lei municipal nº 2, que legislava sobre o uso da língua alemã nas práticas cotidianas, tendo como sujeito do discurso o prefeito Municipal da cidade de São Bento na época, Wenzel Kahlhofer.

Figura 4 – Decreto-lei expedido pela Prefeitura Municipal de São Bento



Fonte: Jornal "O Açor" Nº 37 de 21 de maio de 1941.

Esse decreto-lei, expedido pelo prefeito municipal do município de São Bento em 10 de maio de 1941, nos faz refletir sobre sentidos que antecipam o decreto como se aqui, o sujeito buscasse excluir a sua responsabilidade do ato de proibição da língua alemã em detrimento da língua nacional.

Quando o sujeito do discurso se apresenta como "o cidadão", já incide sobre a terceira pessoa, trazendo um efeito de não responsabilidade sobre o ato apresentado. Com isso temos um trabalho de contra identificação do sujeito com a formação discursiva dominante. Nessa perspectiva, segundo Pêcheux, é importante considerarmos os "dispositivos de experimentação-transformação históricos" (2009, p. 202), ou seja, as condições sócio históricas, nas quais os sujeitos estão inscritos, são fundamentais no resultado do discurso, já que a contra-identificação e a desidentificação consistem em um trabalho de "transformação-deslocamento" da forma sujeito.

Nesse texto de lei também podemos observar que há outro pré-

construído, quando é retomado o sentido de nacionalização no enunciado “o problema da nacionalização”. Aqui podemos perceber um distanciamento nesse pré-construído, seja da parte do sujeito-autor, seja da parte do interlocutor, a tal ponto que essa explicitação se faz necessária. O sentido seria naturalizado, ou óbvio, se houvesse a inscrição desse sujeito na FD da nacionalização, mas esse termo é precedido da palavra “problema”, cujo pré-construído mobiliza outra FD, aquela para a qual a nacionalização é um problema.

Vemos um sujeito que desliza nos entremeios da FD do Estado como representante legal desse Estado, exercendo uma função política legitimada pelo governo do Estado Novo, e por outro lado, traz sua exterioridade através de seus pré-construídos de sujeito imigrante que o fazem, diante de sua comunidade, excluir-se da responsabilidade do ato de lei imposto aos imigrantes e descendentes.

Tomamos ainda como análise, recortes de uma carta (em anexo,) escrita pelo então Prefeito de São Bento, ao povo de sua cidade pelo aniversário de Getúlio Vargas e que posteriormente seria enviada ao presidente.

Essa carta foi difundida a toda a população da cidade através do jornal (Jornal “O Aço” de 25 de abril de 1942, nº 33), que era o meio de comunicação de massa mais utilizado para conclamar povo para o nacionalismo, visto que, quem não se identificasse com o ideário nacionalista, estava proibido, sob pena de prisão, de manifestar-se contra o governo do Estado Novo nesse jornal.

Como forma de estruturação do *corpus* de análise, apresentamos a carta através de sequências enunciativas que ilustram o funcionamento dessa textualidade na sua relação com o discurso.

Povo de São Bento!

Não é o meu intuito decantar lóas com o objetivo de fazer literatura estéril.

Não é a palavra, mas ação que a hora presente exige dos brasileiros. O plano do Governo nacional é arregimentar, unir, fortalecer o povo, sem distinção de classes, para que o Brasil possa enfrentar as contingências do futuro.

É importante destacarmos que a autoridade máxima do município se dirige ao “povo” de São Bento como um “todo”. O sujeito do discurso interpela uma

multiplicidade de destinatários, revelando a pretensão de um consenso no seu propósito de exaltação à figura de Getúlio Vargas.

Essa interpelação do sujeito do discurso aos inúmeros destinatários mostra o funcionamento da mediação em que o sujeito busca interpelar toda a população da cidade, o cidadão “brasileiro”, firmando um engajamento com o projeto de nacionalização, como forma de resguardar essa população de intervenções mais rigorosas sobre as quais essa comunidade poderia estar sujeita.

Essa interpretação é possibilitada pelo sujeito do discurso ser o prefeito da cidade e ser de origem alemã, e não estar se desidentificando com as formações ideológicas do imigrante, pois o sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual, há sempre uma forma social embutida no processo discursivo e com isso “há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2001, p. 27).

Por outro lado, há uma posição exercida por esse sujeito dentro de um contexto de poder que, como diz Orlandi (2001, p. 27) “há uma articulação e intenções sociais”, necessita subjugar-se às autoridades que o designaram. Com isso evidenciamos, na sequência de mais um fragmento da carta, que os sentidos podem ser outros, dependendo das FDs em que o sujeito se inscreve.

“Com suprema dor dizemos que a realidade dos fatos nos demonstra que existem brasileiros maus, existem brasileiros covardes, asquerosos, que não se dedignam de compactuar com os inimigos da Pátria”.

É importante destacarmos, nessa sequência, que o sujeito do discurso fez uma advertência ao destinatário que não está inserido no discurso nacionalista. Por isso Indursky completa dizendo que “ao passar do interlocutor para o destinatário, muda igualmente o efeito de sentido da sequência discursiva, por estar sujeito de discurso e destinatários afetados por FDs antagônicas” (1997, p. 153).

Pêcheux traz para determinar o sujeito caracterizando-o como:

O mau-sujeito, discurso no qual o sujeito da enunciação ‘se volta’ contra o sujeito universal por meio de uma ‘tomada de posição’ que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta [...]) com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’. Luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa

evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (2009, p. 199).

Quando recortamos a expressão “com suprema dor” e “existem brasileiros maus” é importante destacarmos o conflito existente entre o sujeito da enunciação e o sujeito enunciador, pois ao mesmo tempo em que ele se identificava com a FD do nacionalismo, também era interpelado pela FD do imigrante, com a qual se identificava.

No trecho que segue, é feita uma menção à instrução pública dos jovens em relação ao aprendizado da língua nacional, denegrindo a língua alemã.

“Só no Estado Novo o problema da instrução pública está sendo resolvido satisfatoriamente. Hoje a mocidade encontra em toda parte recursos para aprender a língua pátria. Com a máxima eficiência estão sendo desfeitos os núcleos, em que, para nossa humilhação e vergonha, eram cultivados o idioma e os costumes de outras terras”.

Quando nos reportamos ao recorte “nossa humilhação e vergonha”, refletimos sobre os efeitos de sentido construídos a partir dessas palavras nas diversas práticas sociais.

Havia uma construção imaginária sobre o imigrante e manifestada na antecipação determinada pelos já-ditos. De acordo com Pêcheux “essa antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso” (2010, p. 76).

Portanto, os efeitos de sentido de “nossa humilhação e vergonha” nos fazem refletir sobre o processo de construção imaginária de brasilidade, excluindo todos os elementos identitários dos imigrantes que eram vivenciados nas práticas sociais das comunidades durante o acontecimento histórico do Nacionalismo brasileiro no Estado Novo.

Trazemos abaixo, como confronto de FDs antagônicas, a fala de uma descendente de imigrantes que narra sobre a “vergonha” conferida aos sujeitos inscritos na FD dominante que destruíram as placas dos cemitérios escritas em alemão. Esses escritos eram a representação simbólica crucial na constituição do sujeito imigrante, pois a língua carregava os valores e sentimentos de identidade

que os unia. Essa fala só é possível porque o sujeito já não está mais em confronto com os sentidos que o contra identificavam com os sentidos do Estado Novo. É interessante observar que a explicitação dessa posição só é possível depois que o Estado Novo já não era uma posição dominante.

“Era um absurdo o que se fazia. Chegaram ao cúmulo de ir ao cemitério e destruir as placas dos túmulos que estavam escritas em alemão. A do meu avô materno deve ser a única que está sem restaurar, porque meu pai disse que não o faria, porque essa vergonha tinha que ficar para sempre registrada.”

Para entendermos os efeitos de sentido gerados pelo processo discursivo, precisamos considerar os acontecimentos históricos e as formações ideológicas das condições de produção que envolveu os sujeitos e o discurso.

Isso significa que os sentidos das palavras não são evidentes e transparentes, mas que a significação é dada a partir das práticas sociais e históricas e assim são construídos os sentidos das palavras, assumindo representações imaginárias dependendo da posição dos sujeitos nas FDs. Dessa forma, vemos o atravessamento das formações imaginárias na língua.

Para Orlandi:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Deste modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente (2009, p. 43).

Com isso, devemos considerar os sentidos a partir da posição dos sujeitos nas várias FDs e, como prova disso, tomamos novamente a palavra “vergonha” a partir da FD do imigrante alemão.

Para esse sujeito, esse ato vergonhoso representa a violência simbólica sofrida pelos alemães e o registro dessa “vergonha” é uma forma de manutenção da memória discursiva desse imigrante na tentativa de não silenciar o acontecimento histórico que foi resultado de práticas políticas do governo do Estado Novo.

A seguir, apresentamos mais um fragmento da carta em comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas, em que o prefeito conclamava o povo a aderir aos ideais nacionalistas e repudiava aqueles que não seguiam esses ideais.

“Avante, pois meus patrícios! O momento não admite delongas. Ou estamos com o Brasil ou contra o Brasil. Não há meio termo. Quem compactuar com o inimigo, não revelando as suas ciladas, os seus ardis infames, comete um crime de lesa-pátria.

A Pátria acima de tudo e de todos deve ser o lema do bom brasileiro”.

Com o objetivo de inserir toda a população no discurso nacionalista foram utilizadas várias estratégias, principalmente, utilizando-se de uma propaganda ufanista. Essa forma de conquistar o povo era fundamental, pois não havia policiamento suficiente e onipresente nessas comunidades. Por isso, a estratégia do governo de Getúlio foi o de “conquistar mentes e corações” através de uma forte propaganda política e uma exigência de que os políticos locais defendessem a causa do nacionalismo em suas regiões e comunidades.

Desse modo, vemos que a figura pública do prefeito se identificava ou era obrigado a se identificar com os elementos da FD dominante do nacionalismo de Getúlio Vargas, conclamando a comunidade através da enunciação “meus patrícios” e determinando que os imigrantes/descendentes, assim como ele, que tinha a mesma origem, a mesma cultura, deveriam encarnar o bom-brasileiro, sendo exemplo e reproduzindo o discurso da política nacionalista.

A expressão “patrícios” pode ser vista como uma estratégia que buscava identificação daquele que Pêcheux (2009) vai chamar de bom-sujeito, ou seja, aquele que é capturado plenamente pelo sujeito universal, isto é, aquele que aceitava essa identificação com a FD sem questionar os saberes do nacionalismo.

A posição do prefeito era de buscar a identificação de outros sujeitos com os saberes nacionalistas e, para isso, havia uma tentativa de capturar outros “irmãos” a serem bons-sujeitos. Identificar-se com esses saberes também era uma forma de preservar a sua comunidade, os seus, que eram da mesma origem.

Pêcheux nos mostra que o sujeito tem a ilusão de ser livre, “de modo que

a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma de ‘livremente consentido’” (2009, p. 199). Essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente a forma-sujeito do nacionalismo e era desse sujeito que o Brasil precisava para construir-se como uma nação homogênea na busca por uma unidade linguística.

Indursky (1997) em sua obra “A fala dos quartéis e as outras vozes” apresenta o discurso da Ditadura Militar no Brasil. Podemos fazer uma analogia com o bordão do Estado Novo “Ou estamos com o Brasil ou contra o Brasil” e mais tarde com a ditadura militar no governo Médice, que teve o governo mais autoritário de toda a ditadura militar. Foi ele que criou o bordão “Brasil, ame-o ou deixe-o” e levou a total censura dos livros, filmes músicas e outros tipos de manifestações contra o regime da época.

Quando fazemos uma relação com as duas épocas, que foram ditaduras extremas no Brasil, retomamos a modalidade do bom sujeito e do mau sujeito, apresentada por Pêcheux. O bom sujeito era interpelado pela FD do governo brasileiro e o mau sujeito era aquele que não se identifica com essa FD, tendo que ser excluído do sentido de brasilidade. O bom sujeito era aquele que se identifica com o Brasil e principalmente com o governo brasileiro, que não questionava; que se sujeitava ao dito das FDs do governo ditador, e o mau sujeito era aquele que não se identificava com o sentimento de nacionalidade imposto pelo governo, que não se constituía como cidadão brasileiro e não estava inserido na política autoritária da ditadura.

Para darmos sequência à nossa reflexão, trazemos mais um trecho da carta, objeto de análise, em que o prefeito pede ao povo que se desprenda de seus elos simbólicos da antiga pátria e se sacrifiquem pelo Brasil.

“Sacrifiquemos, se for preciso, a nossa família, os nossos interesses individuais, o nosso próprio sangue contanto que o Brasil continue na sua senda gloriosa como nação livre e soberana”.

Ao considerarmos os recortes “nossa família”, “nossos interesses individuais”, “nosso próprio sangue” temos sentidos que nos remetem a exterioridade

da FD dominante. Podemos perceber que o uso da expressão “nossa” em primeira pessoa nos remete ao pré-construído de sujeito alemão. Ele se reconheceu na FD de imigrante, dando a visibilidade de sua exterioridade. É através do processo de interpelação-identificação ideológica que o sujeito se apresenta no discurso. Já quando ele fez referência ao “Brasil” e “sua senda”, reportou-se a terceira pessoa, marcando aí, um distanciamento.

Se pela via dos enunciados construídos, o sujeito se identificou com a FD da nacionalização de Getúlio Vargas, por outro, esse sujeito trouxe consigo seus pré-construídos que clamavam sentidos, mostrando que os sentidos não são fixos e que há sempre outra interpretação possível, sustentada nos pré-construídos.

A contradição entre o “dito” e o que “já está lá” é apresentada pela interpelação. Pêcheux considera “o efeito do pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito ao mesmo tempo em que é ‘sempre – já sujeito’” (2009, p. 142).

O que está em jogo é a identidade do sujeito que se identifica ideologicamente, levando ao que Pêcheux chama de “processo do significante, na interpelação-identificação” (2009, p. 142). Esse processo leva o sujeito a se reconhecer como sujeito a partir de uma identificação com determinado grupo.

Segundo Authier, as heterogeneidades são enunciativas, o que é retrabalhado por Gallo, para quem as heterogeneidades são também discursivas.

A heterogeneidade no nível discursivo trabalha com as noções de formação discursiva e pré-construído. Se por um lado a relação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva é sempre uma relação de denegação, por outro lado, sua relação com a heterogeneidade mostrada é sempre fruto de um breve instante de consciência ‘fantasmagórica’ em relação à heterogeneidade constitutiva (2008, p. 27).

Gallo ainda nos mostra as heterogeneidades enunciativas de Authier através da “heterogeneidade mostrada”. Para a autora, as formas de heterogeneidade mostrada:

mostram o outro (através de um sujeito de enunciação) dentro do Outro (o sempre-já-lá); entretanto, é igualmente possível a constituição de um ‘outro’ sem que seja por via de denegação ou, por outro lado, da heterogeneidade mostrada: o ‘um’ que não se constitui estabelecendo uma separação de um ‘outro’ em relação a si mesmo (ao mesmo tempo em que ele não é mais o Outro) (2008, p. 27).

Nesse caso, estamos diante de duas presenças simultâneas: a presença de um “construído” o prefeito da cidade “outro” e o seu efeito do “pré-construído” o Outro, que vai ser determinante como sujeito do discurso.

Gallo complementa dizendo que “essas diferentes formas de sujeito são o efeito de diferentes dimensões de constituição de todo falante da língua e elas estão inter-relacionadas” (2008, p. 28).

Ao mesmo tempo em que o sujeito alemão estava constituído como prefeito da cidade, com exigências do poder e tendo que responder às determinações do comando maior, ou seja, do governo nacionalista do Estado Novo, ele estava constituído pela sua identidade de alemão, presente no pré-construído. Desse modo, temos as formações ideológicas constituindo as formações discursivas. Para Pêcheux (2009, p. 149) “‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

Quando o prefeito usa as expressões “Sacrifiquemos”, “nossa”, “nossos”, “nosso”, existe um atravessamento de outras formações discursivas (as dominadas) no interior da forma sujeito, levando a uma desidentificação com a FD dominante. A interdiscursividade e a heterogeneidade acontecem na instância da formação ideológica, constituída por uma ou mais formações discursivas que mantém relações de força desiguais com seu exterior, ou seja, com outras formações discursivas.

A fala do prefeito só consegue ter legitimidade em razão do esquecimento que é constitutivo desse sujeito. No entanto, em alguns momentos a memória que o constitui vai funcionar no discurso. Para isso, Gallo nos apresenta esse processo de fixação e movimento do sujeito em uma determinada FD, dizendo que:

A posição-sujeito absorve as determinações específicas e produz um efeito de sentido determinado, um efeito de homogeneidade, silenciando/esquecendo as ambiguidades. O sujeito produz esse apagamento através do processo de legitimação, que está na base da textualização, e que mascara o processo de autenticação, justamente apagando (para o sujeito) suas ambiguidades constitutivas (sem jamais consegui-lo totalmente). Assim, há “esquecimento”, relacionado ao processo de autenticação e, ao mesmo tempo, relacionando-se ao processo de legitimação, há memória, no nível do sócio-histórico, que posiciona o sujeito no discurso (2008, p. 68).

Para a Análise do Discurso, a língua funciona em uma relação intrínseca com a memória, na medida em que há uma memória discursiva que, vinda da exterioridade, das relações de sentido sócio-históricas, apresenta-se nos discursos.

A nacionalização trouxe a obrigatoriedade da adaptação do imigrante a sua nova pátria, buscando sustentar uma opacidade com ações de controle e silenciamento da língua alemã, mas que, na verdade, funcionaram de uma forma ambígua, como podemos ver em Payer, quando coloca que:

A fusão ambígua de sentidos transparece na sustentação opaca de diferentes perspectivas de nacionalização. Sua enunciação funciona ambigualmente, operando como se barrasse a diversidade, o heterogêneo do que constitui a população brasileira com suas várias línguas e memórias históricas produzidas a partir de lugares específicos no interior dessa história. Colocando-se no centro dos lugares, o Estado produz a partir unicamente de si como nação, uma lógica narrativa que vai aparecer como auto-evidente, transparente, sustentando uma memória discursiva específica junto à sociedade, e difundindo-a na ordem da escritura. Um misto de necessidade de autodefesa do Estado face ao contexto internacional e de uso retórico dessa necessidade resulta em um nacionalismo escoteiro, de teor dogmático, que apaga de modo quase inequívoco as memórias discursivas circundantes, dentre elas a dos imigrantes com suas línguas (2006, p. 97-98).

Mas o apagamento realizado pelo Nacionalismo no Estado Novo não levou a um silenciamento pleno, por parte dos sujeitos da língua, cuja prática lhes foi interdita. Nota-se assim um trabalho simbólico, entre a memória e o esquecimento, em que se apresentam aspectos bastante instigantes, do ponto de vista de uma estreita relação sujeito/língua. Nota-se que a língua apagada na história deixou seu vestígio na memória, como marca mesma do que foi apagado.

Assim, a língua “apagada” guarda um lugar na constituição do sujeito e na prática de linguagem, como um lugar de memória. Fazer-se através da Língua Portuguesa foi uma forma de negação da identidade do imigrante, mas se sua língua foi censurada, não foi silenciada, pois a percepção dessa materialidade está incutida em vários elementos constitutivos desse sujeito, do que ele traz como memória histórica, que se naturaliza pelos esquecimentos.

Orlandi (2007) reafirma que mesmo havendo a censura, algo sempre fica. Ficam os vestígios, pois o sujeito sempre está atrelado a sua memória.

[...] o real histórico faz pressão, fazendo que algo irrompa nessa objetividade material contraditória (a ideologia). O que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, insignificados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites (ORLANDI, 2007, p. 67).

A linguagem é caracterizada por sua incompletude, em que sempre há a possibilidade de outros dizeres e mesmo com a tentativa do silenciamento através da censura, imposta pelo discurso autoritário, podem-se abrir possibilidades de outros sentidos, permitindo, mesmo com a tentativa do silenciamento da língua alemã, há um deslocamento. Tenta-se, através de uma proibição apagar uma língua, mas ela continua presente na memória do imigrante alemão. Orlandi (2007) reafirma que mesmo havendo a censura, algo sempre fica. Ficam os vestígios, as marcas, remetendo, como diz Payer (2001) para o domínio do esquecimento.

7 A MEMÓRIA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS DE SENTIDO

Neste capítulo, buscamos fazer uma reflexão sobre a memória e os esquecimentos do sujeito imigrante e descendente alemão.

Apesar da tentativa de apagamento da língua e da cultura desses sujeitos, vemos que outros elementos simbólicos continuam significando nos sentidos da língua e do discurso. Para Payer (2006), a interdição não significou um apagamento absoluto da língua, pois mesmo silenciada, ela continua funcionando como lugar de memória.

Como forma de compreendermos a relação da memória com o discurso, trazemos a passagem, narrada por Milan Kundera (2008) “O chapéu de Clémentis”, sobre um dirigente comunista Gottwald, que em 1948 discursava para uma multidão, na sacada de um palácio em Praga. Estava muito frio naquele dia e Gottwald foi surpreendido com um gesto solidário de um de seus camaradas, chamado Clémentis, que tirou seu chapéu de pele e o colocou na cabeça do dirigente. Milhares de fotos deste dia foram reproduzidas pelo departamento de propaganda e distribuídas por todos os lugares. Gottwald com o chapéu e seus camaradas ao redor. Quatro anos mais tarde, Clémentis foi acusado de traição e o departamento de propaganda retirou-o daquela foto, restando somente Gottwald, com o chapéu e a parede vazia da sacada do palácio. De Clémentis restou apenas o chapéu.

Essa história nos faz refletir sobre a interdição da língua alemã no Estado Novo: o apagamento dessa língua funcionou discursivamente, como o apagamento da imagem de Clémentis da foto. Assim como o chapéu continua significando Clémentis, mesmo ele não estando mais na foto, assim também a língua alemã continua viva pelo viés da memória. Uma ausência presente que deixa seus resquícios em outras materialidades, que continuam significando, mesmo com a tentativa da anulação dos sentidos, gerados pela língua naquele contexto sócio-histórico do Estado Novo.

A ausência também é presença, por isso, tanto Clémentis quanto a língua alemã continuam significando através da memória discursiva que carrega os efeitos de sentido, produzidos a partir da imagem do chapéu na cabeça de Gottwald e da resistência gerada pela interdição da língua alemã, na Campanha de

Nacionalização.

Courtine afirma que a noção de memória discursiva vem da

relação entre interdiscurso e intradiscurso, uma relação que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retoma sentidos da memória, na atualidade de uma 'conjuntura discursiva', e que designamos como 'efeito de memória' (2009, p. 106).

Essa noção de memória não significa um retorno histórico e social do passado, mas, através do discurso, novos dizeres são construídos na atualidade, sustentados pelos pré-construídos no discurso do sujeito.

Se no acontecimento do Estado Novo certos sentidos só podiam aparecer nos entredizeres, nos silenciamentos, nas contradições, no “não-dito”, hoje podemos “ouvir essas vozes” que constituem uma discursividade própria. Esses sentidos estão materializados no cotidiano do descendente de imigrante seja na gastronomia, seja na arquitetura, nos jardins, nas festas, nas músicas, na variante fonética, enfim, elementos constitutivos do imaginário social e cultural do descendente de imigrante. O discurso se materializa em cada um desses elementos e também na própria língua alemã, que mesmo carregando ainda na memória, os efeitos da proibição, resiste, principalmente nas áreas rurais. A língua não está mais presente no coletivo da sociedade, mas se faz presente por meio de marcas que se amalgamam em meio a construções de língua portuguesa, como por exemplo: “pão com *schmier* (doce)”, “quer um *kaffe* (café)”, “traga o *Gibkarrer* (carrinho de mão)”. Esses são apenas alguns dos exemplos entre muitas palavras e expressões que ainda fazem parte da memória dos descendentes. São manifestações da língua fluida que, para Orlandi, “é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas” (2009, p. 18). É a língua em movimento, mobilizada pela criatividade, pelas imbricações de termos. E, assim, temos essa língua que vive e se transforma nos seus deslimites.

Para essa reflexão trazemos o papel da memória como interdiscurso e arquivo na produção de sentidos, e procuramos mostrar como estes se movimentam no discurso. É pertinente destacar nesse movimento, a paráfrase e a polissemia, dois processos que de dão entre o já-dito e o a-dizer.

Analisando o movimento metafórico, próprio do discurso, responsável pela substituição de um dizer por outro, chegamos a diferentes materialidades

constituídas pela via da interdição da língua, através da memória discursiva. Como exemplo, temos a arquitetura, ou seja, um já-dito, ao qual se sobrepõem outros sentidos, em razão do deslocamento das condições de produção. Um dos elementos mais marcantes dessa arquitetura das casas são os telhados e os lambrequins. Exploramos essa dimensão do discurso também nas festas típicas alemãs, trazendo efeitos de sentido que rompem as fronteiras das filiações discursivas e navegam nos entremeios dos sentidos estabilizados e de novos sentidos.

Payer evidencia que essa forma de integração “pode ser considerada uma forma particular de *exclusão*, a depender do lugar de observação adotado – de dentro ou de fora daquilo que se integra ou se exclui [...]. integrar e excluir constituem os polos complementares de um mesmo movimento” (2006, p. 100).

A campanha de nacionalização foi considerada um processo de apagamento de sentidos, mas estes continuam significando a partir da memória discursiva. Para Orlandi “com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e, logo, posições de sujeito que ele não pode ocupar; que lhe são interditadas” (2010, p. 60). Dessa forma, o silêncio coloca em funcionamento o apagamento de sentidos e, ao mesmo tempo, ele é uma forma de produzir resistência. A língua alemã não está mais na coletividade, mas está na memória discursiva, que continua produzindo vestígios da relação do interdiscurso com o intradiscorso, a partir da ideologia, do social e do histórico. Nesse sentido, para Pêcheux “o intradiscorso enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal ‘do exterior’” (2009, p. 154).

É o funcionamento da memória discursiva que traz a possibilidade de retomar os efeitos de sentido nos discursos construídos em outros lugares e épocas.

Podemos observar esse funcionamento da memória nas palavras de uma senhora que é neta de imigrantes, hoje com 80 anos, mas que ainda traz, no cotidiano de seu lar, palavras e expressões da língua alemã, que atravessam as fronteiras da língua nacional, demonstrando que os vestígios da língua permanecem naturalizados no cotidiano desse sujeito.

“A gente ainda sabe muita coisa em alemão. Na hora a gente pensa e ainda vem, mas não fala muito, porque hoje é tudo em brasileiro, mas ainda em casa

misturamos o brasileiro com as palavras em alemão”.

Nessa fala, percebemos que os descendentes carregam marcas da língua interditada e essas marcas estão materializadas na forma de referir-se à língua portuguesa: “hoje é tudo em brasileiro”, “misturamos o brasileiro”. Os sentidos permanecem na memória e ainda se apresentam no cotidiano de muitos descendentes, na forma da contra-identificação com a língua portuguesa.

A língua “apagada” guarda um lugar na constituição do sujeito e na prática de linguagem, um lugar de memória. Manifestar-se através da Língua Portuguesa foi uma forma de negação da identidade do imigrante, naturalizada pelos esquecimentos.

Dessa maneira, podemos perceber que, mesmo com a tentativa de assujeitar o imigrante e seu descendente dentro de uma ideologia dominante da nacionalização pelo Estado Novo, algo sempre falha, resiste ao domínio do discurso que buscava materializar a unidade da língua e da nação brasileira.

Dentro dessa perspectiva, vemos que o sujeito não é dono do seu dizer, e não está na origem de seu discurso, pois o sujeito se constitui na relação com o outro e pelo outro, na heterogeneidade, produzindo e reproduzindo o discurso do outro. Apesar disso, o sujeito é afetado pela ilusão de estar na origem do sentido e pela ilusão da realidade do sentido, produzidas pelos “esquecimentos”, conforme propostos por Pêcheux: esquecimento de nº 1 e esquecimento de nº 2, que fortalecem a ilusão discursiva do sujeito.

Para Pêcheux, o esquecimento nº 1 é o lugar do inacessível, por estar na ordem do inconsciente. Pêcheux (2009, p. 162) afirma que “o esquecimento nº 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão”. Esse esquecimento remete ao ideológico e ao inconsciente, dando a ilusão ao sujeito de que ele é dono do seu próprio dizer, acreditando que pode fazer suas próprias escolhas.

Já o esquecimento nº 2 é tratado por Pêcheux (2009, p. 161) como o processo

pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada.

Nesse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de selecionar certos enunciados e apagar outros, acreditando poder fazer escolhas do que pode ou não dizer.

O sujeito, ao entrar no processo do discurso acredita que esse discurso se origina nele, mas, na verdade, é ele que acaba se integrando nesse processo, afetado pela língua e pela história. Por isso, para Orlandi “o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos” (2009, p. 36). As ilusões apresentadas no esquecimento 1 e 2 de Pêcheux são necessárias para que a linguagem funcione, produzindo sentidos. É em razão dessas ilusões que o sujeito e o sentido se movimentam.

7.1 MATERIALIDADES SIMBÓLICAS: IDENTIFICANDO A MEMÓRIA

As observações apresentadas mostram que a interdição da língua alemã não garantiu o seu total apagamento, isso porque a língua se materializa no discurso através de elementos ideológicos, sociais e históricos. A língua não é transparente e deve ser vista pela sua exterioridade, em seu funcionamento, nas práticas sociais e políticas. Nesse viés, Pêcheux afirma que:

O sistema da língua e, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados [...] (2009 p. 81).

Essa formulação do autor nos permite refletir sobre a noção de formações imaginárias, as quais afetam todo sujeito e funcionam, tanto para garantir a paráfrase, a repetição; quanto para produzir a falha, o equívoco, a incompletude da língua e do discurso; por isso a deriva, o deslizamento, o que escorrega e vira outro. E, nesse sentido, para Orlandi “O lugar da falha, digo, é o lugar do possível: do

impensado” (2012, p. 77). Assim, não se pode pensar o real sem a relação da língua com o discurso, não esquecendo que:

A língua não é um sistema perfeito, ela é sujeita a falhas e está aí não um seu defeito, mas uma sua qualidade. A que permite que haja mudança, que os sujeitos, no furo da ideologia, ressoem suas singularidades na história, produzindo outros sentidos, em novas discursividades, na abertura da língua, que não se fecha. Sujeito e sentido, assim como as línguas estão sempre em movimento. Isto não querendo dizer que não haja instituições, modos de controle e limites. São estas as conjunturas da história (ORLANDI, 2009, p. 190).

Podemos então estabelecer que a língua seja capaz de falha nessa relação com o discurso e aí se encontram as condições para esse jogo que Pêcheux (2009) faz menção. Temos, então, um sujeito dividido, um sujeito falado pelo inconsciente. A respeito disso, Pêcheux, citando Lacan, afirma que:

Só há causa naquilo que falha, na medida em que ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non sense do sujeito dividido (PÊCHEUX, 2009, p. 277).

Com a interdição da língua, o sentido permanece no discurso, ou seja, o sentido não se apaga, ele se sustenta, trazendo essa relação de pertença. Por isso, com a interdição não houve um apagamento da língua, mas ela se encontra presentificada em outras materialidades.

Para apresentarmos as materialidades que estão constituídas naquilo que falha da língua, trazemos uma reflexão sobre a metáfora, como condição da linguagem, “onde intervém a ideologia, a memória discursiva, a deriva” (ORLANDI, 2012, p. 76).

7.1.1 A metáfora das construções

Com a intenção de promover um diálogo entre sentidos que se cruzam na memória, trazemos a metáfora que Pêcheux coloca como “processo sócio-histórico que serve como fundamento da “apresentação” (*donation*) de objetos para sujeitos” (2009, p. 123). Assim, temos a metáfora como constitutiva da produção de sentidos

e da constituição do sujeito que, por um movimento de transferência, produz um sentido por outro, “uma palavra por outra” (ORLANDI, 2012, p. 77), sustentada pela ideologia, pela memória discursiva, pela deriva. Essa deriva, esse deslizamento, nos leva a incompletude do sentido e do sujeito, fazendo com que haja a abertura do simbólico, já que a língua não é transparente e com isso, sujeita a falhas.

Temos esse lugar como o lugar do possível, que Orlandi apresenta como lugar em que “o irrealizado vem formando sentido do interior do não-sentido” (2012, p. 77).

Essa transferência pode ser observada em fotos que apresentamos, a seguir, de dois lugares distintos; um na Alemanha e outro no Brasil, e temporalizados no passado e na contemporaneidade. Elas representam o mesmo e o diferente produzindo sentido através de deslizamentos articulados pela metáfora. Tanto o mesmo, como o diferente são produzidos na história (ORLANDI, 2009).

Nas duas fotos, podemos considerar a construção simbólica e imaginária, que constituiu o sujeito migrante, o qual ocupava um lugar social, produzindo sentido e identidade, e foi essa posição que a memória discursiva mobilizou. Por isso quando se fala em discurso, fala-se em prática, em ação do sujeito no mundo, marcando sua posição num lugar social e numa posição discursiva, de onde esse sujeito se significa.

A primeira foto apresenta a cidade de Labau na Europa, região da antiga Prússia, de onde muitos imigrantes saíram, na segunda metade do século XIX; a segunda, São Bento em Santa Catarina, no Brasil, no início do século XX, lugar escolhido, por esses imigrantes, para construir o seu novo lugar, sua nova *Heimat* (pátria).

Figura 5 – Vista da cidade de Labau – Europa (século XIX)



Fonte: Pfeiffer (1997)

Figura 6 – Vista da cidade de São Bento (século XX)



Fonte: Pfeiffer (1997)

O que podemos observar, na materialidade das fotos, é o funcionamento da memória histórica, em que o sujeito migrante mostra um lugar de encontro entre a memória e a atualidade.

O sujeito, por estar inscrito em um determinado contexto sócio-histórico, produz aí nesse lugar, certa estabilidade de sentido, criando um lugar de identidade,

produzindo uma memória discursiva que se apresenta como algo já significado, um pré-construído, sendo inscrito em uma determinada formação discursiva. Essa memória, esse pré-construído pode ser visto nas imagens das duas cidades, pela formulação das fotos, na similaridade das construções das casas da 1ª foto (Labau) e a 2ª foto (São Bento), pois mesmo estando em lugares geograficamente diferentes, onde o clima, o solo, o relevo eram outros, mas as casas foram construídas nos mesmos moldes (europeus), com uma estrutura muito sólida, onde os tijolos compunham uma parede reforçada, buscando manter uma temperatura ambiente. Também os telhados eram altos e de grande inclinação, já que o frio na Europa era intenso e com muita neve. Essa estrutura ajudava no deslocamento dessa neve que se acumulava nos telhados, fato que não ocorria na região do planalto norte de Santa Catarina, onde, apesar do clima ser também muito frio, não havia precipitação de neve ou esta ocorria esporadicamente e em pequena quantidade. As janelas eram igualmente similares às europeias, sendo, não só do mesmo formato, mas distribuídas da mesma forma na arquitetura da casa.

Observamos também a formação da vila, com uma estruturação espacial semelhante à europeia, onde a disposição das construções e das ruas demonstrava uma materialização da memória constitutiva desse imigrante, e que simbolicamente reafirmava a sua identidade, aqui, na nova terra.

Mesmo com as condições precárias e com as dificuldades encontradas nesse novo lugar, os imigrantes buscaram manter o imaginário social e cultural trazidos da terra natal, fazendo com que a memória fizesse parte das práticas sociais, como pudemos vislumbrar nas construções e nas estruturas, referenciadas nas duas fotos. Mas é importante ressaltar, que sempre há os atravessamentos, pois estamos falando de um novo lugar. Isso fez com que as fronteiras da cultura, da língua desses imigrantes também fossem se transformando, já que não são fixas.

Essa tentativa de materializar a memória discursiva é apresentada por Pêcheux como “um acontecimento que restabelece os “implícitos” ou “pré-construídos” de dizeres que já foram ditos em outros contextos sócio-históricos” (2007, p. 52). Servem como suporte para a interpretação do real na qual o sujeito está inserido.

Dessa forma, retomamos a noção de arquivo, que Pêcheux apresenta

como “entendido em sentido amplo como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (2010, p. 50). Não podemos pensar o arquivo na AD como o armazenamento de papéis, mas o acesso a memórias que o sujeito toma como base documental para sua inscrição em um determinado discurso, para poder dizer-se presente nele, constituindo um espaço de confrontos e de deslocamentos de sentidos.

Assim começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do 'trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma' (PÉCHEUX, 2010, p. 51).

Esse espaço polêmico pode ser observado nas fotos das duas cidades, onde se estabelece uma ordem de seleção de alguns sentidos em detrimento de outros, produzindo uma nova discursividade.

Para a compreensão desse jogo de sentidos, é importante definir noções de memória enquanto arquivo e memória como interdiscurso. Para isso, Orlandi afirma que:

Enquanto arquivo, a memória tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos. O dizer nesta relação é datado. Reduz ao contexto, à situação da época, ao pragmático. Enquanto, interdiscurso, porém, a memória é historicidade e a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento (2003, p. 15).

Nessa perspectiva, temos a significação do sujeito que se inscreve no discurso, em uma tensão que podemos determinar como processos parafrásticos e polissêmicos.

Retomando Orlandi, os processos parafrásticos são apresentados como “aqueles pelos quais, em todo dizer, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (2009, p. 36). A paráfrase nos mostra um retorno ao espaço do dizível, ou seja, o imigrante, ao trabalhar com os mesmos sentidos, produziu a estabilização, um dizer sedimentado, reiterando-se, em um retorno constante ao espaço do já dito.

Orlandi ainda nos lembra de que “pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível:

produz a variedade do mesmo” (2009, p. 37). Ou seja, essa produtividade pode ser encontrada na repetição das formas de construção, tendo apenas algumas variações. Por isso podemos chamar a paráfrase de “matriz do sentido” (ORLANDI, 2009, p. 37).

O que observamos é a memória institucionalizada interferindo na formação da nova cidade, no Brasil, em uma articulação entre o imaginário, o simbólico e o real.

Mas é interessante observarmos o confronto dos sentidos causados pelo jogo da paráfrase com a polissemia, que nos leva a entender como trabalham o político e o linguístico na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos, podendo ser vistos na metáfora das construções. Pela repetição do dizer, os imigrantes fizeram suas construções sustentadas por uma memória que já os constituía, uma memória estabilizada, mas, por viverem o novo, o possível, o diferente, na nova terra, houve também a ruptura nessa memória, um deslocamento dos processos de significação produzido pela criatividade “fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua” (ORLANDI, 2009, p. 37). É a polissemia gerando um conflito com o já dito, através da “passagem do irrealizado ao possível, do não-sentido ao sentido” (ORLANDI, 2009, p. 38).

Nessa relação com o movimento, há um cruzamento incerto entre a mudança e a permanência, em que, nem um sujeito é tão visível e nem um sentido tão certo. Com isso, reporta-se ao silêncio que está sempre significando para que se possa ter um sentido.

Para Orlandi, o sentido sempre muda de caminho, não para (2002). Esse movimento é componente essencial na relação do sujeito com as formações discursivas, permitindo uma transformação dos sentidos, e não apenas uma reprodução destes.

O silêncio, no movimento dos sentidos, pode ser considerado parte da incompletude, trabalhando os limites das formações discursivas, produzindo tanto a polissemia (a-dizer) quanto à paráfrase (o já-dito). Para Orlandi, o silêncio trabalha os limites do dizer, com seus horizontes possíveis ou realizados (2010).

Uma das dimensões do funcionamento do silêncio tem relação com o

movimento do discurso na contradição entre o mesmo e o diferente, nesse jogo da paráfrase e polissemia. Esse movimento mostra-se antagônico no sujeito e no sentido, fazendo-se no entremeio da ilusão de um único sentido e o equívoco de todos os sentidos.

No exemplo apresentado, as casas, o desenho das ruas, a disposição das construções, o modo de organização dos espaços “livres” são re-significados em uma terra com clima próprio e diferente daquele trazido no imaginário dos imigrantes, pois nesse novo lugar não neva com tanta intensidade e raramente neva como na “velha pátria”, assim como outros tantos elementos do contexto da “nova pátria”, como a vegetação com árvores distintas das existentes na Europa e que diferem desse imaginário, na medida em que se constituem em outro real. Assim, ao mesmo tempo em que os saberes trazidos pelos imigrantes alemães foram reproduzidos nas práticas sociais, eles também tiveram que ser adaptados dentro das condições existentes na nova terra, em uma amalgama indiscernível, assim como é indiscernível nas fotos.

Apresentamos uma fotografia da cidade de São Bento do Sul na atualidade, onde podemos observar marcas do repetível, e também novos sentidos.

Figura 7 – Cidade de São Bento do Sul – século XXI



Fonte: Acervo da pesquisadora (2013)

Através da foto da cidade de São Bento do Sul, hoje, podemos refletir sobre um novo acontecimento discursivo que desloca e desregula os implícitos estabilizados parafrasticamente. Para Orlandi “é o momento imprevisível em que “uma série heterogênea de feitos individuais entra em ressonância produz um acontecimento histórico rompendo o círculo da repetição” (2012, p. 77). É um jogo de força na memória que se concretiza no choque do acontecimento entre a manutenção da regularização, em que a paráfrase negocia uma integração com o acontecimento, e a desregularização que vem desestabilizar os implícitos.

Pêcheux coloca essa relação como:

Efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os ‘implícitos’ não são mais reconstruíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições de interpretação (2007, p. 53).

Essa opacidade pode ser vista na imagem da foto da cidade atual de São Bento do Sul, que é um espaço polêmico, heterogêneo, com múltiplos sentidos. A imagem é atravessada e constituída por um discurso do qual a memória perdeu “o trajeto de leitura” (PÊCHEUX, 2007), ou seja, fazemos um anacronismo entre as construções antigas, seus jardins e quintais e a contemporaneidade das edificações modernas.

Trata-se de um confronto entre a paráfrase e polissemia, possibilitando uma desestabilização, dando novas leituras e transformando esse lugar em outro, que não é a cidade natal da primeira foto, nem uma cidade qualquer da contemporaneidade brasileira, pois existem aí marcas indeléveis de uma certa memória.

Portanto a memória é constituída por recortes, lacunas em que alguns sentidos são silenciados e outros excluídos. Para Pêcheux:

A memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais, históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de

desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos (2007, p. 56).

A partir dessa concepção, fica evidenciado o movimento dos sentidos, observados na foto da cidade de São Bento do Sul, hoje, com novas formas do “a-dizer”, onde não há mais a necessidade da transferência, sustentada por uma memória constitutiva. São os desdobramentos gerados pelo movimento da polissemia, mas sempre ancorado na paráfrase.

É nesse jogo que se constrói a memória do imigrante, em processos de paráfrase e de polissemia, de esquecimentos e de retomadas, de identificação e de contra-identificação.

7.1.2 Memória dos lambrequins

Dando continuidade à nossa reflexão sobre a memória, trazemos os lambrequins que são ornamentos de madeira, encontrados nas construções da antiga colônia de São Bento, em Santa Catarina, como em casas contemporâneas nessa mesma região.

Os lambrequins, bem como qualquer outro objeto simbólico que aqui é tomado como discurso, produz sentido na relação com outros discursos. Vemos essa materialidade como mais um lugar de memória e de identidade do sujeito imigrante e de seu descendente.

As duas temporalidades distintas, constitutivas dos lambrequins, nos permitem perceber o jogo da memória e do esquecimento de maneira particular. Por um lado temos os lambrequins do passado, vindos com os imigrantes da Europa, enfeitando suas primeiras casas na nova *Heimat*, materializando a memória de seu lugar de origem. Por outro lado, temos os lambrequins, hoje, produzindo sentidos diferentes, mas ainda como ornamento relacionado aos imigrantes e sua cultura.

Tendo em vista essa delimitação temporal, vemos que “os lugares de memória sobrevivem devido a sua aptidão à metamorfose, valendo-se de uma incessante retomada de suas significações e da propagação de suas ramificações, mas ao mesmo tempo sem perder a identificação” (DIAS, 2003, p. 82).

Nessa perspectiva trazemos um pouco das condições de produção que

permeiam a memória através dos lambrequins. Os imigrantes alemães que formaram a colônia de São Bento enfrentaram uma realidade dura: mata virgem, floresta densa, povoada por inúmeros animais e pássaros. Foi preciso muita coragem e vontade de trabalhar para construir aqui uma réplica, ao menos parecida da pátria que deixaram. Também trouxeram sua história, usos, língua e saudade. São Bento do Sul descobriu, na transformação da madeira, sua vocação. No início, a madeira da floresta moldou ranchos, cercas e vendas. Antes das indústrias vieram as serrarias, carpintarias, barricarias, tamancarias e marcenarias. As rodas d'água, de tração animal, moviam serras, furadeiras e tupias. Da imbuia, do pinheiro eram produzidos móveis, cabos de ferramentas, equipamentos para agricultura, carroças e lambrequins, um ornamento em meio a tantos instrumentos. A partir de formas de papel ou tecido, eram entalhados em madeira formando um verdadeiro bordado. No sul foi trazido pelos imigrantes alemães, poloneses e italianos. Os imigrantes alemães fixavam suas casas de madeira no centro de grandes terrenos, com jardins na frente e quintais nos fundos.

Os telhados, normalmente com duas águas, eram cobertos com telhas chatas alemãs ou de Marselha, e os lambrequins tinham a função de “pingadeira”, evitando que a água da chuva caísse nos passantes, e também protegiam os madeirames da cobertura, já que os filetes de água da chuva caíam diretamente no solo.

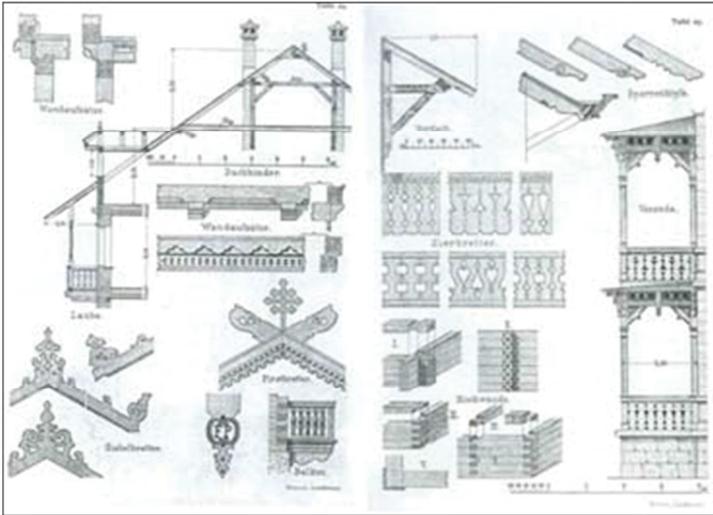
O típico lambrequim encontrado no sul do Brasil, trazido pelos europeus, possuía, segundo os antigos artesãos, desenhos específicos que determinavam as regiões da terra natal. Os encontrados nas casas alemãs eram trabalhados com linhas sinuosas e rendados. Também era muito comum encontrar lambrequins inspirados em elementos da natureza como gotas d'água, filetes de neve, cachos de uva, pétalas, tulipas, cedros e folhas de louro e carvalho. Estes eram recortados em pinho (araucária) ou imbuia, madeira abundante na região. As cores tradicionalmente utilizadas (verde, branco, marrom, amarelo e azul) remetiam aos tons encontrados na natureza da “velha” pátria.

Esses eram alguns dos motivos utilizados pelos imigrantes que utilizavam esse ornamento também para enfeitar o interior de algumas casas, encontrados em objetos de uso doméstico, como toalhas de mesa, vasos e móveis, mas

essencialmente usados na decoração das casas como adorno nas escadas e nas soleiras das varandas.

A seguir, observamos o funcionamento da memória nas imagens dos lambrequins.

Figura 8 – Modelos de lambrequins



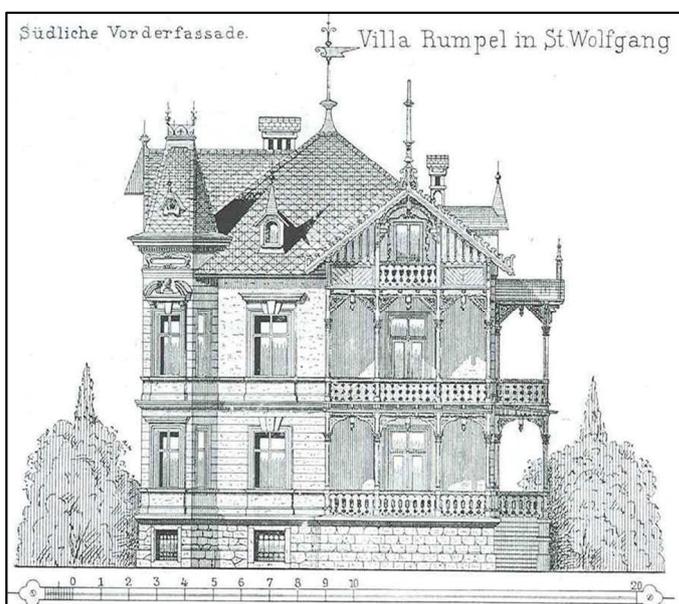
Fonte: Pereyra (2006)

Vemos detalhes trabalhados em madeira que eram encontrados, normalmente nas casas burguesas. Esse rebuscamento trabalhado na madeira, a sua estética, não diria respeito à construção em si, e era um trabalho feito de memória. Para criar os seus desenhos, os imigrantes buscavam inspiração em “catálogos feitos por arquitetos alemães da cidade de Leipzig, nas décadas de 1900, 1910 e 1920” (PEREYRA, 2006, p. 212). Para Eiseman “a memória torna-se concreta em pedras e cunhagem: algo que sirva como lembrete e advertência, e algo que sirva como um ponto de partida para pensamento ou ação” (2001, p. 273), ou seja, esse trabalho de lambrequins não é apenas um trabalho arquitetônico, mas quase uma arte. Objeto de extrema beleza, significavam “status” social do proprietário da casa que o ostentava. Portanto, além da materialização de uma memória, esse objeto produz, ainda, uma individuação do sujeito, que “remete o sujeito a um processo de identificação, a uma posição sujeito na sociedade”

(ORLANDI, 2011, p. 22), mostrando a necessidade desse sujeito de um laço social, sendo parte do grupo a que “pertence” e estabelecendo um modo de pertencimento. Essa individuação, relacionada à sociedade, resulta em um “eu comum”. Ao individuar-se, o imigrante se projeta em uma posição-sujeito que o leva a ideia de pertencimento e o lambrequim o legitimava dentro dessa comunidade.

Na sequência, temos duas construções do início do século XX, onde os ornamentos em madeira se apresentam dentro de uma proposta arquitetônica de urbanidade.

Figura 9 – Modelos de lambrequins



Fonte: Pereyra (2006)

Figura 10 – Modelos de lambrequins



Fonte: Pereyra (2006)

Segundo Indursky, a repetição pode levar a um deslizamento, uma ressignificação, uma quebra do regime de regularização dos sentidos:

Se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão construir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (2011, p. 71).

Essa quebra da regularização se apresenta em um acontecimento novo que vai perturbar a memória e pode provocar a interrupção da regularização (PÊCHEUX, 2007). No contexto sócio-histórico brasileiro, a imigração foi um acontecimento novo, e com ela, também a utilização dos lambrequins nas casas.

Assim, temos a repetição não como reiteração do mesmo, mas podendo abrir-se para outras possibilidades, pois para Pêcheux “a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (2007, p. 53). São utilizados os mesmos lambrequins, demarcando o lugar da repetição, mas se produzem novos

sentidos para eles.

As fotos de construções com lambrequins do início da colonização e as fotos de construções contemporâneas apresentam o suporte para compreender o lugar da memória entre as fronteiras da temporalidade, considerando os sentidos do mesmo e do diferente na construção da memória.

Figura 11 – A “Botica” em 1896 e Casa da Família Moeller construída em 1900



Fonte: Pfeiffer (1997)

A primeira foto mostra os patriarcas das famílias que chegaram a São Bento entre 1873 e 1877 e a construção ao fundo era a “botica” dos Bollmann. Observamos os lambrequins sendo utilizados como um adorno e pinguadeira na fachada da construção.

A segunda foto apresenta a casa pertencente à família Moeller, construída na década de 1900. Nela, os lambrequins evidenciam o adorno e a abundância da madeira na região, além de demonstrar a capacidade do imigrante de

trabalhar no ofício da carpintaria. Também era uma forma de visibilidade social em que “os burgueses da cidade se identificavam com seus desejos de exibição social” (PEREYRA, 2006, p. 213).

Figura 12 – Estação Ferroviária de Rio Negrinho – SC (2012).



Fonte: Acervo da pesquisadora (2013)

Na imagem acima, temos a construção da estação ferroviária de Rio Negrinho, onde se observam os lambrequins em forma de tulipas, muito comuns nas casas de imigrantes alemães.

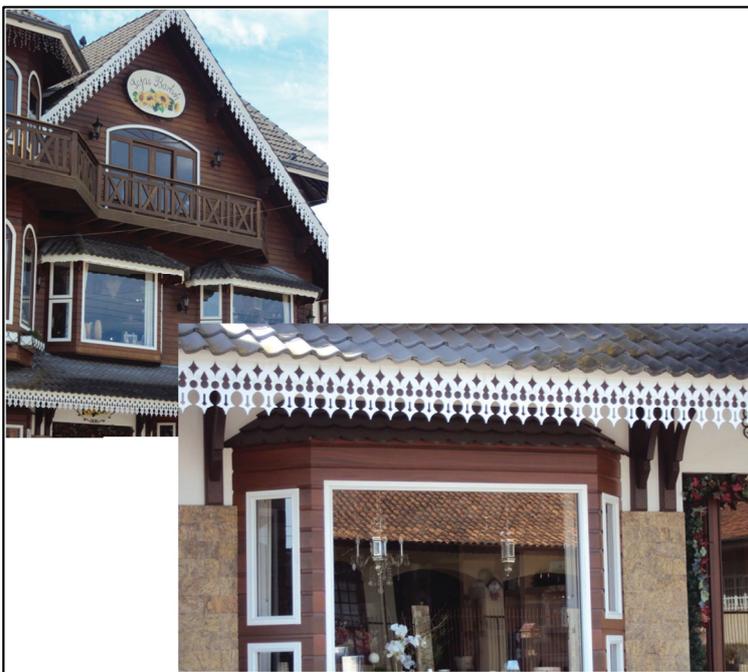
Na sequência, temos os lambrequins na contemporaneidade, no movimento da memória, entre o mesmo e do diferente, produzindo os deslizamentos de sentido através da temporalidade. Os sentidos já são outros e se encontram fora do contexto do início da urbanidade.

Figura 13 – Construção na cidade de São Bento do Sul – SC (2012).



Fonte: Acervo da pesquisadora (2012)

Figura 14 – Construções na cidade de Campo Alegre – SC (2012).



Fonte: Acervo da pesquisadora (2012)

Figura 15 – Construções na cidade de Campo Alegre – SC (2012).



Fonte: Acervo da pesquisadora (2012)

Payer apresenta a noção de discursividades temporalizadas, em que objetos que significam em um contexto sócio-histórico, ao serem trazidos para outro contexto são tomados por uma abertura

porque a comparação restabelece, no real do discurso, pela materialidade discursiva, os sentidos que a enunciação permite circunscrever ao passado; ao mesmo tempo, desloca esses sentidos ao colocá-los em correlação com outros de natureza “semelhante”, embora concernentes a formações discursivas distintas (2006, p. 189).

A aproximação entre o passado e o presente não só atualiza os sentidos, mas, para Payer, “expõe uma disparidade entre as práticas” (2006, p. 176).

É na discursividade dos novos lambrequins, com novos desenhos, novas cores, com uma relação distinta daquela em que se apresentava como pingadeira na Europa devido à neve e a necessidade de manutenção dos madeirames, que vemos esses elementos re-significados, mostrando que os sentidos já não são os mesmos. São os novos sentidos trazidos para a memória pelo movimento nos discursos.

Hoje, vemos que as construções são, na maioria, de alvenaria, com outros componentes que fazem a função dos lambrequins. Mas eles ainda são utilizados como um adorno que retoma um passado como forma de significação do

presente. Com isso há um efeito de passado produzido no presente.

7.1.3 As festas típicas como representação da memória

Durante as festas típicas alemãs, são rememoradas as músicas, as danças, a gastronomia e o cotidiano do imigrante da época da colonização, sendo ritualizados, hoje, através de concursos de tiro, de chopp, de serrador e outras atrações que buscam materializar a memória do imigrante.

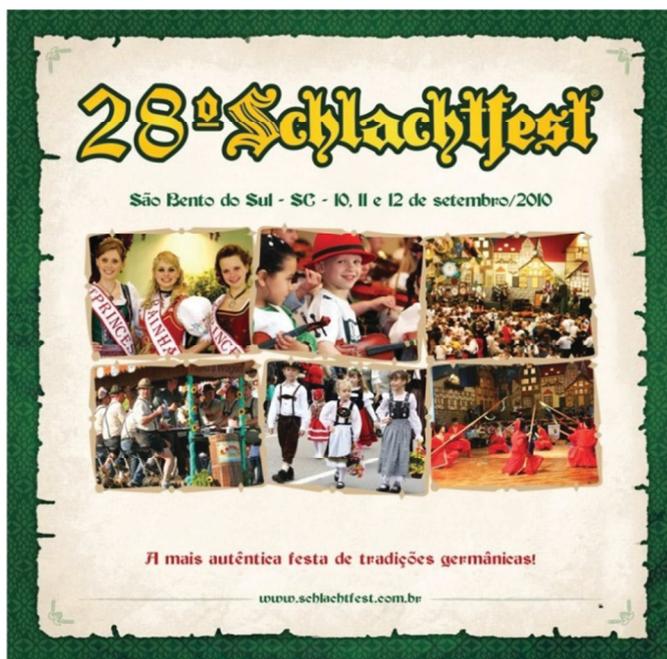
Pêcheux apresenta a rememoração colocando-a na perspectiva discursiva como “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos -“significantes”- em uma formação discursiva dada”(2009, p. 148)

Podemos trazer para a rememoração vestígios de um passado dos imigrantes alemães que aflora no presente sob a forma de recordação que sustentam e atualizam saberes de uma FD dominante, mas que emerge de outras FDs.

A rememoração, constituída pela memória discursiva, está nos domínios do pensamento e “se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.” (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

Assim, temos pelos pontos de estabilização, os traços de identificação, nos quais os sujeitos se reconhecem, trazendo nos discursos de rememoração o imaginário e o simbólico, que têm o imaginário como a ilusão do sujeito de se identificar em uma determinada formação discursiva e o simbólico está sustentado pela ideologia que vai fornecer todas as evidências para que esse sujeito entre na ordem do simbólico (PÊCHEUX, 2009).

Figura 16 – Schlacktfest-Festa típica de São Bento do Sul



Fonte: Site da Sociedade Ginástica de São Bento do Sul- SC

Figura 17 – Oberland - Festa típica de Rio Negrinho



Fonte: Site do Grupo de Dança Oberland de Rio Negrinho - SC

Esses são registros fotográficos das festas típicas alemãs que ocorrem hoje na região. Temos a *Schlacktfest* (festa da matança ou festa das carnes) que acontece desde 1966 em São Bento do Sul e a *Oberlandfest* (terra acima) em Rio Negrinho, que é coordenada pelo grupo folclórico germânico Oberland e é promovida desde 1990. Mas as festas típicas alemãs já eram comuns na região. Em 1935, quando Rio Negrinho ainda era uma pequena vila, já se realizavam essas festas e em São Bento do Sul também acontecia o *Bauernball* (baile camponês). Elas nasceram devido aos anseios dos descendentes alemães que queriam preservar suas tradições e também como forma de integração das famílias desses descendentes.

As festas típicas alemãs podem nos trazer sentidos distintos. Uma das formas de significar essas festas é produzida pelo turista, que as interpreta como espetáculo, como um produto a ser consumido, contrapondo-se à visão dos

descendentes dos imigrantes que veem nas festas uma rememoração, onde se afirmam valores culturais trazidos pelos ancestrais. O sujeito turista não está afetado pela memória histórica que faz significar diferentemente cada uma dessas formas de convívio social.

A desidentificação também pode ser verificada na figura do comerciante que trata o ritual enquanto mercadoria. É a posição-sujeito se inscrevendo em outra FD, em que os saberes circulam com sentidos relacionados a uma sociedade capitalista, quando a produção cultural está direcionada à produção econômica.

Para Seyferth “existe um artificialismo apenas aparente nessas festividades” (1998, p. 25), já que há um resgate simbólico da memória, como no caso das danças e canções executadas nas festas atuais e que têm como base as antigas Sociedades de Canto, desaparecidas com a campanha de nacionalização.

Dessa forma, a nossa reflexão está pautada no olhar do sujeito descendente do imigrante, que traz a memória como elemento constitutivo de sua identificação e do reconhecimento com os saberes da cultura alemã. Essa memória está presente nas formações imaginárias desses sujeitos e são materializadas em elementos simbólicos que, mesmo não estando presentes cotidianamente em práticas sociais, são mobilizadas nas festas. Para os descendentes de imigrantes, um alemão, embora em outro país, sempre será um alemão, e a festas típicas os fazem se reportar a um lugar de memória e se reconhecerem com um alemão imaginário. Esse processo de subjetivação desses descendentes resulta em práticas muito distintas daquelas que acontecem na Alemanha, hoje, pois os elementos simbólicos que fazem os descendentes de imigrantes se identificarem como alemães são materializações de uma memória cujas práticas estavam sustentadas por condições sociais, históricas e ideológicas determinantes para sujeitos que saíram da Alemanha no século XIX.

Para Orlandi (2003, p. 15), os sujeitos, “na prática simbólica realizam essa passagem: instituem um outro lugar de sentidos estabelecendo uma outra região para o repetível (a memória do dizer) aquela que a partir de então vai organizar outros e outros sentidos”.

7.1.4 Marcas da memória

Trazemos, para finalizar esse capítulo, imagens contemporâneas que retratam a vida dos descendentes de imigrantes alemães. Essas imagens, como forma material de linguagem, funcionam produzindo sentidos. É uma forma de dizer, e a opção por apresentá-las ultrapassa as dimensões do verbal, sendo composta por elementos que deixam entrever o inquietante retorno da língua silenciada, pela sua incompletude que leva ao deslizamento, a falha e vira outro: na arquitetura, nas bolachas, nos bordados, nos jardins e quintais, enfim, no cotidiano sustentado pela memória.

Estas imagens representam a memória desses sujeitos, de práticas que são retomadas e (re) significadas no presente, produzindo um confronto com o que ficou silenciado, resistindo como um resíduo discursivo, podendo ser mobilizado de outras formas e em outro tempo histórico (MARIANI, 1998). Dessa maneira vemos que a língua alemã continua a funcionar no sujeito como um lugar de memória, permanecendo em outras materialidades como traços da língua que foi apagada na campanha de nacionalização.

Figura 18 – Marcas da memória no cotidiano dos descendentes de imigrantes



Fonte: Acervo da pesquisadora (2013)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viajar nas águas da Análise do Discurso me foi como estar à deriva no mar, envolta por ondas infindáveis, sem fronteiras, em cujos entremeios se veem os sentidos do discurso, dando a sensação de estabilidade/desestabilidade, de equilíbrio/desequilíbrio, localizando e deslocando, deixando entrever novos sentidos que vão se fazendo/desfazendo nesse mar infinito de movimento.

Nessa viagem fomos sustentados pela curiosidade de percorrer um caminho que nos levasse a compreender o funcionamento da memória e esquecimentos do sujeito imigrante alemão, gerados pelo silenciamento da língua alemã, além de analisar como os discursos se produziram nesses sujeitos a partir da interdição da língua alemã.

Para isso, procuramos elaborar a tese, buscando primeiramente sustentá-la pelos princípios que norteiam a Análise do Discurso francesa criada por Pêcheux e por um aporte teórico que fundamentou todo o nosso percurso de análise, contando com inúmeros trabalhos de autores brasileiros.

Considerando as noções de língua fluida e língua imaginária, formuladas por Eni Orlandi, trabalhamos o confronto de sentidos de língua nacional e de língua materna. Vimos que o Estado nacional brasileiro trabalhou para ter uma língua calcada no monolinguismo, que produzisse a unidade imaginária e homogênea desse Estado: a língua nacional, que foi responsável pelo efeito de sentido de soberania nacional, e na qual todos os cidadãos deveriam se inscrever. Para o governo, a construção de um Estado forte, com uma identidade própria, passava pela imposição da língua comum, assim, a nacionalização do imigrante era fundamental. A língua materna dos imigrantes era a língua nacional de outro país e, assim sendo, uma língua estrangeira que deveria ser tratada como um perigo à soberania nacional, por isso tinha que ser interdita. Como consequência desse ato, tivemos o apagamento da língua materna do imigrante, que era o lugar simbólico de identificação desse grupo social.

Quando se toma uma língua como estrangeira, já se determina para ela um lugar de interpretação, uma posição em um discurso. O estrangeirismo está na interpretação da língua, pois depende do contexto histórico e ideológico, dos

movimentos sociais e das forças que a interpretam. Por isso, a língua não pode ser chamada de materna, nem de estrangeira, nem de nacional a priori. É no lugar da interpretação que determinamos a língua.

Como protagonistas dessa viagem, apresentamos o sujeito que para a AD não está constituído definitivamente. Está sempre sujeito a falhas, na deriva, na iminência de novos sentidos, o que nos levou a compreender o movimento do sujeito imigrante por diferentes lugares discursivos, que o determinaram como sujeito de diferentes pátrias.

Refletimos sobre a relação da língua e da nação, e como essa relação foi construída no imaginário desse imigrante. Buscamos também relacionar os sentidos de nação para esse imigrante alemão e para o brasileiro (não imigrante alemão), dentro de um contexto histórico da nacionalização.

Partindo desse pressuposto, abordamos a historicidade desse grupo social, procurando um trajeto determinado pela perspectiva discursiva. A importância de apresentar as condições de produção dessa imigração consistiu em compreender como a identidade desse sujeito foi sendo significada e, principalmente, pensar a relação entre identidade e língua na construção do imaginário de “ser um sujeito imigrante alemão”. Para isso, foram mobilizados sentidos de nação a partir da posição do sujeito imigrante alemão e do sujeito não imigrante; sentidos materializados em diferentes formações discursivas em confronto.

Para o sujeito brasileiro não imigrante alemão, o sentido de nação está vinculado ao sentido do *jus soli* (direito pelo solo), diferente de uma nacionalidade determinada pelo sangue (*jus sanguinis*) como é o caso da nacionalidade alemã. Assim, para esse sujeito imigrante, havia uma desvinculação entre nacionalismo e cidadania, o que possibilitava sua identificação tanto como alemão quanto como cidadão brasileiro, ambiguidade não admitida pelo Estado brasileiro. Essa condição de (dupla) identidade produziu o efeito de sentido de risco (perigo alemão), sentido que mais tarde viria a se somar aos conflitos bélicos, principalmente da Segunda Guerra Mundial. Os colonos imigrantes passaram a responder por sua identidade alemã, na medida em que a essa se sobrepunha a condição de ser nazista, independente da realidade do sujeito.

Partindo da concepção de que a identidade é um processo inacabado,

sempre em formação, é importante ressaltar que o sujeito imigrante vai sendo interpelado por todos esses sentidos, que passam a ser constitutivos de sua identidade. Uma identidade sendo construída nos entremeios de múltiplos discursos.

Essa problemática desdobra-se na tese em vários movimentos de análise, a começar pela análise da relação do nacionalismo com a Escola. A respeito disso, o objetivo do governo da Primeira República brasileira era de deixar a cargo dos governos estaduais a legislação da educação básica. Com isso, Santa Catarina buscou a nacionalização das colônias estrangeiras, restringindo o funcionamento das escolas alemãs e introduzindo a língua portuguesa nos currículos escolares das crianças. A partir do Estado Novo, com a instituição de uma política linguística mais repressora, pudemos observar que a interdição da língua alemã no meio escolar foi uma forma de legitimar a língua portuguesa através da escrita, fazendo com que as crianças se identificassem com essa nova língua e com todos os elementos de civilidade que se sustentavam nela, estabelecendo, com isso, uma exclusão da língua alemã dentro da prática escolar, e por consequência também no âmbito social e familiar¹⁵.

Os efeitos de sentido produzidos na/pela história, que estão naturalizados pelo “esquecimento” do sujeito, emergem em marcas linguístico-discursivas, da memória discursiva, permanecendo no não-dito, apagadas, silenciadas, mas ainda ressoando involuntariamente, constituindo esse sujeito que foi interditado pela política linguística do Estado Novo, Mesmo no silêncio algo sempre é dito.

Continuando a reflexão sobre a interdição da língua e do sujeito imigrante na campanha de nacionalização efetivada por Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo (1937-1945), buscamos compreender o processo de interpelação-identificação do sujeito por/com várias medidas impostas pelo governo de Vargas. Entre essas medidas, tivemos como corpus de análise o Decreto-Lei Federal nº 1545, de 1939, que objetivava silenciar o imigrante através de sua língua e de todos os elementos que o identificavam dentro de sua comunidade, além de decretos-leis e documentos

¹⁵Cabe dizer ainda que a escola continua sendo excludente em relação a língua, pois os vestígios da língua alemã encontrados no âmbito da oralidade na língua portuguesa, são ainda ironizados e colocados como “erros” dentro da legitimidade da língua portuguesa, levando muitos falantes a terem vergonha de seu sotaque.

municipais que consolidaram a interdição da língua no âmbito municipal, impondo aos sujeitos uma identificação forçada ao projeto nacionalizador.

Os dispositivos presentes no decreto referenciavam a língua alemã tomada como uma oposição à língua portuguesa, enquanto língua nacional. Dessa maneira vimos que os sujeitos falantes da língua alemã, não eram significados como “brasileiros”, mas como “brasileiros de origem estrangeira”, representando uma ameaça à unidade nacional e, em consequência, havia a necessidade da interdição da língua alemã. Com isso, o lugar desse sujeito alemão na brasilidade é apagado, pois com a interdição de sua língua ele se vê silenciado em seu direito de se dizer e de se identificar como cidadão brasileiro, já que era determinado como “descendente de estrangeiro”.

É importante lembrar que o sujeito sempre é afetado pelo inconsciente e pela ideologia e, por isso, ele não se torna livre, mesmo desidentificando-se com a FD que o domina. Essa reflexão nos reporta à carta do Prefeito de São Bento, escrita e enviada a Getúlio Vargas pelo seu aniversário, que foi apresentada como *corpus* de análise, em que o prefeito, constituído pelos saberes do sujeito imigrante alemão, mas em função do cargo que ocupava, inscreveu-se também em outra FD, deslocando-se de uma posição-sujeito para outra. Mas o já-dito, o que é anterior e independente (dito em outro lugar), continua significando, fazendo eco nessa nova FD na qual ele se inscreveu. Isso mostra que as fronteiras das formações discursivas são instáveis e que o sujeito não é dono do seu dizer e de suas escolhas. É preciso que algo já fale antes em outro lugar pela memória discursiva desse sujeito. É um já dito, sendo o sustentáculo do que é dito, um pré-construído, conforme Pêcheux, ao referir-se ao termo proposto por Paul Henry, remetendo a uma construção anterior e exterior.

Buscamos também compreender como a língua silenciada continuava a funcionar em outras materialidades discursivas. Apesar de seu apagamento, ainda hoje temos a sua materialização através do funcionamento da relação do simbólico com a memória discursiva. Essa memória continua funcionando como efeito de passado no presente, produzindo um passado discursivo, no presente.

Assim, a língua alemã, mesmo não sendo mais falada nas comunidades de imigrantes, desloca-se e continua sustentando e sendo sustentada em outras

materialidades, como na arquitetura, na gastronomia, nos jardins, quintais, nos lambrequins, e tantas outras materialidades. Ou seja, é o efeito da metáfora funcionando no discurso, através da transferência, mostrando os deslizamentos de sentidos que são produzidos pelo lugar da interpretação, da historicidade e da ideologia, na relação da língua e do discurso.

Desse modo, vimos através dessas materialidades, em temporalidades distintas, esse efeito metafórico, que mostrou seus deslizamentos, os deslocamentos de sentido produzidos nas relações de paráfrase e de polissemia. Tomando como exemplo os lambrequins, percebemos que aquele utilizado pelo imigrante significou diferentemente, em relação ao mesmo lambrequim, significado hoje, pelo sujeito descendente. Esse último o significa como um ornamento que se relaciona ao passado, no presente, através da memória e ao mesmo tempo, através de tudo que já foi esquecido, apagado, silenciado. Com isso, vemos, hoje, o sujeito descendente como um sujeito brasileiro, sem adjetivos, mas que ainda é interpelado e se identifica e se inscreve nos saberes das formações discursivas dos imigrantes alemães, em um movimento ainda em curso, na medida em que “escolhe” determinadas formas materiais e não outras (na arquitetura, nos jardins, na culinária, nas festas, etc).

Esse percurso que fizemos nos trouxe a possibilidade de tornar visíveis certos gestos de interpretação que constituem um momento crucial da nossa história: o momento da homogeneização de um discurso para o Brasil, conforme nosso próprio gesto de interpretação.

Foi possível, por meio da pesquisa aqui desenvolvida, compreender que nenhum sentido pode ser calado totalmente, enquanto houver sujeitos com ele identificados, e que nenhuma política de Estado é capaz de impedir essa identificação, porque, como entendemos na AD, o político é o confronto de “dar” e “calar” vozes. É sempre o movimento. No entanto, como pudemos também compreender, toda política de Estado afeta os modos de identidade dos sujeitos e o seu poder (poder dizer, poder fazer, poder sentir).

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Visconde de. Memória sobre os meios de promover a colonização. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, a. 2, n.2/3, 1941.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

AMMON, Wolfgang. **Chronica do Município de São Bento**. Tradução Elly Herkenhoff. Joinville: Typografia Boehm, 1911.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, A.M.F. **História da educação brasileira**. Uma interpretação crítica do analfabetismo no Brasil (1930-1945). 1994. Tese (Doutorado em Educação). – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 19, dez. 1990.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer**: a economia das trocas linguísticas. Trad. Wanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

BRASIL (Presidente) 1930 1945 (G. Vargas). **Mensagens presidenciais 1933-1937, Getúlio Vargas**. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. (Documentos parlamentares, 126).

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. 2 ed. rev. e atual. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

_____. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática**: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. **Langages**, (préface de M. Pêcheux). Paris: Larousse, n. 64, 1981.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: FLACSE, 2005.

DAVALON, Jean. A imagem, uma arte na memória? In: ACHARD, Piere et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Ed., 2007.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Trad. De Junia Barreto. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2002.

DI RENZO, Ana Maria. Liceu Cuiabano: Língua Nacional, Religião e Estado. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas, SP: Pontes, 2002.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) **Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáseres, MT: Unemat, 2001.

_____. Ser brasileiro hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1988.

ECKERT-HOFF, Beatriz. (Dis)sabores da língua ma(e)terna: os conflitos de um entre-lugar. In: ECKERT-HOFF, Beatriz Maria; CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

EISENMAN, Peter. A imagem como memória. In: MANGUEL, Alberto **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Claudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FÁVERI, Marlene de. **Memória de uma (outra) guerra**. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FICKER, Carlos. **São Bento do Sul: subsídios para sua história**. Joinville: Ipiranga, 1973.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1991.

FOUCAULT, Michel et al. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971. (Comunicações; 3).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas: Alínea, 2001.

FURET, François. **O passado de uma ilusão**. São Paulo: Siciliano, 1995.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. O discurso na história da Linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, Solange Leda. **Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva**. Blumenau: Nova Letra, 2008.

_____. **Discurso da escrita e ensino**. 2.ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. O ensino da Língua “Materna” no Brasil do século XIX: a mãe outra. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. A autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.1, n. 2, p. 1-364, jan./jun. 2001.

_____. **Como o texto se produz**: uma perspectiva discursiva. Blumenau: Nova Letra, 2008.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação física progressista**: a pedagogia crítico social dos conteúdos e a educação física brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.

GRUPO OBERLAND Disponível em <<http://www.oberlandfest.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET; Françoise; Tony Hak (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010.

HERKENHOFF, Ely. **Joinville ontem e hoje**. Joinville: Arquivo Histórico, 1981.

HOBSBAWM, Eric John. **Nações e nacionalismo desde 1798**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **A era do capital 1848-1875**. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

KIPPER, Maria Hopper. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Catarina**. Santa Cruz: APESC, 1979.

KOCH, Walter. A escola evangélica teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (Org.) **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneses. Florianópolis: Ed da UFSC; Tubarão: Ed. da Unisul, 2003.

KORMANN, José. **Histórico da estrada Dona Francisca**: de Joinville por Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho a Mafra. Florianópolis: IOESC, 1989.

_____. **Prefeitos de São Bento do Sul e a história de sua gestão.** Blumenau: Nova Letra, 2006.

KUNDERA, Milan. **Livro do riso e do esquecimento.** Rio de Janeiro: Companhia do Bolso, 2008.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara (Org.). **Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos:** Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro & João Ed., 2013.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDO, Eni Puccinelli (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade.** 2 ed: Campinas, SP: Pontes Ed., 2010.

LUNA, José Marcelo Freitas de. A política governamental para o ensino de português a imigrantes alemães no Brasil: geradora e destruidora da experiência da escola teuto-brasileira. *Revista AMPOLL*, n. 8, p. 59-86, jan./jun. 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Pontes, 1989.

MALDIDIÉ, Denise. **Inquietação do discurso.** Campinas: Pontes Ed., 2003.

MALSCHITZKY, Donald. **Pequenas histórias de São Bento do Sul.** São Bento do Sul: Oficina da Impressão, 2010.

MARIANI, Bethani. **O PCB e a imprensa: os caminhos no imaginário dos jornais (1922-1989).** Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.

_____. Língua nacional e pontos de subjetivação. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 37, n.3, p. 25-31, set./dez. 2008.

_____. Quando as línguas eram corpos: sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Política linguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Ed., 2007.

_____. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.** Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Ed., 2001.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino.** Florianópolis: UFSC, 1984

NECKEL, Nadia Regia Maffi. **Tessitura e tecedura: movimentos de compreensão do Artístico no Audiovisual.** Campinas, SP: [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolinguísmo e preconceito linguístico, In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (Eds). **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes Ed., 2003

_____. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas. SP: Pontes Ed., 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5.ed. Campinas. SP: Ed. da Unicamp, 2002.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3.ed. Campinas, SP: Pontes Ed., 2008.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: Pontes Ed., 2012.

_____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(em) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Ed., 2007.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Ed. RG, 2009.

_____. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalegrense. In: _____ (Org.). **Discurso, espaço e memória**: caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas: Ed. RG, 2011.

_____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP (NUDECRI). Campinas, SP, n. 4, mar. 1998.

_____. Segmentar ou recortar. In: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba: Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. (Série Estudos; 10).

_____. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. A Interdição da Língua dos Imigrantes (Italianos) no Brasil: Condições, Modos, Consequências. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Ed., 2001.

_____. Discurso, memória e oralidade. **Revista Horizontes**, v. 23, n. 1, jan./jun. 2005.

_____. Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Política Linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes Ed., 2007.

_____. Imigrante: sujeito moderno dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: FONTANA, Mônica G. Zoppi (Org.). **O português do Brasil como Língua transnacional**. Campinas, SP: Ed. RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio.. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. (Org.) **Papel da memória**. Campinas: Pontes Ed., 2007

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes Ed., 2008.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethânia Mariani [et al.]. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2010.

_____. Foi “propaganda” mesmo o que você disse?. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux (Textos escolhidos). Campinas, SP: Pontes Ed., 2011.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (Org). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. 4.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

PEREYRA, Rubén Benedicto. **Arquitetura e desenvolvimento urbano de São Bento do Sul: 1873 a 1940**. São Bento do Sul (SC): Prefeitura Municipal; Fundação Cultural de São Bento do Sul, 2006.

PFEIFFER, Alexandre. **São Bento na memória das gerações**. São Bento do Sul: Do autor, 1997.

RAMBO, Arthur Blásio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Ed. Unisul, 2003.

_____. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Claudia ; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (Org). **Linguagem e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. 4.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras 2006.

ROBOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC; FCC Ed., 1992.

SANTA CATARINA. Decretos, Leis, etc. Decreto-Lei nº 88 de 31 de março de 1938 In: _____. **Coleção de Decretos-Leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. p. 119 a 129.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Discurso, identidade e fabricação da memória. In: CORACINI, Maria José; GHIRALDELO, Claudete Moreno (Orgs.). **Nas malhas do discurso**: discurso, memória, imaginário e subjetividade. Campinas, SP: Pontes Ed., 2011.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do estado Novo, In: PANDOLFI, Dulce (Org.) **Repensando o Estado Novo**, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

_____. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Unisul, 2003.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1982.

_____. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Ed.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1990.

_____. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. **História questões e debates**, a. 10, n. 18-19, jun./dez. 1989.

SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

SILVA, João Francisco da Silva. **Estrada Dona Francisca**. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

SILVA, Cristiani Bereta da Silva; FLORES, Bernardete Ramos. Gênero e nação: a série Fontes e a virilização da raça. **Revista História da Educação**. ASPHE (Associação Sul-Rio-Grandense Pesquisadores em História da Educação) FaE/UFPel, v. 14, n. 32, p. 77-108, set./dez. 2010.

SOARES, Maria Elita . **São Bento do Sul**: sua história, seus documentos. São Bento do Sul: Prefeitura Municipal, 1992.

SOCIEDADE GINÁSTICA DESPORTIVA SÃO BENTO. Disponível em: <<http://www.sociedadeginastica.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1998.

VASCONCELLOS, Osny; PFEIFFER, Alexandre. **São Bento**: Causas do nosso tempo. São Bento do Sul: Ed. dos Autores, 1991.

VIEIRA, Fábila Magali Santos. **Avaliação do processo ensino aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.connect.com.br/~ntemg7/avaproc.htm>>. Acesso em: 09 maio 2013.

VINCENT, Gerard. Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (Org). **História da vida privada**: da primeira guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 5.

WILLEMS. Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o Governo Vargas. In FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Decreto-Lei Nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939.**DECRETO-LEI Nº 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939.**

Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 2º Ao Conselho de Segurança Nacional incumbe:

a) sugerir as medidas legislativas e administrativas que julgar necessárias à realização dos propósitos definidos desta lei;

b) dar parecer sobre as leis que com esse fim houverem de ser decretadas.

Art. 3º Incumbe ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

a) velar pela execução desta lei e das correlatas, e coordenar, nesse sentido, a ação dos demais Ministérios,

b) submeter ao Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os projetos de lei que se tornarem necessários.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;

b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;

c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;

d) estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituíam bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;

e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;

f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

Art. 5º Incumbe ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

a) fiscalizar, no meio trabalhista, a execução desta lei e das correlatas;

b) exigir que, nos núcleos coloniais, seja observada a percentagem legal de brasileiros em quaisquer estabelecimentos agrícolas, industriais, comerciais e de crédito;

c) reunir, nas comemorações cívicas, os homens do trabalho, das fábricas, do comércio e dos campos.

Art. 6º Incumbe ao Ministério das Relações Exteriores, por meio dos seus agentes diplomáticos e consulares nos países que mantêm em nosso território núcleos coloniais, informar o Conselho de Segurança Nacional das medidas nos mesmos tomadas com relação à emigração para o Brasil.

Art. 7º Além das atribuições que lhe competem por lei, o Ministério da Guerra cooperará com os outros Ministérios e os governos estaduais na prática das

medidas que lhes incumbem.

Parágrafo único - Para os efeitos dessa cooperação, cabe ao Estado Maior do Exército:

a) coordenar e dirigir as atividades do Ministério da Guerra capazes de concorrer para a realização dos fins desta lei;

b) centralizar informações sobre o assunto;

c) organizar os planos de ação para as autoridades militares e atualizá-los de acordo com as alterações que se verificarem;

d) elaborar instruções para regular, nesse particular, o exercício das atribuições dos comandantes de Região e dos inspetores gerais dos grupos de Regiões;

e) entender-se, em nome do Ministro da Guerra, com os demais Ministros de Estado sobre os assuntos referentes à execução desta lei e das correlatas;

f) proceder à incorporação, nas fileiras do Exército, do maior número possível de filhos de estrangeiros, preferentemente em corpos de tropa aquartelados fora da região em que habitem;

g) prestar ao Ministro da Guerra e ao Conselho de Segurança Nacional, periodicamente, e sempre que se fizer necessário, as informações concernentes a matéria.

Art. 8º Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena:

a) evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região;

b) vedar a aquisição, por empresas estrangeiras ou seus agentes de grandes áreas de terra, ou de áreas pequenas desde que, de direito ou de fato, importem a formação de latifúndio;

e) defender da absorção por estrangeiros as propriedades brasileiras situadas nas zonas coloniais;

d) fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, si necessário,

inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização;

e) propor a substituição dos funcionários ou autoridades, federais, estaduais ou municipais, que se mostrem negligentes na adoção e execução das medidas necessárias à realização dos fins desta lei.

Art. 9º Incumbe aos Interventores Federais:

a)assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos governos dos Estados ou dos Municípios, e a sua reorganização quando não preencham os requisitos desta lei;

b)remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e localização de imigrantes;

c)amparar, na esfera de suas atribuições e recursos, as organizações nacionais das zonas de colonização;

d)promover, de acordo com as autoridades militares, solenidades cívicas e manifestações patrióticas nessas zonas;

e)escolher, com especial cuidado, os funcionários administrativos, policiais e fiscais que deverão servir nas mesmas zonas;

f)auxiliar as autoridades federais no desempenho das atribuições que lhes são conferidas.

Art. 10. É obrigatória a organização das escolas de instrução pré-militar nos estabelecimentos de ensino secundário.

Art. 11. Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Art. 12. Aos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões mais sujeitas á desnacionalização, a educação física, na forma obrigatória prescrita,

poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Região.

Art. 13. Salvo licença especial do Presidente da República, que atenderá ao interesse nacional ou a motivo de grave dano de saúde, nenhum brasileiro menor de dezoito anos poderá viajar para o estrangeiro desacompanhado de seus pais ou responsáveis, ou permanecer no estrangeiro desde que os pais ou responsáveis voltem ao país. Às autoridades policiais e consulares cumpre velar pela observância deste dispositivo.

Art. 14. Em todas as ocasiões ou reuniões, de caráter particular ou público, deverão as autoridades federais, estaduais e municipais, sempre que lhes for possível e sem ofensa de qualquer direito e garantia individual usar de todos os meios adequados à difusão do sentimento nacional.

Parágrafo único. Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

Parágrafo único. Não se compreendem na proibição do presente artigo a correspondência e as publicações destinadas ao estrangeiro, bem como as relações com as comissões estrangeiras em serviço oficial no país.

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Art. 17. O Governo da União auxiliará os Estados para a organização de pequenas bibliotecas de livros nacionais nos centros de aglomeração de estrangeiros.

Art. 18. O Governo Federal ou os Governos Estaduais localizarão famílias brasileiras nas zonas do território nacional em que houver aglomeração de descendentes de estrangeiros.

Art. 19. O Presidente da Republica poderá, por sugestão do Conselho de Segurança Nacional ou dos Ministros de Estado, nomear inspetores para fiscalizar execução desta lei.

§ 1º Os inspetores serão nomeados em comissão por decreto referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e com os vencimentos constantes da tabela anexa.

§ 2º Além dos vencimentos fixados, poderão os inspetores receber uma diária fixada pelo Presidente da República.

Art. 20. Ficam abertos os créditos necessários à execução desta lei.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

ANEXO B – Carta Da Prefeitura Municipal De São Bento Pelo Aniversário De Getúlio Vargas

“Povo de São Bento!

Não é o meu intuito decantar lãs com o objetivo de fazer literatura estéril.

Não é a palavra, mas ação que a hora presente exige dos brasileiros. O plano do Gôverno nacional é arregimentar, unir, fortalecer o povo, sem distinção de classes, para que o Brasil possa enfrentar as contingências do futuro.

Cada brasileiro é um soldado e a missão do soldado é zelar pelos interesses da Pátria, cooperar com os poderes públicos para a manutenção da ordem e exercer vigilância contra as investidas súbitas e traiçoeiras dos inimigos.

Entretanto o soldado não pode agir isoladamente. Necessita de um chefe que o dirija, que o comande.

Nesta cruzada empolgante da defesa do nosso patrimônio moral e territorial, sem harmonia de vistas, sem a mais completa abnegação, sem uma fidelidade absoluta, todos os nossos esforços seria inúteis, para a formação duma Pátria forte e respeitada.

Pois bem, o dia de hoje nos oferece uma oportunidade excelente em que podemos retemperar as nossas energias cívicas, talvez para alguns, combalidas pelo efeito da propaganda de ideais políticos contrários ao regime que nos governa; talvez para muitos, desviadas pela ação capciosa do inimigo que se empenha tenazmente em perverter o espírito da solidariedade da nossa gente.

Com suprema dor dizemos que a realidade dos fatos nos demonstra que existem brasileiros maus, existem brasileiros covardes, asquerosos, que não se dedignam de compactuar com os inimigos da Pátria.

Povo de São Bento! Não vos queremos acoimar desta pecha maldita que os habitantes desta comuna, com cuja direção o sr. Interventor se dignou honrar-me, são e hão de ser brasileiros de verdade, prontos ao sacrifício, se a Pátria o exigir; dispostos à luta contra quem quer que seja que venha perturbar a nossa paz e atentar contra a nossa autonomia.

O dia de hoje, em que o Brasil em peso comemora a data aniversaria do presidente Getúlio Vargas, deve avivar em nós os sentimentos de gratidão de que é

merecedor o grande chefe.

Foi o Presidente Vargas o homem destinado pela mão de Deus para levar a bom termo a nossa Pátria estremecida.

Culto, inteligente e corajoso, com o seu sorriso característico e inalterável, tem vencido, está vencendo e há de vencer todos os obstáculos que se antepõem à marcha evolutiva da vida nacional. Aquele sorriso característico que sempre aflora aos lábios do supremo Chefe da Nação, traduz perfeitamente o estado de alma de quem está seguro no que faz, tranquilo perante sua consciência, destemido em face das responsabilidades.

Quando noutros países os governantes, enfatuados e prepotentes tomam posturas graves e taciturnas, nas Américas Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt sorriem. É o milagre do nosso lindo céu, que não se turva, senão para deixar sobre a terra as chuvas benfazejas; é o milagre da nossa natureza, farta de tudo e sempre pronta a alimentar a todos que nela se refugiam.

O Presidente Vargas, o Presidente protetor das classes laboriosas, o Presidente amigo das crianças, é bem o tipo brasileiro simples, comunicativo, alegre e generoso. Por estes atributos, que mais não são do que reflexos do sentimento da nossa raça, o grande Presidente captou a confiança plena e a estima geral dos brasileiros. Foi nos períodos mais críticos da nossa vida política que o estadista dinâmico, o brasileiro que honra a diplomacia americana.

Getúlio Vargas- manifestou a sua clarividência de administrador emérito. Para os grandes males, grandes remédios. Não era possível condescender com a balbúrdia da politicagem então reinante, porquanto periclitavam a honra e a soberania do Brasil.

Para libertá-lo daquele caos é que o Presidente Vargas implantou o estado Novo, o estado Nacional, cujos frutos opimos a nação inteira recolhe e admira.

O Estado Novo é um plano maravilhoso; é resultante das lucubrações de um espírito superiormente disciplinado e produtivo. Sem ferir a liberdade individual, foi resolvido o magno problema administrativo de tal maneira que tudo marcha na mais perfeita ordem. Todos os setores da vida nacional foram estudados e dirigidos com sabedoria.

O título de glória do Presidente Getúlio Vargas é, sem dúvida, a assistência prestada ao proletariado, cujas atividades outr'ora eram exploradas sem misericórdia e em detrimento da justiça. Hoje, graças ao amparo legal de que goza, o operário já não é mais um simples autônomo nas mãos dos patrões.

Salário mínimo, férias, assistência social, sindicalização, caixas de aposentadorias e pensões, tudo isso veio solucionar no país a questão operária, tao debatida pelos economistas de todos os tempos. Só assim, na realidade, poderia o trabalho produzir o seu efeito, pela conjugação dos esforços no desenvolvimento da nossa vida econômica.

Mas não parou aqui a ânsia de bem-fazer à coletividade patrícia. O Presidente Vargas amparo da juventude, pelo que mereceu ser chamado de "Presidente das crianças". Por este motivo é que como brinde ao ilustre aniversariante são fundadas milhares de escolas. Nesta data, em todos os recantos do Brasil. Com prazer vos digo que bem São Bento contribuiu com a sua parcela de boa vontade, fundando no dia de hoje uma escola municipal no Rio da Veada, a qual tem o nome de Ministro Gaspar Dutra. Só no Estado Novo o problema da instrução pública está sendo resolvido satisfatoriamente. Hoje a mocidade encontra em toda parte recursos para aprender a língua pátria. Com a máxima eficiência estão sendo desfeitos os núcleos, em que, para nossa humilhação e vergonha, eram cultivados o idioma e os costumes de outras terras. Felizmente o Brasil está entrando na posse de si mesmo graças às providências do Governo Nacional e de seus colaboradores incansáveis, os snrs Interventores e com estes os Prefeitos dos municípios. E havemos de ter muitas e muitas escolas, onde a juventude possa, a sombra da bandeira gloriosa e animado pelo hino da Pátria, adquirir acendrado patriotismo, que se traduza pelo respeito, pelo acatamento e pelo amor a tudo quanto é brasileiro.

Povo de São Bento, esta demonstração geral de simpatia ao Presidente Getúlio Vargas, não é somente um regozijo pelo seu aniversário. Vai muito além. Aqui nos reunimos para lhe demonstrar a nossa solidariedade. Aqui estamos para dar um testemunho público de que queremos cerrar fileira em torno da Autoridade Máxima do nosso País.

Neste momento, mais do que nunca, todas as forças da alma nacional devem convergir para aquele que está investido da Chefia Suprema.

Aqueles que, por qualquer motivo, discreparem deste modo de sentir não são os brasileiros de verdade, e sim maus elementos, merecendo apenas de maldição e desprezo.

De qualquer origem que seja, quem nasce nesta terra é brasileiro. Pode acontecer, como muitas vezes acontece, ser este ou aquele um poltrão, um miserável, que se rebaixa ao nível dos traidores, envergonhando-se de sua pátria e até agindo as escondidas contra ela.

Estes, porém, já trazem consigo o ferrete do anátema e eles próprios se denunciam pelas suas palavras dúbias, pelas suas atitudes comprometedoras e são logo escorraçados da convivência dos homens de bem.

Avante, pois meus patrícios! O momento não admite delongas. Ou estamos com o Brasil ou contra o Brasil. Não há meio termo. Quem compactuar com o inimigo, não revelando as suas ciladas, os seus ardis infames, comete um crime de lesa-pátria.

A Pátria acima de tudo e de todos deve ser o lema do bom brasileiro.

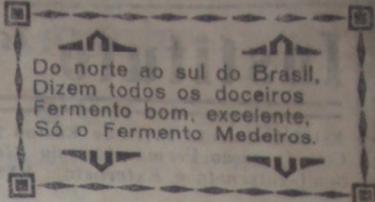
Sacrifiquemos, se fôr preciso, a nossa família, os nossos interesses individuais, o nosso próprio sangue contanto que o Brasil continue na sua senda gloriosa como nação livre e soberana.

Saudemos, como encarnação lídima do mais puro devotamento à causa nacional, como o expoente máximo da pujante raça brasileira, o nosso chefe, o nosso timoneiro, o nosso amigo benfeitor, Dr. Getúlio Vargas.

Viva o Brasil a nossa Pátria querida! Viva o nosso grande Presidente Getúlio Vargas.”

ANEXO C – Jornal “O Aço”

O AÇO



Do norte ao sul do Brasil,
Dizem todos os doceiros
Fermento bom, excelente.
Só o Fermento Medeiros.

Registr. no D. I. P. em 23-6-1940

São Bento, em 7 de Fevereiro de 1942
S. Catarina
N. 24

Secretaria Municipal
Portaria

Impressão de Disposições em Lei sobre...

Os requerimentos e petições de entrada nesta Prefeitura devem mencionar a nacionalidade dos signatários e sendo estrangeiros, para que os apresentarem possam apresentar o documento, compete-lhes fazer prova de se acharem com o legalizado perante as leis exibindo o certificado de redonduamento equivalente, for esta que também lhes será efetuarem o pagamento de imposto, taxa ou emolumento no caso de qualquer o que tenham de fazer sob...

...ra-se
Municipal de São Bento, 3 de 1942.
...hlhofer - Prefeito

...elides de Mesquita

...advogado

SÃO BENTO

...do governo Municipal

Delegacia Especial de Policia DO MUNICÍPIO DE S. BENTO

O Capitão José Atanásio de Freitas, Delegado Especial de Policia do município de São Bento, com jurisdição no de Campo Alegre, faz público que:

1. — Os estrangeiros naturais dos países com os quais o Brasil rompeu as relações diplomáticas e comerciais, isto é, o Japão, Alemanha e a Itália, devem comunicar a sua residência às autoridades policiais, no prazo de 15 dias, contados desta data;
2. — Ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam particulares bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados;
3. — É vedado aos súditos dos países mencionados:
 - a) — mudar de residência sem comunicação prévia ao Serviço de Registo de Estrangeiros, na Capital, e às Delegacias de Policia, no interior do Estado;
 - b) — reunir-se, ainda que em casas particulares a titulo de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, e etc.);
 - c) — viajar de uma para outra localidade sem licença da policia (Salvo Conduto).

São Bento, 28 de Janeiro de 1942.

José Atanásio de Freitas
Cap. Delegado Especial

Notas Locais

Aniversarios: No dia 31 — o sr. Antonio Christoff, cidade;
No dia 1 — o sr. Carlos Monich, Rua dos Atiradores;
No dia 2 — a srta. Rosa Siedschlag, cidade; o sr. Max Sidschlag, D. Pedro II; a D. Lidia Kamiensky, cidade;
No dia 3 — o sr. Alexandre Pfeiffer, cidade; a srta. Erica Schroe-

Dr. Alexandre E. de Oliveira

- Advogado -

- Cível - Crime - Comércio -
Legislação Trabalhista

- ESCRITÓRIO -

Rua Visconde de Taunay — Tel. 38
(Defronte à Colateria Estadual)

VENERA DOS SANTOS
Diversos
em 1-9-1938

GAZETA

Do norte ao sul do Brasil,
Dizem todos os doceiros
Fermento bom, excelente,
Só o Fermento Medeiros.

Registr. no D. T. P. em 28-5-1940

VI Brasil São Bento, em 31 de Janeiro de 1942 S. Catarina N. 23

minerais de Apiai

há alguns séculos, Apiai encerra preciosos minerais. O ouro de apaiado desde o tempo. Existe em Apiai o onde se realizam. Ainda hoje pos grandes galerias fessomonamento, o te a mais de 100 naquele tempo, a rrvifos. olonias, Apiai pais de 420 arrobes erio era tão abun- uma lenda po- damas o usavam om os conféis nos es. Além no ouro tangarês, quartzo, silica argonifera, chumbo, prata e ocados, como o São importantes e-gelena, destina- rinas, situada no a, cujo territorio de 1934, foram idas de minério, ento de chumbo, de prata por to- lumbio nif essa mal contos e o de 2800 contos, eleva a mais de ualmente algu-

de transporte do minerio constitue entretanto, serio obstaculo á maior exploração do sob solo. A região de Ribeira é, porém, objeto de especial atenção do Interventor Fernando Costa, cujo programa de governo visa produzir riquezas economicamente. (Correio de Dona Francisca)

Notas Locais

Sociedade. Fomos gentilmente informados que a atual Diretoria da Sociedade Beneficente Operaria São Bento está hoje assim constituída:
Presidente: Carlos Ehrh;
Vice-presidente: Carlos Zipperer Sobrinho;
Primeiro Secretario: Jorge Schewinsky;
Segundo Secretario: Olimpio Vidal Teixeira;
Tesoureiro: Guilherme Scheide;
Vogais: Alfredo Diener Sobrinho, Alvaro Guerreiro Krueger e Otchen Torres.
Os socios deverão dirigir-se ao snr. Secretario Jorge Schewinsky quando avisarem que alguém adoeceu ou feriu-se. No ato de darem baixa e exigirem do Secretario a Ordem de Pagamento, deverão exhibir a Carteira Social.

Aniversario. — No dia 24 — o snr. Francisco Telma, o a gentil menina Dolores Maria, dileta filha de Antonio Hastreiter, cidade;
No dia 26 — o snr. Leo Malewchick Junior, o o snr. Mario Lutz, cidade;
No dia 27 — a D. Maria, Schadeck, esposa do snr. Antonio Schadeck, cidade;
No dia 29 — o snr. José Hopper electricista da Empresa; a Dr. Marta Fendrich; o jovem Francisco Rodrigues; a srta. Helena Schewinsky, São Paulo;
No dia 30 — o snr. João Tremi, Travessa José Zipperer.

Movimento do Registro Civil: — NASCIMENTOS:
1. Silvio Ivans, f. de Rodolfo Grossi, Leocol. 2. Antonio, f. de Francisco Schröder, Fundão. 3. Nivaldo Aloisio, f. de Francisco Drechsler, estrada da Argolo. 4. Wilson José, f. de José Fendrich, cidade. 5. Iria, f. de Alvimio, Mallon, estrada Argolo. 6. Antonio f. de Paulo Maros, cidade.
Obitos: 1. Waldemiro, f. de Enrico Hütti, com 1 ano e 3 meses de idade, Estrada dos Bugres.
Casamentos. 1. Alfredo Huebl, f. Wendeslau e Lina Huebl, com Bertha Dums, f. de João e Maria Dums.

Dr. Alexandre E. de Oliveira
— Advogado —
— Civil - Crime - Comércio - Legislação Trabalhista —
— ESCRITÓRIO —
Rua Visconde de Taunay — Tel. 36
(De frente a Coletores Estadocel)
— Residência

O Dr. Euclides de Mesquita e a Faculdade de Direito de Santa Catarina.

E' honroso para São Bento que um de seus advogados tenha sido escolhido para examinador na Faculdade de Direito de Santa Catarina, em Florianopolis.
O distinto advogado Dr. Euclides de Mesquita que vem, com honestidade e inteligencia, exercendo sua profissão nesta Comarca, foi distinguido com um convite da Congregação da Faculdade de Direito em Florianopolis, afim de integrar a banca examinadora no concurso para provimento da cadeira de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, a se proceder oportunamente, naquela Escola de Ensino Superior do País.
A este proposito, o ilustrado candidato recebeu do Diretor daquela estabelecimento, o seguinte telegrama:
"Dr. Euclides de Mesquita"
São Bento
Prazer comunicar illustre professor concurso industrial terá inicio 28 fevereiro proximo pt seguiu officio com edital
Saudações. Erico Torres — Diretor Faculdade.
Parabensamos o distinto candidato e professor pela honra com que foi distinguido e almejamos brilhante exito no desempenho de tão alta investidura cultural.

Delegacia Especial de Policia
do
Município de São Bento.
AVISO

Pelo presente torno público, que fica expressamente prohibido, em lugares públicos, (cafés, etc), e sob pena de detenção o uso dos idiomas alemão, italiano, japonês, bem como manifestar, ostensivamente, nos mesmos lugares, simpatias pela causa daquelas nações.
São Bento, 29 de Janeiro de 1942.
José Atanásio de Freitas,
Cap. Delegado Especial.

O novo Livro de Erico Verissimo
RIO, (Inter-Americana) — "Gato Preto em Campo de Neve", o tão esperado livro de Erico Verissimo sobre a sua viagem aos Estados Unidos, já se encontra nas montras das livrarias e parece estar destinado ao mesmo grande sucesso dos anteriores trabalhos do autor.

ran ao nosso lado nesta hora de crise universal. Erico Verissimo dá-nos uma descrição movimentada e cheia de atração sobre o país que percorreu procurando fixar com espirito imparcial, os lados bons e maus da vida norte-americana. Tal imparcialidade, não impediu que o autor da sua experiencia, tenha sido altamente favoravel ao país e ao povo que ele aprendeu a conhecer e a admirar. O autor de "Olhai os lirios do campo", segue em seu mais recente trabalho uma tecnica original e pessoal, revelando a influencia dos jornais cinematograficos modernos, e que pela sua movimentação e fidelidade de criação contribue para transmitir ao leitor uma ideia viva das experiencias pessoais do escritor. Há no livro paginas de grande vigor, reveladoras de um poder de observação acurdo e de um espirito critico desavovado.
Há, igualmente, outras de rara ternura e beleza, como aquelas sobre a cidade de Orleans nas quais se trata esplendidamente a curiosa vida desta cidade que já pertenceu a três nações. São também, das mais atraentes as paginas em que o autor rememora os seus encontros com famosas figuras da literatura universal por ele avistadas nos Estados Unidos e ao decorrer dos quais procurou sempre debater o tema tão atual do destino do homem e da cultura. Erico Verissimo realizou um notavel livro, cujos meritos não se limitam ao terreno meramente literario. Encerra a obra um valor social dos mais altos que pode ser expressão nestas poucas palavras: admiravel contribuição para um melhor entendimento entre os dois maiores países da America.

O Presidente Vargas e a Imprensa

José Firme Esp. da U.B.I.
A distancia que separa os governantes passados dos jornalista, os homens de governo dos homens de jornal, indicava um menos preso, injusto a uma prolição das mais nobres, da qual tem sido não somente mártires, mas também alguns dos maiores estadistas da história brasileira.
Na realidade o jornalista não tinha a consideração merecida por parte dos administradores preteritos. Deram-nos sempre as missões mais arduas, os postes mais perigosos, as tarefas mais serias, sem que nos outorgassem credenciais a altura dessas incumbencias.
Hoje tudo mudou. O Presidente Vargas não subestima a colaboração da inteligencia nem deprecia o valor do jornalista.
A sua administração tem sido uma sucessão de atos marcantes destinados a um maior prestígio da profissão.
O Estado Novo como um regime de realdo, uma revolução destinada á salvação do Brasil, um movimento de idéias, não poderia deixar de vir em socorro da imprensa.

Mesquita
to
BENTO

o exploradas, uma usina do Todos esses do Serviço do Ministério eleito J. Tei- ainda tais a é relativa- Apiai. te atinge a ndo em me a mandioc, criação e a diapassa de bovinos e e. Apiai está na do nível do Ouro gre a cordi- com seus torescos, cu- e apresenta valiosos e é eis virgem, as tempera- vezes s- de noblins,

do aparecer um
ro para a cuba
madeira colica
sena geométrica
acon, Precu
e pelo correio
e revendedores
esconto.

RIA SANTOS
el 34 - São Bento

ANATOMICOS
ão.BARATO.

O CIRURGLÃO
HE.

A CONSTRUÇÕES
to

SOS
aduras
fogões

nas
vidraças
Tintas
vantagem

e Ferragem
R ZULAU,

CO
155000
85000

so se res-
arigos as-
deverão
edação até

ximo para
a-feira ao

antado

os Santos
nte

1, 34
Catarina

Missa
idades, des-
até os de

SANTOS

ERNESTO VENERA DOS SANTOS
Colaboradores - Diversos
Fundado em 1-9-1936

GAZETA

Prepare uma boa sobremesa
Pudim Meda
Registr. de S. I. P. em 25-6-

Ano V Brasil São Bento, em 10 de Maio de 1941 S. Catarina N.

Concentração Mariana da Diocese de Joinville

NO DIA 11 DE MAIO
Dia Mundial do Congregado Mariano
PROGRAMA

DIA 11 - DOMINGO - DIA MUNDIAL DO CONGREGADO MARIANO

As 8 horas - Missa celebrada por S. Ex. Revma. o Sr. Bispo Diocesano com a distribuição da Santa Comunhão.
Em seguida - Café Descaço e diversões no pátio do Colegio Paroquial
As 11 horas - Churrascada no mesmo pátio
As 14 horas - Reunião geral no mencionado pátio
As 14 1/2 h. - Grande desfile civico religioso
Em seguida

Sessão de encerramento

Abertura da Sessão
Hino das congregações
1. Preleção: - A Ação catolica na vida mariana
CANTICO
2. Preleção: - Influencia da Eucaristia na vida mariana
Encerramento
Bênção do SS. Sacramento
Hino das Congregações
Hino Nacional

Decreto-Lei n. 2

O Cidadão Wenzel Kahlhofer, Prefeito do Município de São Bento, no uso das suas atribuições, de acordo com a aprovação do Departamento Administrativo, CONSIDERANDO que um dos grandes objetivos do Estado Novo é o problema de NACIONALIZAÇÃO e que este envolve todas as formas da manifestação do pensamento, cujo veículo principal é a lingua falada ou escrita;

CONSIDERANDO que todos os governos municipais tem o dever de cooperar com os governos estaduais e de da União nesse sentido.

DECRETA:

Art. 1. - Ficam terminantemente proibidos no Município os letreiros, cartazes, boletins, dísticos, anuncios de qualquer natureza e taboletas em linguas estrangeiras, tanto nas ruas, praças, jardins, logradouros e edificios publicos, como nas fachadas de residencias particulares, nos estabelecimentos, nos estabelecimentos comerciais e industriais, cinemas, teatros, casinos e nos demais logares destinados ao publico.

Paragrafo unico - Os letreiros acima referidos, existentes em idiomas estrangeiros deverão ser vertidos para o idioma nacional ou retirados no prazo de 15 dias, sob pena de Prefeitura o fazer por conta dos respectivos anunciantes, com a multa de 200\$000 a 1.000\$000.

Art. 2. - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de São Bento, em 10 de maio de 1941.
Wenzel Kahlhofer, Prefeito

Traços biográficos do Presidente Getúlio Vargas

1883 - Nascimento - Nasceu o Presidente Getúlio Dorneles Vargas em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, a 19 de Abril de 1883, filho do casal General Manoel do Nascimento Vargas - Duca Candida Dorneles Vargas (esta falecida).

Realizou os seus primeiros estudos no próprio Estado de Rio Grande do Sul, no colegio do conhecido educador Fabriciano J. Braga.

1899 - Vida Militar - Em 1899 assentou praça no 6. Batalhão de Infantaria do Exército, pretendendo ingressar na Escola Militar de Rio Pardo. Serviu quasi um ano nessa unidade, sendo promovido a 2. sargento.

Em 1900 matriculou-se na Escola Militar do Rio Pardo, onde tirou os primeiros preparatórios, nesse ano, e no de 1901, cursando com distinção as duas primeiras séries, foi assim classificado no 25. Batalhão de Infantaria, com sede em Porto Alegre, então comandado pelo tenente-coronel Carlos Frederico de Mesquita (hoje Marechal reformado).

Na capital do Estado, frequentava novamente a Escola Brasileira, prestando preparatórios que lhe faltavam. No momento em que se preparava para solicitar a baixa do Batalhão em que servia, essa unidade teve ordem de partir para Mato Grosso, em virtude do incidente havido com a Bolívia.

Enfermo, não foi incluído entre os que deviam seguir; apresentou-se, então, ao comando da unidade, pedindo licença para acompanhar o Batalhão, pois desejava prestar seus serviços de soldado à Pátria, no momento em que esta deles necessitava.

E de fato, partiu com o Batalhão, que chegou a Curitiba em boas condições militares; essa unidade, entretanto, já não encontrou oportunidade para preencher sua missão, em virtude de haver sido, durante a sua marcha, resolvida a questão do Acre, de modo altamente honroso para os dois países, pelo illustre chefe brasileiro, o Barão do Rio Branco.

1909 - A Carreira Liberal - Desligando-se do Exército, o sr. Getúlio Vargas voltou ao Estado do Rio Grande do Sul, onde se matriculou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, no ano de 1903.

Depois de haver servido eficientemente à Nação nas fileiras de uma unidade do Exército, surgiram-lhe à frente caminhos novos que a carreira liberal lhe mostra. Seduzido pela vida plena de iniciativas e de idéias, facilitada pela profissão de advogado, estudou detidamente os grandes aspectos da ciência jurídica, e funda, ainda academico, "O Debate", jornal politico de combate, podendo reconhecer-se nesse fito o seu ingresso na vida politica do país.

Formado no ano de 1907, tendo sido orador oficial de sua turma, é nomeado Promotor Público, exercendo o cargo até 1908.

1909 - Início da Vida Política - Em 1909 abre escritório de advocacia na cidade natal de São Borja. No mesmo ano é eleito, pela primeira vez, Deputado Estadual.

Em 1911 casa-se com a senhora Darcy Sarmanho, do consorcio nasceram 5 filhos.

Em 1913 renuncia à cadeira de

Deputado Estadual, para se votar exclusivamente ao exercicio da profissão de advogado, recusando, por igual, um convite para ocupar a Chefatura de Policia do Estado. Foi reeleito, em 1917, Deputado Estadual; após essa legislatura, foi ainda reeleito para a seguinte. Nos ultimos anos de Deputado Estadual, foi encarregado por seus paes das funções de "Leader" e relator do organito.

No ano de 1923, irrompendo uma revolução politica no Estado do Rio Grande do Sul, o senhor Getúlio Vargas organizou e comandou o 7. Corpo Provisorio, no posto de Tenente-Coronel.

1923 - Deputado Federal "Leader" - Ainda em 1923 é o senhor Getúlio Vargas eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul. Na legislatura seguinte, recebendo das mãos de seus conterraneos a renovação do mandato é investido das funções de "leader" da bancada riograndense.

1926 - Ministro da Fazenda - Em 1926, assumindo a presidencia da Republica o senhor Washington Luiz Pereira de Souza, foi o senhor Getúlio Vargas convidado para dirigir o Ministerio da Fazenda.

Exerceu esse cargo por um ano, dele se exonerando, em dezembro de 1927, por ter de ir ocupar a presidencia do Estado do Rio Grande do Sul, para a qual fora eleito, para o periodo de 1928 - 1933, tomando posse a 25 de janeiro de 1928.

1928 - Presidente do Rio Grande do Sul - Presidente do seu Estado natal, o sr. Getúlio Vargas empenhou-se nobremente, de maneira incançável, em pacificar o Rio Grande do Sul, dividido, havia muitos anos, por lutas politicas acirradas. Nessa campanha de pacificação conseguiu completo sucesso, levando unanimemente os riograndenses em torno de sua pessoa, quando da Aliança Liberal.

Do «Dia e Noite»
(Termina no proximo numero)

DR. EUCLIDES DE MESQUITA
ADVOCADO
São Bento
3741

© Inventário de Chamberlain

RIO (I.A.) - Telegramas de Londres anunciam que terminou o inventário dos bens de Neville Chamberlain, antigo Primeiro Ministro da Inglaterra. Chamberlain deixou propriedades que foram avaliadas em 7.392.000\$000, em moeda brasileira. Desta quantia 300.000\$000, ficaram para a sua sobrinha Valerie Cole. O restante ficou para a viuva, seu filho Frank e sua filha Sra. Stephen Lloyd.

Dr. Alexandre Ernesto de Oliveira
ADVOCADO
(Hotel Schmela) - São Bento

Educação Municipal

Traços do relatório enviado ao Exmo. Sr. Governador Federal, pelo Sr. Municipal, referente ao exercicio de 1940.

O âmbito municipal, educação publica evoluiu quencia da criação de que vem perfazer o total to as existentes, em numero exercicio de 1939.

A frequencia foi das piciósas, observando-se 115 crianças matriculadas dia de 35 alunos para havendo o Municipio de 11:260\$000 pela verba "Educação e Publicidade."

O poder municipal medida do possível os necessitadamente pobres, lhes o necessario materi

Ao lado das realidades do Sr. Wenzel frente dos negocios publicos, torna-se mister se co dispêndio no problema fronteiras aos predi findou, em proseguim do-se a auspiciosa metragem, conforme se vê abaixo

Áreas Const	Em mts
	1937
	1938
	1939
	1940

Siria e

RIO, abril (I.A.) - que atualmente corre não foi instruido com prova, que é a certidão do legatário e da in por que, segundo ob atualmente impossíveis entre o Brasil onde nasceram ambos se casaram. Para sup tentou-se o juiz, com cimento dos filhos e com a prova ridos em comum, pois. Essa noticia foi na colonia siria no mostrar como agrilhantes, em face de comunicações em motivada pela guerra.

Manganês

RIO (I.A.) - O mo o maior exportador para os Estados Unidos em janeiro de 1940. Segundo dados oficiais O Brasil exportou 100.000 toneladas de manganês. Em a India com 42.7 Com relação ao Brasil sua figura como um dos Estados Unidos bras peso no mês